

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
GABRIELA ARANTES FERREIRA DE SALES

REDES SOLIDÁRIAS DE TURISMO COMUNITÁRIO

São Paulo
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

S155r Sales, Gabriela Arantes Ferreira de
Redes solidárias de turismo comunitário /
Gabriela Arantes Ferreira de Sales. – 2011.
193f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Maria do Rosário Rolfsen Salles.
Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade
Anhembi Morumbi, São Paulo, 2011.
Bibliografia: f.176-190.

1. Redes de Turismo Comunitário. 2. Economia Solidária.
3. Redes de Colaboração. 4. Dádiva. I. Título.

CDD 647.94

GABRIELA ARANTES FERREIRA DE SALES

REDES SOLIDÁRIAS DE TURISMO COMUNITÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles.

São Paulo
2011

GABRIELA ARANTES FERREIRA DE SALES

REDES SOLIDÁRIAS DE TURISMO COMUNITÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles.

Aprovado em

Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles/ Universidade Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Marielys Siqueira Bueno/ Universidade Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Madalena Pedroso Aulicino/ Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Mapa da costa cearense: comunidades da Rede TUCUM	115
Quadro 2 - Oficinas recreativas com grupos de turistas e trabalhador da comunidade de Jenipapo Canindé	118
Quadro 3 - Grupo de turistas e moradores de Batoque em preparação para passeio de jangada	119
Quadro 4 - Hospedagem domiciliar, oficina de projetos para crianças da comunidade e pescadores em Prainha do Canto Verde	119
Quadro 5 - Instalações comunitárias para turistas e moradora da Prainha do Canto Verde fazendo goma	120
Quadro 6 - Instalações comunitárias para turistas, oficina de meio ambiente e contato com as atividades da vida local na comunidade de Coqueirinho	121
Quadro 7 - Passeio turístico às instações da comunidade, oficina de agricultura familiar e almoço com reaproveitamento de talos e cascas de alimentos na comunidade de Coqueirinho	121
Quadro 8 - Grupo teatral de jovens da comunidade de Ponta Grossa, Acomodações comunitárias para turistas e passeio com turistas pelas dunas da comunidade	122
Quadro 9 - Instalações e acomodações comunitárias para turistas na pousada comunitária de Tremembé	122
Quadro 10 - Pesca artesanal na comunidade de Trebembé	123
Quadro 11 - Reuniões comunitárias, pesca artesanal e passeio com turistas na comunidade de Curral Velho	123
Quadro 12 - Instalações Comunitárias, passeio com turistas e trilhas ecológicas na comunidade de Curral Velho	124
Quadro 13 - Instalações Comunitárias, espaço de reuniões de representante de movimentos comunitário no Alojamento Frei Humberto	124
Quadro 14 - Atividades tradicionais: plantação de algas	125
Quadro 15 - Acomodações comunitárias, produtos artesanais e	125

instalações para turistas

Quadro 16 - Ponto de Cultura Comunitária, atividades tradicionais comunitárias	126
Quadro 17 - Atividades tradicionais comunitárias, reuniões comunitárias e passeio de jangada em Tatajuba	127
Quadro 18 - Passeio de jangada com turistas, paisagem em Tatajuba	127
Quadro 19 - Rede TUCUM: Articulação	140

EPÍGRAFE

O Tucum é uma palmeira de grande porte, majestosa, com tronco simples e fortemente armado com longos espinhos negros. O Tucum pode atingir até 15 m de altura e seu tronco pode alcançar até 30 cm de diâmetro. Do Tucum pode se extrair fibras para a elaboração de linhas usadas na confecção de redes para dormir e pescar, linha de pesca, além de roupas e outros utensílios, como bolsas e chapéus. O anel de Tucum significa adesão às causas populares, luta contra a opressão social e o desejo de um mundo mais justo, de humanos direitos para todos. Tal significado é originário da utilização do anel de Tucum como aliança matrimonial pelos escravos, o que lhe conferiu, logo em seguida, a força de símbolo clandestino de resistência e libertação.

DEDICATÓRIA

Aos fortes e nobres homens do mar, que compartilham e dedicam suas vidas em imensidão azul.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Deus e os seres de luz, pela iluminação e pelo conhecimento; por mostrarem que êxito e glória dependem de perseverança e dedicação.

Agradeço à minha querida orientadora, Profa. Maria do Rosário Rolfsen Salles, que compartilhou carinhosamente de seu saber, acalmou o coração e conduziu o trabalho por caminhos de orgulho e satisfação.

Agradeço à Profa. Marielys Siqueira Bueno, que docemente me envolveu com aulas infinitas em meu coração, o que permitiu o envolvimento com o tema apresentado na pesquisa. Agradeço à Profa. Sênia Bastos, pelos conselhos valiosos e pela postura firme, que me fizeram seguir sem medo. Agradeço pela criatividade e empenho da Profa. Elizabeth Wada, que impulsiona e enriquece os estudos da Hospitalidade na Universidade.

Agradeço a minha família, por compreensão, incentivo, espírito de luta e por acreditarem em meu potencial como aluna da vida. Agradeço, especialmente, meus pais, que assistiram por essa conquista, sempre, ao meu lado.

Agradeço ao Jan querido, aos colegas de classe do Mestrado em Hospitalidade, que tornam a aprendizagem mais interessante, a partir da troca de experiências e vivências contadas ao redor do mundo.

Agradeço, também, à querida Alê (Alessandra Carvalho), pelos incentivos, pelo apoio técnico e por toda a troca rica de ideias. Agradeço à Alê (Alessandra Marota), pela paciência e por todo carinho no atendimento aos alunos do Mestrado.

Agradeço a todas as comunidades da costa cearense visitadas ao longo da pesquisa, seus moradores, líderes e trabalhadores, que estão presentes nesse trabalho em citações e contribuições.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, propor uma reflexão sobre a constituição de redes solidárias, estabelecidas a partir de um sistema de cooperação integrado, representado por atividades do turismo comunitário na costa leste do estado do Ceará e verificar sua relação com o sistema da dádiva na sociedade moderna. Nessa região, o desenvolvimento do turismo, conhecido como de base comunitária, se organizou nos moldes da economia solidária, sistema econômico que supõem a relação de intercâmbio respeitoso entre o turista, a comunidade local e a natureza, o que direta ou indiretamente, permitiu observar o aparecimento de vínculos sociais estabelecidos a partir da troca entre os atores dessa atividade. O estudo é desenvolvido tendo como referência, o sistema do dom, modelo de trocas sociais, sugerido por Marcel Mauss (1974), baseado em um encadeamento de dádivas e contra-dádivas que podem suceder infinitamente e também pelo autor Paulo Henrique Martins (2002) que dialoga sobre os princípios da dádiva e da solidariedade para a sociedade moderna. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, que utiliza a Rede TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário, como estudo de caso e se apóia em métodos de entrevista formal, além do recolhimento de informações em documentos e fontes bibliográficas. Nos vilarejos estudados, os grupos são organizados em projetos coletivos de base familiar; o turismo comunitário idealizado baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes; e a gestão fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza em prol da sustentabilidade sócio-ambiental. Pode-se observar que as atividades turísticas nessas regiões são realizadas pelas comunidades locais por meio de redes colaborativas estabelecidas a partir de vínculos sociais criados espontaneamente como propostas para uma gestão solidária que prima pela troca de saberes e experiências, com o objetivo de desenvolver conhecimento e habilidades para todos os envolvidos.

Palavras-Chave: Redes de Turismo Comunitário. Economia Solidária. Rede Tucum. Reciprocidade. Dádiva

ABSTRACT

Research aims to propose a reflection on the establishment of solidarity networks, down from an integrated system of cooperation, represented by the activities of community tourism in the east coast of Ceará and their relationship with the system of donation in the society modern. In this region, tourism development, known as community-based, organized along the lines of economic solidarity, economic system that involve the relationship of respectful exchange between tourists, local community and nature, which directly or indirectly, gave an emergence of social ties established from the exchange between the actors in this activity. The study is designed as a reference, the system of gift, social exchange model, suggested by Marcel Mauss (1974), based on a chain of gift and counter-gifts that can succeed indefinitely and also by the author Paulo Henrique Martins (2002) that talks about the principles of giving and solidarity in modern society. This is a qualitative explanation, using the Network TUCUM - Community Based Tourism Network of Ceará, as a case study and relies on methods of formal interview, in addition to gathering information on documents and bibliographic sources. In the villages studied, the groups are organized in family-based design collective, the idealized community tourism is based on ethics and solidarity to establish trade relations and exchanges between the community and visitors, and management is based on building a relationship between society, culture and nature in favor of social and environmental sustainability. It may be noted that the tourist activities in these regions are performed by local communities through collaborative networks established from spontaneously created social ties with proposals for a joint management to press the exchange of knowledge and experience, aiming to develop knowledge and skills for all involved.

Keywords: Community Tourism Network. Economy. Tucum Network. Reciprocity. Donation.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. DAR, RECEBER E RETRIBUIR – REFLEXÕES SOBRE A DÁDIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SOCIEDADE MODERNA.....	22
1.1 <i>Os grandes paradigmas sociológicos: Holismo e Utilitarismo Metodológicos frente ao sistema da dádiva.....</i>	24
1.1.1 <i>Cultura, estrutura social e comunidade.....</i>	32
1.2 <i>Dádiva e reciprocidade.....</i>	43
1.3 <i>As esferas e as representações do laço interpessoal no sistema da dádiva.....</i>	44
1.4 <i>Uma economia diferenciada em uma sociedade da dádiva.....</i>	50
1.5 <i>Dádiva e economia solidária.....</i>	52
1.6 <i>A economia solidária no Brasil.....</i>	66
1.7 <i>Redes de cooperação comunitária.....</i>	77
2. O TURISMO COMUNITÁRIO SOLIDÁRIO E AS REDES DE ARTICULAÇÃO.....	83
2.1 <i>O turismo de massa e as novas dinâmicas turísticas.....</i>	84
2.2 <i>O turismo das divisas e o turismo de valores.....</i>	89
2.3 <i>Origem e Conceitos do Turismo Comunitário.....</i>	98
2.4 <i>O turismo comunitário e seu patrimônio: riscos e ameaças.....</i>	106
2.5 <i>A participação das comunidades no turismo.....</i>	109
2.6 <i>O turismo comunitário e as primeiras contribuições da política pública.....</i>	111
2.7 <i>Redes de Turismo Comunitário: características e experiências.....</i>	114
3. RESULTADOS DA PESQUISA: A REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO	124
3.1 <i>Metodologia de Pesquisa.....</i>	125
3.2 <i>Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário.....</i>	126
3.3 <i>As Comunidades.....</i>	129
3.4 <i>Análises da Pesquisa.....</i>	140
<i>Considerações Finais.....</i>	173
<i>Referências Bibliográficas.....</i>	176
GLOSSÁRIO	191
ANEXOS	193
<i>Anexo 1 – Tipologias de Organizações Sociais Comunitárias.....</i>	193

INTRODUÇÃO

O turismo é caracterizado por muitos autores como uma “indústria”, fenômeno que pode ter seu crescimento orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, que na maioria das vezes, pode não considerar os demais atores envolvidos nessa cadeia produtiva. O crescimento da atividade turística, idealmente, requer planejamento e ordenamento para minimizar os impactos negativos nas regiões receptoras, e potencializar os positivos através da implementação de uma cultura sustentável. Entretanto, em diversas regiões do país, observa-se que a atividade turística, possivelmente, em decorrência da expansão desordenada, resultou na sobreposição dos impactos negativos. Segundo autores como Krippendorf (1989) e Ruschman (2003), a prioridade para a dimensão estritamente capitalista-mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, descaracteriza ambientes naturais e estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes. Esses impactos possivelmente podem ser ainda mais intensos nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas pode se transformar em fator de agravamento da situação social, principalmente para as comunidades receptoras.

No cenário atual, é possível observar que tanto as atividades turísticas, como outras atividades econômicas atuam em um modelo de desenvolvimento econômico onde as estratégias utilizadas, podem impactar diretamente no processo de preservação de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. O desenvolvimento do capitalismo, supostamente, implantou um modelo de sociedade que se volta à acumulação e não atende às necessidades de todos. Nesse sentido, o sistema capitalista pode pautar-se pela transformação das relações sociais em mercadoria, como descrito por Karl Marx em “O capital”.

Na atividade turística, este contexto não é diferente. Krippendorf (1989, p. 90) alerta que o desenvolvimento do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas em muitos casos, possivelmente, são omitidas as repercussões negativas; são evidenciados de forma mascarada os rendimentos que a atividade traz, a inserção da comunidade local nas atividades e uma falsa preocupação com o meio ambiente. Essa atividade exercida de forma desmedida e inconsciente, realizada por um movimento expressivo de pessoas, em um mesmo período (turismo de massa), caracteriza-se por ofertar e planejar as viagens em um formato pasteurizado, que desprioriza os desejos individuais,

não promove o intercambio cultural, além de agredir o meio ambiente e comprometer a cultura tradicional local. Como assinala Krippendorf, o território que pertence aos autóctones, aos poucos tem passado ao controle efetivo das grandes empresas turísticas internacionais. Este modelo vigente pode ser um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva dos moradores em projetos de turismo.

Paralelamente aos impactos negativos causados pelo turismo nos núcleos receptores, outro fator que pode contribuir para análises sobre o turismo de massa: segundo pesquisas do Ministério do Turismo, com o passar dos anos, a demanda turística tem ficado cada vez mais exigente e os destinos escolhidos para pacotes de viagens já não tem apresentado mais a mesma procura. Isso se deve ao fato de que o turista passou a selecionar melhor as condições de suas viagens, motivados pelo contato direto com a natureza e com a cultura local. Com base, também, em pesquisas desenvolvidas no Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2008, verifica-se que a demanda pelo turismo contemporâneo está atrelada a uma exigência variável e variada.

Nesse sentido, criam-se espaços às relações autênticas em lugares de hospitalidade (Baptista, 2009) e as formas homogêneas, degradadas, a relação mediada exclusivamente pelo poder de compra, vão de encontro a um novo segmento de viagens, com possibilidades de intercâmbio cultural, de troca de referências e de experiências. Zaoual (2006), explica que o “lugar turístico” poderia ser utilizado como possibilidade de “lugar relacional”. Lugar como espaço vivido, como sítio simbólico de pertencimento, cujas fronteiras são dadas pela identidade comunitária e essas são condição para o estreitamento de relações com quem possua outras referências identitárias. Segundo o autor, esse turismo, denominado “turismo situado”, pressupõe a tomada do senso comum partilhado pelos atores da situação. Esse senso comum indica como o sistema de valores e as representações têm ocorrência no sítio, considerando as práticas econômicas e também as práticas sociais. Zaoual (2006), explica que em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio inter-cultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos por parte dos atores. Para o autor, o turista, supostamente, gostaria de ser responsável e solidário em seus intercâmbios com outros mundos. Nesse sentido, o lugar do encontro, o sítio, onde se recebe e é recebido, possui uma especialidade real, histórica e culturalmente construída. Diferente dos espaços turísticos “produzidos”, os sítios para serem percebidos como turísticos, antes de tudo, são reconhecidos pelos próprios residentes; uma auto-identificação típica do sentido de comunidade (Bauman, 2003).

Nesse sentido, a crítica ao modelo dominante de turismo de massa passa pela reflexão de uma outra forma de democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, que podem ser centrados na solidariedade, em parcerias e co-responsabilidade, que, no caso da proposta deste trabalho que será explicitada mais adiante, centra-se no modelo do turismo comunitário. Para se contrapor aos impactos negativos do turismo e aproveitar os benefícios da atividade, observa-se que em algumas localidades, de diferentes países, por meio da mobilização e organização da sociedade civil, surgiram diversas iniciativas diferenciadas, baseadas nos modos de vida locais. Nestas experiências as dimensões da sustentabilidade são supostamente, pré-requisitos para a estruturação da oferta das atividades turísticas, como as redes de comércio justo no turismo, que caracterizam-se por articulações de comercialização de produtos confeccionados com materiais recicláveis e certificados pela comunidade receptora e vendidos a preços justos aos turistas; observam-se ainda, as ações ligadas ao turismo responsável, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo.

Nesse aspecto, a solidariedade é o elemento principal da comunidade, o que difere a atividade de outras práticas massivas e destruidoras de turismo. Nesta perspectiva, estruturaram-se as práticas de turismo de base comunitária, também conhecidas como “turismo comunitário”, “solidário”, “de conservação”, entre outras denominações, que definem a atividade turística desenvolvida pela própria comunidade, de forma que as divisas arrecadadas com as diversas ações, sejam investidas em benfeitorias para a comunidade, sempre buscando a preservação da cultura local e o equilíbrio ambiental. Esse tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como, a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor. Como resultado, o turismo de base comunitária pode ser capaz de transformar a forma de apropriação dos benefícios gerados pela atividade, pois diante desta perspectiva a comunidade se torna participante ativa de seu próprio desenvolvimento e não apenas espectadora das atividades turísticas organizadas externamente em que os benefícios não são percebidos localmente.

A interação na comunidade é fortalecida em um processo de solidariedade e cooperação que favorece a inter-relação social e caracteriza as ações desenvolvidas de acordo

com os conceitos solidários de produção e consumo (que favorecem inicialmente os produtores locais, sem danos e prejuízos à natureza, comercializados em preços módicos e justos). O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e a comunidade local de se beneficiar com as oportunidades geradas e também pelo intercâmbio cultural. Krippendorf (1989), ao considerar a organização da produção turística com base territorial e protagonizado pelas comunidades locais, acredita que o apoio às iniciativas de turismo comunitário, visa contribuir para a geração de emprego e renda locais, fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística, fomentar o mercado local, estruturar este segmento turístico, face à crescente demanda turística em níveis nacional e internacional, agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados, promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

Para Irving (2002), o turismo comunitário tem como premissa essencial o desenvolvimento em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas. Seria um equívoco imaginar este tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois este não é o objetivo de iniciativas desta natureza. Muito pelo contrário, esta proposta se vincula a um “nicho” específico e a uma nova filosofia de se fazer e pensar o turismo. Por outro lado, o turismo de base comunitária pode se constituir em um novo segmento de mercado, com propostas associadas aos compromissos de responsabilidade social e ambiental. Nesse sentido, a comunidade anfitriã percebe a atividade turística como fator de desenvolvimento à medida que prevê benefícios para as famílias que incorporaram a atividade como complemento à renda tradicional. Esses núcleos receptores ainda puderam reconhecer que o turismo tornou-se, possivelmente, veículo propulsor da cultura local e corroborou com a intensificação de realização de festas e manifestações populares que representassem a história e o saber comunitário, elevando a auto-estima dessas pessoas. Sob essa perspectiva, os visitantes podem participar ativamente da economia local, quando garantem que o recurso investido na viagem, seja repassado diretamente à comunidade.

Para tanto, a comunidade local, deve disponibilizar aos turistas, produtos e serviços que entendem ser valorosos, em termos culturais e ambientais. No intercâmbio, as relações são o princípio fundamental do turismo de base comunitária, assim como quem busca tem a intenção de se adaptar e valorizar os códigos dos lugares visitados. Trata-se, portanto, de um turismo que tem nas relações de hospitalidade a principal motivação. Não se exclui o processo do contrato comercial, entretanto, as relações econômicas podem ser enriquecidas por outras relações que ultrapassam a racionalidade do lucro imediato. No caso brasileiro, o turismo de base comunitária vem se apresentando em casos que têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna.

Os trabalhadores dessas comunidades, acostumados com valores da vida em comum, buscam soluções para os problemas do dia a dia de forma coletiva - são pessoas que, possivelmente, se preocupam com a convivência humana mais do que com a acumulação, que resistem às mudanças do consumismo, são orgulhosos pelos valores tradicionais e questionam o modelo de sociedade capitalista. Essas comunidades passaram então a gerir a atividade turística em um sistema integrado, partindo da premissa de que todos poderiam receber equitativamente os dividendos gerados pela atividade. A partir disso, nesses núcleos receptores, inicia-se uma experiência social diferenciada, caracterizada pelo trabalho comunitário realizado nos moldes da economia solidária. Essa nova economia destaca-se por basear sua produção enfrentando as contradições da economia hegemônica. Enquanto as empresas formais visam acumular lucro máximo de seus investimentos, as empresas solidárias buscam distribuir o produzido, alcançar condições para a subsistência de grupos, preocupando-se em especial, com os valores humanos, culturais e ambientais.

O caráter alternativo das experiências populares de autogestão e cooperação econômica pode ser evidenciado com a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral, garante Gaiger (1994, p. 26). A economia solidária é uma alternativa econômica geradora de renda, compatibilizadora dos meios de produção de forma mais equitativa onde, excedentes são controlados e repartidos entre os produtores associados. Neste âmbito, a organização das atividades produtivas pode ser definida de forma democrática e participativa, onde supostamente, prevalece a auto-gestão e a cooperação solidária, e não a heterogestão e a divisão hierárquica do trabalho, que caracterizam as empresas capitalistas. Esta forma de produção contesta a lógica do desenvolvimento

capitalista, e assim, as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários, as divisões, distribuições não se dão obrigatoriamente na forma de salários, mas de escambos, trocas, mutirões, partilhas. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o interesse da acumulação de capital, de relações competitivas para benefícios individuais, a economia solidária organiza-se a partir de relações de amizade, sustenta-se no companheirismo, favorecendo as relações sociais de reciprocidade e adota formas comunitárias de produzir e distribuir.

O turismo comunitário passou a ser entendido como uma atividade solidária, à medida que estabelecia uma nova organização do trabalho nas comunidades receptoras. Nesse sentido, a atividade tornou-se uma ação desenvolvida principalmente pela cooperação, que se baseava na troca de conhecimento mútuo e na força do auxílio recíproco para sua concretização. Muitos desses trabalhadores, pescadores, agricultores e artesãos, envolvidos nas atividades turísticas, devem ter iniciado um processo de compartilhamento do saber tradicional, assimilado ao longo de suas vidas, para que juntos pudessem receber os visitantes e partilharem de experiências.

Sob essa perspectiva o pensador chileno Max-Neef (2005) afirma que comunidade é uma rede de relações que tem um profundo significado entre os que a compõem. A variedade de redes de comunidades é elemento fundamental para sua vitalidade e diversidade, pois fornece um vasto repertório de conhecimentos individuais, que podem ser considerados unificados e somados para a fortificação do todo. O turismo comunitário também pode ser considerado uma atividade articulada em redes de cooperação, permitindo o envolvimento de muitos atores para o desenvolvimento concreto da cadeia. O estabelecimento de redes solidárias de turismo pode ser exemplificado a partir de muitas experiências que surgiram na América Latina, como por exemplo, no Equador, Chile, México (Redturs, 2010), que têm como objetivo principal, a integração plena e o fortalecimento das comunidades por meio da autogestão do turismo, de modo que os envolvidos assumam o protagonismo e a liderança das ações, o que corresponde ao planejamento, operacionalização e supervisão das atividades de forma coletiva, com base na troca de saberes e experiências. Essas comunidades acreditam no desenvolvimento sustentável a partir do turismo, quando este pode concretizar algumas das aspirações da comunidade, na medida em que se torna uma atividade economicamente viável, socialmente solidária, culturalmente enriquecedora e ambientalmente responsável.

No entanto, mais do que lutas sociais, são lutas comunitárias que hoje se articulam em redes, em circuitos análogos ao que Santos (1979) indicou nas áreas urbanas como circuitos

inferiores da economia, mas que buscam empoderamento e articulação para se manterem como comunidades.

Essa nova forma de organização do trabalho, possivelmente, permitiu que as pessoas estivessem ainda mais próximas, a partir de gestos solidários. Nesse sentido, seria possível verificar supostamente vínculos sociais estabelecidos a partir das trocas recíprocas entre os moradores das comunidades. Há sinais que indicam que os membros dessas comunidades, entendem que a felicidade de cada indivíduo depende da felicidade dos outros, portanto, a própria individualidade é pensada coletivamente. Por isso, pensar em uma atividade gerida de forma coletiva, implica em participar e respeitar a comunidade como um todo, em todas as ações. Partindo desse aspecto, é possível dizer que a comunicação e a interatividade entre os comunitários deve ser intensa e verdadeira para que todos os processos sejam registrados de forma democrática e transparente. Acredita-se que as atividades desenvolvidas a partir do turismo comunitário, são capazes de intensificar os vínculos e propiciar o estabelecimento de novas alianças entre os habitantes de núcleos receptores. Neste trabalho parte-se do princípio que os vínculos criados a partir das atividades comunitárias em determinadas regiões têm a dádiva como base fundamental para estabelecer relações sociais.

O sistema da dádiva é um modelo de trocas sociais, sugerido por Marcel Mauss (1974), baseado em um encadeamento de dons e contra-dons que podem suceder infinitamente e que está na base das relações sociais. Esse sistema vem sendo explorado na contemporaneidade pelos autores representantes do movimento —Mouvement Anti Utilitariste en Sciences Sociales (M.A.U.S.S) – Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais, entre os quais, Alain Caillé foi o precursor. Esse grupo dialoga sobre os princípios da solidariedade para a sociedade moderna, por meio de práticas sociais urbanas que visem ações de hospitalidade.

Diante do exposto, o estudo aqui apresentado, tem como motivação, a observação de dois movimentos: em primeiro lugar – o turismo de massa e seus possíveis impactos negativos sobre os núcleos receptores e também, a observação de supostas novas exigências da demanda, que indicam uma motivação por viagens autênticas, onde o local visitado passa a ser cenário de aprendizado e contato inter-cultural. O segundo movimento pode ser descrito pelo surgimento do turismo comunitário, que se apresenta como resposta ao turismo de massa, inovando práticas sustentáveis de proteção ao patrimônio cultural e ambiental. Nesse sistema, regido por cooperação solidária, a comunidade local é protagonista para a

implementação das ações. A partir desse novo cenário econômico, alguns comportamentos sociais, nesses núcleos receptores são observados, como a formação de redes de cooperação.

Nesse sentido, a pesquisa proposta para embasar este trabalho, tem como objetivo central propor uma reflexão sobre a constituição de redes solidárias, estabelecidas a partir de um sistema de cooperação integrado, representado por atividades do turismo comunitário em comunidades da costa leste do estado do Ceará e verificar sua relação com o sistema da dádiva na sociedade moderna. Esse objetivo geral desdobra-se em dois objetivos específicos, a saber: observar, do ponto de vista das relações mais amplas das redes solidárias, as alianças a partir do turismo comunitário; e verificar como ocorre a organização do trabalho comunitário para o estabelecimento de redes de cooperação.

Trabalha-se com foco na problemática das redes de turismo comunitário solidário e da formação de vínculos sociais entre os envolvidos nas atividades comunitárias. A pesquisa centrou-se na costa cearense e objetivou entender a relação existente entre a constituição de redes solidárias de articulação e o sistema da dádiva inserido na sociedade moderna.

Algumas hipóteses foram levantadas com base em estudos preliminares, como por exemplo: as atividades relacionadas ao turismo de base comunitária favorecem a formação de vínculos comunitários a partir da troca de experiências e saberes tradicionais; o trabalho comunitário é organizado em projetos coletivos e baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais; a gestão fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza em prol da sustentabilidade sócio-ambiental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, que tem por referência a Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário. Os dados coletados através de observação e de entrevistas com pessoas significativas das comunidades locais, foram analisados utilizando o método de análise de conteúdo e por isso, foram agrupados em categorias temáticas. A pesquisa de campo foi realizada em oito de um total de doze comunidades que integram a Rede Tucum, (Ceará), nos meses de janeiro de 2010 e dezembro de 2011, após alguns meses de negociações com os organizadores, que deram apoio e autorização prévia para que a pesquisa de campo pudesse ser iniciada. Foram realizadas entrevistas formais (utilizando instrumento de pesquisa semi-estruturado) e informais, com moradores das comunidades caiçaras da costa, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais envolvidas com a Rede.

Entre os entrevistados, algumas colaborações contribuíram muito ao estudo, como a entrevista com René Shärer, presidente da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, representante comunitário da comunidade reconhecida como projeto pioneiro em turismo

comunitário no Brasil; Monica Bonadiman, coordenadora da Rede Tucum, responsável pela implantação da Rede Cearense de Turismo Comunitário no Brasil e representante da ONG Tremembé na Itália, instituição que contribui com a captação de recursos para a manutenção de projetos comunitários nas comunidades de turismo comunitário da Rede Tucum; Sr. José Mario, líder comunitário, representante da RESEX de Batoque (Reserva Extrativista de Batoque) e líder da Associação Comunitária de Batoque.

Foram analisados, também, documentos do Memorial do Homem do Cariri, arquivos e dados no Centro Cultural Dragão do Mar e seus complexos de arte, além de bibliotecas e centros de estudos. Todos os materiais serviram como unidades de análise para o estudo. Durante a pesquisa de campo, foram percorridos 215 km pela costa leste do estado do Ceará para a obtenção de registros e depoimentos de comunidades envolvidas na Rede. Em cada uma das comunidades, a permanência no território se deu em instalações comunitárias com hospedagem domiciliar, o que permitiu participar do cotidiano destas comunidades e apurar informações e dados sobre a rotina de trabalho e lazer desses grupos. As comunidades visitadas foram: Alojamento Frei Humberto (MST), Associação Mulheres em Movimento, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Tremembé.

1. DAR, RECEBER E RETRIBUIR – REFLEXÕES SOBRE A DÁDIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SOCIEDADE MODERNA

O sistema de dádivas foi descrito pela primeira vez por Mauss em seu célebre *Ensaio sobre a Dádiva* (*Essai Sur le Don*, no original), publicado em 1923. Mauss descobriu que os habitantes das sociedades da orla do Pacífico e do noroeste da América do Norte praticavam um tipo de intercâmbio de prestações e de contraprestações, denominadas pelo autor de “prestações totais”, caracterizadas basicamente pela oferta voluntária de presentes, livre e gratuita, e, simultaneamente, interessada e obrigatória (Mauss, 1974).

A obra de Mauss tem inspirado a reflexão de cientistas sociais contemporâneos e por isso, hoje há um considerável universo de pesquisadores trabalhando acerca da dádiva. A maior contribuição do *Ensaio* de Mauss (1974) talvez seja a de mostrar como as mais diferentes civilizações revelam que trocar é mesclar almas, permitindo a comunicação entre os homens, a inter-subjetividade, a sociabilidade. Assim, para Mauss (1974), o objetivo da dádiva “é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas”. Não são apenas bens e riquezas que são trocados, ou seja, bens econômicos, mas, sobretudo, “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (Mauss, 1974). Nesse sentido as trocas não são só materiais: a circulação pode implicar prestações de valores espirituais, assim como maior ou menor alienabilidade do que é trocado (Lanna, 2000). Um aspecto fundamental também discutido é o fato de as trocas serem simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. Coexistem, portanto, uma liberdade e uma obrigação de dar e receber, assim como uma liberdade e uma obrigação de retribuir. A dádiva não procura a igualdade ou equivalência, ela está no cerne de incertezas que caracterizam o vínculo social.

Nas palavras de Mauss (1974): “Trata-se, no fundo, de mistura. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.” A dádiva, portanto, serve “para se ligar, para se conectar à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá” (Godbout,

1998). A tese principal do *Ensaio* de Mauss (1974) é, portanto, que a vida social se constitui por um constante dar-e-receber. A reflexão mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. A dádiva produz aliança, tanto as matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade) (LANNA, 2000). A dádiva serve, portanto, antes de mais nada, para estabelecer relações. “Ela é mesmo a relação social por excelência” (Godbout, 1999, p. 16).

Segundo Pereira (2000), tudo indica que a teoria da dádiva é uma aparelhagem adequada à apreensão dos mecanismos subjacentes às trocas simbólicas nas sociedades contemporâneas. Para Godbout (1999, p. 20), ela é “tão moderna e contemporânea quanto característica das sociedades primitivas”. O mesmo autor afirma, ainda, que “o indivíduo moderno está constantemente envolvido em relações de dádiva” (Godbout, 1999, p. 113). Para Godelier (2001), em nossa sociedade a dádiva se tornou uma operação subjetiva, pessoal, individual. “O dom é a expressão e o instrumento de relações pessoais situadas além do mercado e do Estado” (Godelier, 2001, p. 314). Este é um fenômeno essencial na sociedade contemporânea. É nesse sentido que Dencker (2004, p. 189) afirma que “as relações de mercado não existem isoladamente, coexistem com outras formas de relação de troca, uma vez que faz parte da condição humana interagir com o outro, trocar emoções, compartilhar sonhos, esperanças, tristezas, aflições, reconhecer e ser reconhecido pelo outro”.

Portanto, se o sistema normativo e institucional tende a integrar esse “a mais” introduzido pela dádiva, reduzindo-o a uma troca equitativa, os seres humanos tendem a reinventar e a escapar continuamente daquilo que se fixa, que se normatiza, fugindo-se das equivalências mecânicas, calculáveis. “Saímos do mercado toda vez que introduzimos o valor do vínculo. Saímos voluntariamente da relação mercantil e reintroduzimos um gesto inesperado, imprevisto, uma graça” (Godbout, 1999, p. 223).

Partindo dessa análise, o presente capítulo fará uma abordagem sobre a dádiva apresentando as redes de colaboração solidária como alternativa de aproximação e vinculação, em oposição ao sistema mercantil utilitarista. No desenrolar do capítulo serão apresentados conceitos e estudos feitos sobre a dádiva e a sua importância para os vínculos sociais modernos, que amarram as relações pessoais com trocas simbólicas solidárias. Partindo dessas análises serão destacadas iniciativas de trabalho solidário que são desenvolvidos por meio da cooperação e da divisão equitativa de bens entre os envolvidos, atuando em consonância com

a Economia Solidária. Serão apresentados estudos sobre o conceito solidário e economia, sua gênese e as organizações sociais que realizam atividades associativas.

1.1 Os grandes paradigmas sociológicos: Holismo e Utilitarismo Metodológicos frente ao sistema da dívida

A sociedade moderna vive em torno da hegemonia do sistema econômico capitalista dirigido pelos interesses do mercado e o consumismo desenfreado. Esse modelo econômico tem sido discutido mundialmente, pois além de sacrificar bens naturais não renováveis e restringir os recursos em prol do crescimento econômico, cria novas tendências mercantis que entusiasmam a mecanização do pensamento humano e ajustam novas regras de vida e comportamento para a sociedade. Esse sistema é conhecido por noções neoliberais que favorecem muitas vezes as necessidades mercadológicas e não as humanas.

A concepção neoliberal foi formulada pela primeira vez em 1947 por Friedrich August von Hayek. Ela partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade. Nesse sentido, o neoliberalismo como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país (Friedman, 1970).

Como sistema econômico que prega uma intervenção mínima do estado na economia, prevê a articulação do mercado, com liberdade. Defende a instituição de um sistema de governo onde o indivíduo tem mais importância do que o Estado, sob a argumentação de que quanto menor a participação do Estado na economia, maior é o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade pode se desenvolver e progredir, buscando um Bem-Estar Social. Esse tipo de pensamento pode ser representado pela privatização e pelo livre comércio.

A utilização do prefixo “Neo”, refere-se menos à uma nova corrente do Liberalismo e mais à uma utilização e aplicação dos preceitos liberais, existente em um contexto histórico diverso à sua elaboração. Portanto, não se trata de uma nova versão do Liberalismo, mas sim de uma visão moderna daquelas idéias. Liberalismo este que, por sua vez, surgiu a partir de pensamentos iluministas e defendia a maximização da liberdade individual mediante o

exercício dos direitos e da lei, a individualidade e liberdade, mostrando uma sociedade caracterizada pela livre iniciativa integrada num contexto definido (Friedman, 1970).

No Neoliberalismo é o mercado que dita as regras e conduz a produção. Por exemplo: as empresas não produzem apenas pela necessidade e sim após uma consulta ao mercado, verificando a análise custo-benefício e atenta a possibilidades exteriores. O Poder da publicidade na sociedade de consumo é um grande aliado da política Neoliberal. Na utilização desse sistema, as mercadorias acabam não sendo produzidas de acordo com as necessidades da população e sim de acordo com as necessidades do mercado. As riquezas das populações desenvolvidas não "transbordaram" para as mais pobres (como era defendido pelo conceito Liberalista).

As principais críticas ao Neoliberalismo são ditas em vários planos. Primeiramente no econômico, vive-se a etapa conhecida como monopolista, marcada pela ação de grandes conglomerados empresariais. Pelas teorias neoliberais econômicas sabe-se que somente as grandes empresas sobrevivem no mercado. Além disso, ocorreu, e ainda ocorre, o aumento da questão social, ou seja, a elevação dos índices de desemprego e pobreza nas nações ricas, sem contar com as crises em países periféricos, graças à má distribuição de renda. Por todos esses pontos, as idéias neoliberais não são tão atraentes para a maioria da população. Elas podem ser até favoráveis para soluções do mercado, mas são um influente fator nos problemas sociais do nosso século (Friedman, 1970).

Do mesmo modo, o mercado livre é sustentado por uma política especulativa, sempre procurando investir onde os lucros sejam maiores. Muitos países que não têm condições de serem grandes investidores dependem, de sua parte, de investimentos externos. Estes podem até ser positivos; contudo, quando são retirados, o país que deles dependia fica desestruturado e frágil, com menos chances ainda de receber novos investimentos. É o que acontece com países que não têm sólida estrutura interna. Na versão brasileira, o neoliberalismo defende a limitação da participação do estado na atividade econômica e identifica-se com o ideal de "estado menor" e mais eficiente.

Opõe-se ao corporativismo que domina as relações entre o estado e os poderosos grupos de interesse da sociedade civil que buscam influenciar as decisões de governo para manter privilégios, principalmente os que se formaram a partir das bases do trabalhismo lançadas por Getúlio Vargas no período de 1930 a 1945 (Friedman, 1970).

O neoliberalismo propõe uma desregulamentação da economia (controles públicos menos rígidos das atividades econômicas), a privatização das empresas estatais como as

usinas de energia, as indústrias de base, a construção e administração de estradas, a administração de portos e até parte de setores de fundamental interesse público como saúde e educação. Segundo o neoliberalismo, ao enxugar os gastos com políticas sociais e obras públicas, o governo tende a diminuir os impostos e estimular as atividades produtivas. Portanto, o livre funcionamento do mercado, sem controles inibidores do Estado, é o caminho para a elevação da produção e, conseqüentemente, geração de emprego e de renda, acarretando efeitos sociais positivos.

Segundo Godbout (1998, p. 39-52), para essa modalidade política e econômica atual, existe um paradigma sociológico que explica tal comportamento e busca refletir sobre as tendências desse mecanismo para os atores desse sistema, que muitas vezes tem suas necessidades transformadas e maquiadas por instituições e autoridades em função do crescimento comercial. Esse paradigma é conhecido como o neoliberalismo. Nas ciências humanas, ele possui diversos nomes: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica, entre outros. (Godbout, 1998, p. 39-52). Ainda segundo o autor, as diversas nomenclaturas atribuídas ao paradigma, podem classificar seus diferentes aspectos, porém existe um ponto em comum em todos eles que pode resumir sua essência: —procura explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade. Para Simmel (apud Godbout, 1998, p. 39-52), esse sistema tende a guiar os atores do processo a partir de vontades criadas por meio de um ambiente imaginário em que as necessidades são criadas artificialmente para que o ciclo desejo-consumo seja abastecido periodicamente:

O membro da sociedade moderna se vê às voltas com um número impressionante de instâncias, de pessoas, de instituições, de autoridades, que tentam lhe dizer quais deviam ser seus valores, suas preferências, que tentam lhe dizer o que é bom para ele. Costumam ser instâncias externas à sua comunidade, que ele tende a considerar ilegítimas. (SIMMEL APUD GODBOUT, 1998, p. 39).

Nesse caso, as relações são extremamente impessoais, não há envolvimento e não há promessa de uma relação em longo prazo. Para Godbout (1998, p. 40), as sociedades modernas encontram espontaneamente uma vantagem no sistema de mercado: a liberdade, traduzida pela facilidade de sair de uma relação que não se aprecia, e ir procurar outra, livre de regras e sem necessidade de explicações ou satisfações sociais. Segundo o autor, o modelo mercante visa à ausência de dívida. Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da

equivalência, predominante no sistema utilitarista, cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e, portanto, não nos insere num sistema de obrigações (Godbout, 1998, p. 39). Nesse sentido, a liberdade moderna pode ser considerada essencialmente como a ausência da dívida. "O par constituído pelo individualismo e a economia neoclássica busca fundar a ética do comportamento do homem sem nenhuma dívida em relação a quem quer que seja" (Simmel *apud* Godbout, 1998, p. 41). Assim, o mercado seria como um meio criado pela sociedade moderna, onde os indivíduos buscam sanar as dívidas pontualmente, sem que haja comprometimentos futuros. Para o autor, o mercado é um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais. É a essência da liberdade moderna. "Nesse jogo infinito da circulação de equivalências, ser um indivíduo, equivale a não dever nada a ninguém". (Berthoud *apud* Godbout, 1994, P. 53). Nesse sentido, o homem da sociedade moderna torna-se seguro para concretizar sonhos e desejos, muitas vezes criados e manipulados pelo mercado, em um ambiente de liberdade de escolha e garantia de não atrelar pendências futuras a essas transações. Para Godbout (1998), esse modelo tende, a generalizar um valor, o valor de produto.

Se, graças à modernidade, libertamo-nos de nossos laços, por outro lado tornamo-nos cada vez mais dependentes de nossos bens, de nossos produtos e, principalmente, da necessidade de produzir cada vez mais. Em outras palavras, o que era meio (o produto) torna-se fim. Inverte-se a relação fim-meio. O que fora inicialmente definido como estando a serviço das preferências individuais — a produção — acaba sendo o valor supremo, a finalidade (GODBOUT, 1998, p. 40).

Com base nessas análises, pode-se dizer que o indivíduo que atua no sistema de mercado está cada vez mais isolado em suas próprias decisões, deixando de compartilhar desejos e anseios. Acredita-se que o indivíduo entregue ao sistema utilitarista da pós-modernidade é compelido pelas normas do próprio sistema, que é segregador, valoriza as qualidades individuais e transforma os indivíduos de uma sociedade em pessoas estranhas umas às outras.

Em contraposição ao paradigma economicista e utilitarista, sociólogos e antropólogos desenvolveram estudos que criticam essa abordagem e apresentam outra forma de analisar o comportamento social, dessa vez partindo de um olhar coletivo e não mais restrito ao indivíduo. Esse novo paradigma preocupa-se em analisar as diferentes formas de Holismo, termo que designa em sentido amplo, todas as teorias que falam da sociedade mais do que do indivíduo. Esse movimento recrimina o monopólio da economia neoclássica e se apresenta como uma alternativa ao paradigma utilitarista (Godbout, 1998). Segundo Godbout (1999), a essência desse novo pensamento está em romper o isolamento do indivíduo e situá-lo no

contexto de suas relações sociais. Etzioni (1988) denomina essa nova rede pensamento de "paradigma do eu e nós", que significa que cada indivíduo possui um sentimento de identidade compartilhada com os outros. Nesse novo paradigma, os atores sociais não agem somente em função de seus interesses, mas sim em função de normas e valores coletivos. Para Etzioni (1988), os atos morais tendem a representar os ímpetos sociais sobre compromissos não deliberados:

Atos morais refletem um imperativo, uma generalização, e uma simetria quando aplicados aos outros [...] são intrinsecamente motivados e não passíveis de uma análise meios-fins. [...] repudiam a racionalidade instrumental que inclui a consideração de custos e benefícios. [...] De fato, a "instantaneidade" de tais decisões é usada por várias pesquisas como uma indicação de que se trata de um compromisso não deliberado (ETZIONI, 1988, p. 48).

Os dois paradigmas descritos representam que as relações sociais decorrem a partir da liberdade e da livre escolha, onde os indivíduos podem seguir guiados pelo modelo da racionalidade, ou por um comportamento determinado por normas, pela obediência a regras. Para Caillé (1998), nenhum dos dois grandes paradigmas apresentados podem elucidar questões relativas ao comportamento social. Por isso, ele propõe e instiga reflexões acerca da dádiva e sobre os estudos realizados inicialmente por Marcel Mauss, e que hoje são conduzidos por autores representantes do movimento —Mouvement Anti Utilitariste em Sciences Sociales (M.A.U.S.S) – Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais, entre os quais, Alain Caillé foi o precursor. Para Caillé (1998), a dádiva desafia os grandes paradigmas propostos e por isso merece destaque dentre as pesquisas sociológicas. Ao assumir a lógica da dádiva como fenômeno social total, Alain Caillé, recupera o sentido central da teoria, marcada pela tripla obrigação de “dar, receber e retribuir”, definindo a dádiva como:

Toda e qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, no intuito de criar, manter ou regenerar o vínculo social. Na relação de dom, o vínculo é mais importante do que o bem (...) por esse fato, comporta uma dimensão de “gratuidade”. O paradigma da dádiva insiste sobre a importância, positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de ação e prestação. O dom não pode ser pensado sem ou fora do interesse e sim contra o interesse instrumental. Trata-se do movimento que, visando a aliança ou /e a criação, subordina os interesses instrumentais aos interesses não instrumentais (CAILLÉ, 2001, p. 42).

A dádiva está presente em todas as instâncias sociais e pode ser representada por um gesto de acolhimento, de aceitação e até por uma proposta de paz e trégua. Todas as ações que iniciam um ciclo da dádiva têm interesse específico na relação humana e em sua manutenção. O que se define como a concepção maussiana da dádiva refere-se à síntese de vários trabalhos

reagrupados em torno do chamado Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, principal pólo difusor dos assuntos que cercam o tema. No “E’ssai sur Le Don”, Mauss fixa um duplo objetivo: Pesquisar a forma e a razão das trocas nas chamadas sociedades arcaicas - ele espera encontrar um dos fundamentos humanos sob o qual são construídas nossas sociedades”, a partir do qual ele pensa poder “deduzir certas conclusões de moral sobre certos problemas colocados pela crise do nosso direito e da nossa economia (Caillé, 2001, p. 42).

Mauss contesta a existência de uma “economia natural” nestas sociedades, onde não se observa uma situação dentro da qual indivíduos em condição de escassez trocariam exclusivamente bens materiais para a satisfação de suas necessidade elementares. Desse modo, ele rejeita a possibilidade de compreender a dádiva sob a figura do mercado “não se constata jamais simples trocas de bens, de riquezas, de produtos ao longo de um mercado entre indivíduos”, pois em primeiro lugar, “não são os indivíduos, são as coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam”, e, em segundo lugar, “o que eles trocam não são exclusivamente objetos úteis economicamente. São antes, gentilezas, danças, festas, onde o mercado é apenas um dos momentos e a circulação de riqueza apenas um dos termos de um contrato muito mais geral”.

São esses os dois aspectos que conferem à dádiva o seu caráter de fato social total. Total por um lado, no sentido do engajamento da coletividade como um todo – “é todo o clã que contrata para todos, por tudo que possui e por tudo que faz, por intermédio do seu chefe”. E, por outro lado, fato social total no sentido em que se trata de um fenômeno que atravessa todas as esferas da prática: “elas são, ao mesmo tempo, jurídicas, econômicas, religiosas e mesmo estética, morfológica etc” (Mauss, 1974). Esse segundo aspecto é particularmente importante, pois aponta a ausência de autonomia da dimensão econômica e sua imbricação junto às demais esferas da vida social como característica dessas sociedades. Nesse sentido Godbout também visualiza a manifestação da dádiva entre estranhos:

Entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Não é um fenômeno irrelevante. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Na sociedade moderna, a dádiva circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência, etc. (GODBOUT, 1998, p. 44).

A dádiva não corresponde ao modelo mercantil; uma de suas principais características consiste no fato de que os agentes sociais não estão condicionados à equivalência e a quitação

das dívidas contraídas. O movimento da dádiva não é unilateral, embora a retribuição não seja o objetivo no sistema da dádiva, geralmente, ela acontece, e muitas vezes maior do que a dádiva inicial.

Uma primeira característica de um sistema de dádiva consiste no fato de que os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. Isso não significa que a dádiva seja unilateral. Pode sê-lo, mas essa não é uma característica essencial sua. Geralmente, ao contrário, há retribuição, e muitas vezes maior do que a dádiva. Mas a retribuição não é o objetivo. É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental (GODBOUT, 1998, p. 41)

Para Godbout (1998, p. 42) [...] O mercado se baseia na liquidação da dívida. A dádiva baseia-se, ao contrário, na dívida. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de órgãos.

[...] a dádiva baseia-se na dívida. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de órgãos. A dívida deliberadamente mantida é uma tendência da dádiva, assim como a busca da equivalência é uma tendência do modelo mercantil. Os parceiros num sistema de dádiva ficam em situação de dívida, negativa ou positiva. Se for uma situação positiva, significa que consideram que devem muito aos outros. Não é uma noção contábil. É um estado, no qual cada um considera que, em termos gerais, recebe mais do que dá. O sistema da dádiva se situa, assim, no pólo oposto ao do sistema mercantil. Não porque seja unilateral, o que não é, mas porque o que caracteriza o mercado, como vimos, é a transação pontual, sem dívida, ao passo que a dádiva busca a dívida (GODBOUT, 1998, p. 42).

A dádiva não corresponde ainda ao paradigma holista, pois enquanto os agentes nesse sistema agem por obrigação às regras e normas, no sistema da dádiva, os atores valorizam o prazer envolvido na relação. Segundo Godbout (1998, p. 43), uma dádiva feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior e por isso a moral do dever não se aplica à dádiva. Nas palavras de Caillé (1998, p. 43), “o sujeito da ação apresentado pelo Holismo é incapaz de dar. Controlado demais pelo exterior para atingir a liberdade e o sentido, pode na melhor das hipóteses, apenas cumprir corretamente o rito, a regra ou a função, submetendo-se ao seu destino.” Para Caillé, inversamente, o indivíduo do individualismo metodológico é livre, descomprometido e ao mesmo tempo fechado em si, não sendo capaz de se relacionar verdadeiramente com as outras pessoas. Ele acrescenta que utilizando os termos de Max Weber, pode-se dizer que o Holismo só concebe a ação tradicional, e o individualismo só concebe a ação instrumental. Nesse sentido, Caillé (1998, p. 45) argumenta que os individualistas desejam deixar ao livre jogo do mercado a organização

da maior parte da existência social, enquanto que os holistas, têm são desejosos de que o Estado desempenhe um papel importante.

Os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. “Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas. Por isso, é de muito mau gosto deixar o preço num presente, ou aludir a ele. No sistema da dádiva o doador, por muitas vezes chega a negar a importância da dádiva. Ao doar algo, é comum responder após o agradecimento, ‘*de nada*’, como forma de diminuir a obrigação de retribuir e tornar a retribuição incerta”. Esse mecanismo torna o outro livre para dar por sua vez. Oportuniza-se assim ao receptor fazer uma verdadeira dádiva (Godbout 1998, p. 52).

Constata-se, desse modo, que os atores da dádiva introduzem, deliberada e permanentemente, uma incerteza, uma indeterminação, um risco quanto à efetivação do contradição, de modo a se afastarem o máximo possível do contrato, do comprometimento contratual (mercantil ou social), e também da regra do dever; na verdade, de qualquer regra de tipo universal. Por quê? Porque estas últimas têm a propriedade de obrigar o outro independentemente de seus "sentimentos" em relação a mim, independentemente do elo que existe entre o outro e eu (GODBOUT 1999, p. 52).

De acordo com Caillé (1998, p. 5-38) o sistema da dádiva, representado pela tríplice obrigação – dar, receber e retribuir, é um modelo de ação social totalmente diferente e paradoxal, pois estabelece ao mesmo tempo, uma relação de "liberdade e obrigação" e de interesse e desinteresse. O ritual da dádiva não se resume em mero ritual, pelo contrário, em uma relação que envolve dádiva, há expressão obrigatória de sentimentos de generosidade, gratidão e espontaneidade (Caillé, 1998, p. 35). As formas de liberdade e dívida descritas no sistema da dádiva são diferentes daquelas contraídas pelo sistema mercantil. Na dádiva, não há preocupação em relação à contração da dívida e não consiste na facilidade, para o ator, de sair da relação; situa-se, ao contrário, dentro do laço social, e consiste em tornar o próprio laço mais livre, multiplicando os rituais que visam diminuir, para o outro, o peso da obrigação. A dádiva é um jogo entre liberdade e obrigação. A maior parte das características da dádiva torna-se compreensível quando se as interpreta segundo o princípio da liberdade dos atores. (Godbout, 1998).

Para o sociólogo Michel Crouzier, o paradigma do individualismo metodológico, onde o homem é dotado de um "instinto estratégico" que o leva a reduzir as incertezas nas situações de interação com o outro, de modo a aumentar seu poder (Friedberg, 1993, p. 210), e consequentemente reduzir a liberdade alheia para aumentar a sua própria. Contrariamente, no sistema da dádiva, cria-se e mantêm-se zonas de incerteza, para aumentar o valor dos laços

sociais que lhe são caros. Para Caillé (1998), “nessa relação de dádiva, o ator procura, em vez de limitar a liberdade alheia, aumentá-la, pois ela constitui a prévia do valor que ele irá reconhecer no gesto do outro”.

O sistema da dádiva busca reduzir no outro qualquer sentimento de obrigação, ainda que essas obrigações não deixem de existir, além de optar pela incerteza, e assim, permitir que a confiança se manifeste. Segundo Caillé (1998, p. 5-38), esse modelo não se liga, portanto, a nenhum dos dois paradigmas dominantes. A não equivalência, a espontaneidade, a dívida, a incerteza buscada no seio da relação se opõem à teoria da escolha racional e ao contrato. Mas o prazer do gesto, a liberdade, se opõem às normas interiorizadas do modelo holista, se opõem à moral do dever. A dádiva coloca em relevo os "vícios" dos dois paradigmas tradicionais nas ciências sociais: "Se o vício dos economistas é o de tudo perceber em função dos interesses, o vício sociológico é o de ver no homem o executante passivo das normas sociais." (Elster, 1995, p. 144).

Assim, o modelo da dádiva não se liga, aos paradigmas dominantes. Para Godbout (1998), "[...] a verdadeira dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá a si mesmo, mas uma obrigação interna, imanente” (Godbout, 1998).

Nesse sentido, o sistema da dádiva aparece como conciliador e formador de relações em um momento em que a sociedade parece cada vez mais envolvida em processos individuais. A dádiva permite unir ou reconciliar pessoas em relações. A descoberta da dádiva aparece como uma proposta diferencial de inter-relação humana, fundada em uma troca contínua que alimenta o processo. Assim, a dádiva apresenta-se como fator essencial para a convivência humana – processo vital para a manutenção de vínculos e formação de novas alianças.

1.1.1 Cultura, estrutura social e comunidade

Existe ainda outro paradigma a ser analisado nesse trabalho, que diz respeito à constituição da estrutura social por meio da cultura. Para isso, será feita uma breve análise da obra de Raymond Williams – “Cultura e Sociedade”, que constrói uma proposta de vínculo e articulação social, por meio da produção cultural. Trata-se de uma abordagem que tem relação com a proposta de dádiva, por apresentar a circularidade nas relações comunitárias, a

unificação para as representações e a solidariedade como fator de agregação e interação de classes sociais.

Segundo a análise que Raymond Williams (1969), o termo cultura entrou na língua inglesa a partir do latim *colere* - habitar, de onde derivou para colono e colônia. Também significava adorar, donde o sentido de culto religioso, e cultivar no sentido de cuidar da terra e dos animais. Esse sentido prevaleceu até o século XVI. A partir de então a palavra cultura começou a ser usada como o cultivo do espírito, das faculdades mentais, mas ainda designava uma atividade, cultivar algo. Dentro da vasta produção intelectual de Williams se destaca o seu trabalho sobre o tema Cultura e Sociedade que resgatou a importância do termo cultura dentro da tradição intelectual britânica.

No século XVIII, ao lado da palavra civilização, cultura começou a designar um processo geral de progresso intelectual e espiritual, tanto individual como social, mas arraigado ao desenvolvimento humano da civilização européia. Por civilização entendia-se um estado realizado, originado na idéia de *civitas* (ordenado, educado), em oposição, portanto, ao estado natural da barbárie. Mas este estado realizado também era caracterizado pelo seu desenvolvimento, isto é, um estado civil, civilizado, educado, que teve progresso. Williams afirma que, nesse sentido, os termos cultura e civilização eram intercambiáveis (Williams, 1969).

O desenvolvimento e a expansão do modo capitalista de produção, que teve na Revolução Industrial uma das suas expressões, influenciou a mudança semântica da palavra cultura. Durante o século XIX, na medida em que se percebia que, junto com o desenvolvimento capitalista havia uma perda dos valores humanos. Num mundo em acelerada transformação e perda de referências e valores, o cultivo do espírito humano, das belas artes, significava a resistência de um humanismo em vias de desintegração. Com isso, no século XIX, o termo cultura passou a ser associado ao processo geral de desenvolvimento “íntimo”, em oposição ao “externo” (Williams, 1969).

Cultura passou a ser ligada às artes, religião, instituições, práticas e valores distintos e às vezes até opostos à civilização e à sociedade. No século XX, além do sentido, que permanece, de cultivo agrícola em oposição ao crescimento natural, há pelo menos três categorias distintas de uso: a cultura como processo de desenvolvimento mental, como um modo de vida específico e como os trabalhos e práticas de atividade intelectual e especialmente artística: a música, a literatura, a escultura, entre outras. Na Inglaterra da década de 1950, Raymond Williams e, posteriormente, seus colegas do Centro de Estudos da

Cultura Contemporânea de Birmingham, intervêm no debate, procurando demonstrar as conexões existentes entre as três categorias.

A obra *Cultura e Sociedade* reconstitui historicamente os discursos sobre a cultura presentes na tradição britânica entre 1780 e 1950. Examina as idéias sobre cultura e sociedade e a mudança do significado desses termos desde os primeiros anos de consolidação da Revolução Industrial. Analisa as mudanças semânticas e suas relações com as mudanças sociais pelas quais passou a Inglaterra com o desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista. Williams observa a tensão entre permanências e rupturas nas relações entre cultura e sociedade, num movimento dialético que se estende até a primeira metade do século XX.

Para Eliot a cultura é o modo total de vida de um povo, tanto o consciente como o inconsciente. No livro *Notas para uma definição de cultura* ele afirma:

O termo cultura tem associações diferentes segundo tenhamos em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, de toda uma sociedade. Parte da minha tese é que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe, e que a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que pertence este grupo ou classe. Portanto, a cultura da sociedade é que é fundamental, e o significado do termo “cultura” em relação com toda a sociedade é que deveríamos examinar primeiro. (ELIOT, 2005, p. 33)

A cultura é de todos, em toda a sociedade e em todos os modos de pensar, este o sentido do termo cultura comum. Para Williams, a cultura é de todos, mas não é igual para todos. Ela pressupõe a igualdade do ser, sem a qual ela não poderá ser de todos e, nesse aspecto é programática já que não se vive na sociedade capitalista a igualdade do ser. A desigualdade no campo da propriedade, fora a propriedade pessoal, a desigualdade na propriedade dos meios de vida e de produção impossibilitam, na prática, o acesso aos processos básicos pelos quais a igualdade do ser é assegurada. Porém, uma desigualdade em relação a uma capacidade individual num saber específico, no preparo, ou no esforço, pode não afetar a igualdade essencial. Uma cultura comum sempre pressupõe a igualdade do ser, mas não pode opor restrições absolutas ao acesso a qualquer das suas atividades: este é o sentido real do princípio de igualdade de oportunidades segundo Raymond Williams (Williams, 1969, p. 326).

Para Williams:

Devemos planejar o que pode ser planejado, de acordo com a decisão comum. Mas no que diz respeito à cultura, a atitude certa será a que nos lembre de que uma cultura é, por essência, insuscetível de planejamento. Devemos assegurar os meios de vida e os meios para a comunidade constituir-se. Mas o que será a vivência, com base em tais meios, não podemos conhecer e nem traduzir. A idéia de cultura apóia-se numa metáfora: o velar pelo crescimento natural. E é sem dúvida no crescimento, como fato e metáfora, que se deve colocar a ênfase final. Em nenhuma outra área é maior a necessidade de reinterpretação. (WILLIAMS, 1969, p. 343)

O processo cultural é bem mais complexo do que um inventário dos seus artefatos e usos. Williams não nega a sociedade de classes e nem considera a cultura algo transcendente à luta de classes. Sua insistência é na complexidade e nas relações de circularidade, muito mais profundas e complexas do que costumam ser vistas, entre o que, simplificarmente, chama-se alta cultura e cultura popular.

Dentro de um projeto socialista a construção de uma cultura comum seria, então, a síntese de dois processos muito mais complexos do que simplificarmente é chamado de alta cultura e cultura popular. Nesse caso, a idéia de solidariedade seria empregada como “potencialmente, a verdadeira e real base de uma [nova] sociedade” (Williams, 1969, p. 340).

Williams reconhece que a solidariedade está historicamente incorporada à classe trabalhadora, sendo o resultado de uma atitude basicamente defensiva contra um inimigo comum. Como estabelecer e tornar hegemônico um sentimento tão primitivo como o de solidariedade? Ele é fruto de condições específicas de identidade e experiência, condições estas impossíveis de existir numa sociedade altamente complexa como a que seria qualquer uma que substituísse a atual.

Para o autor:

Qualquer civilização hoje imaginável depende de ampla variedade de capacidades altamente especializadas, que acarretarão, em partes definidas da cultura, inevitável fragmentação da experiência. A atribuição de privilégios a certos tipos de capacitação profissional vem constituindo procedimento tradicional e será difícil mudar esse hábito até o ponto que se faz necessário, para se assegurar uma substancial igualdade de condições, indispensável ao sentimento de comunidade. Em nossos dias, uma cultura comum não se confundirá com a da sociedade simples e homogênea dos velhos sonhos. Será a de uma organização complexa, a exigir contínuo ajustamento e revisão. Em tão difícil organização, o único elemento capaz de lhe assegurar estabilidade, que se pode conceber, é o sentimento de solidariedade. Mas para fazê-lo operar será necessário que estejamos constantemente a redefini-lo. Além da dificuldade intrínseca de descobrir a motivação para esse sentimento de solidariedade, serão muitas as tentativas de retorno aos velhos sentimentos, a serviço de qualquer novo desenvolvimento seccional. O que desejo aqui acentuar é que essa primeira dificuldade – a compatibilidade de uma especialização crescente com uma cultura genuinamente comum – só se resolverá num contexto de comunidade das condições materiais da sociedade e através do processo democrático em sua plenitude. (WILLIAMS, 1969, p. 341)

O autor verifica nessa obra que a idéia de cultura e seus desdobramentos passam a ser incorporadas às representações, práticas intelectuais e de alteridade a partir das condições materiais que se transformam desde o século XVII. Cultura é uma resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia, e que determinaram mudanças fundamentais nas condições da vida comum. A cultura constituiu-se em um esforço por compreender, interpretar e apreciar, em seu todo, as mudanças provocadas pela industrialização e pela democracia (Williams, 1969, p. 345).

Vê-se, então, por meio do seu estudo sobre a formação do termo cultura, que ela adquiriu uma materialidade tal que instituiu práticas antes não realizadas e possíveis, estipulou mudanças nas relações entre homens e entre grupos de homens, gerando identidades, conflitos, relações de subordinação, alternativas de trabalho intelectual, em suma, uma infinidade de interações e, com elas, instituições, valores, modos de viver.

Williams chega a esta síntese após o estudo histórico da idéia de cultura que se desenvolveu com base na interpretação de que ela é algo extraordinário, que ocupa um lugar de destaque, que é superior. Segundo ele, a criatividade, defendida como atributo da arte, portanto privilégio dos “iluminados” artistas, deixa de ser um processo excepcional e passa a ser encarada como construção de toda uma sociedade.

Os significados, a importância dada às mais diversas elaborações humanas, são cultura na medida em que fazem parte do modo geral de vida e são, elas mesmas, que nos fazem entender essas elaborações. Segundo Williams, a idéia de cultura como modo de vida e como produto artístico não se excluem porque em ambos o valor atribuído está no significado coletivo. Assim como um grupo de homens e mulheres reunidos dá um dado significado ao ingresso em um templo religioso, outros darão às obras contidas em um museu. A arte deve então ser analisada como mais um processo social, portanto não dissociada da sociedade. Ela é cultural tanto quanto as demais práticas humanas (Williams, 1969, p. 345).

Williams, como outros autores do século XX, usa o termo cultura como “prática social” e “produção cultural”, ambos entendidos como “sistema de significações”, o que ampliou o escopo de interpretação do termo, pois cultura passou a incluir toda e qualquer “prática significativa”, contemplando três dimensões antes desagregadas: cultura como “modo de vida global”, como “sistema de significações” e como “atividades artísticas e intelectuais”. Cultura não exclui uma dessas dimensões, mas as agrega, as conjuga, pois tanto as vidas ordinárias, quanto à produção artística, literária e poética são culturais porque carregam em si significados e valores formulados no coletivo, nas interações humanas. Segundo William:

cultura é ordinária porque está em toda sociedade e em toda mente. Em todo lugar há sempre entre as pessoas um mundo a extrair e é nesse mundo, que está lá, que há o potencial, a verdadeira capacidade de luta pela vida, na experiência ordinária – a cultura (WILLIAMS, 1969, p. 341).

O produto cultural é, em grande medida, um desdobramento das relações sociais que alteram a consciência prática que a produz. Entendê-la, neste caso, é descrever essas relações e, em decorrência, os esquemas, instituições, mecanismos e forças produzidas no processo prático de sua elaboração.

Williams (1969) diz que a estrutura social está no produto e que, portanto, a forma não é gerada internamente, ela é a expressão das estruturações do vivido na experiência histórica. A cultura é erguida sempre como resposta ao modo de vida no qual seu autor encontra-se imerso. Ela é um tribunal de julgamento da qualidade dessa vida. Isso porque, para o autor, as práticas sociais e os hábitos mentais se misturam às formas de produção e de organização sócio-econômicas a ponto de estruturarem, em termos de sentido, a vida e suas experiências.

Como sistema de significações, a cultura organiza as relações sociais dos produtores culturais. A cultura cria instituições e orienta o processo de agrupamento interno dos produtores. Neste sentido, o analista da cultura tem, necessariamente, que fazer sua análise colocando em correlação a totalidade dessas interações.

Se cultura é um modo geral de vida, fazer sua análise representa descrever as inter-relações entre as práticas de significações que articulam e organizam a vida social. Isto requer, portanto, uma interpretação capaz de dar conta das instituições que conformam o sistema de significações aos quais a cultura especificamente em estudo se faz realizar. A vida social se processa, na perspectiva de Williams, segundo um sistema organizado, onde não é possível separar, desmembrar, isolar o produto cultural. Ele diz, literalmente: Cultura é significado comum, o produto de pessoas inteiras, os significados individuais, o produto do todo de um homem, experiência pessoal e social que empreendeu (Williams, 1969).

Nesse sentido, Williams ampliou a sua noção de determinação, que no pensamento marxista em geral era associada ao economicismo, e afirmou que ela está na totalidade do processo social: “a sociedade não é apenas a casca morta que limita a realização social e individual. É sempre também um processo constitutivo com pressões muito poderosas, que são internalizadas e se tornam vontades individuais”.

Essa idéia da determinação para Williams influenciou também a sua concepção de forças produtivas, que para ele seria “um dos e todos os meios de produção e reprodução da

vida real”. A cultura passou a ser vista por Williams como uma força produtiva, essencial na produção “de nós mesmos e nossas sociedades”, como ele afirmou em seguida.

Essa concepção ajuda a mostrar como diferentes significados e valores organizam a vida social comum. Nesse sentido, a cultura deixa de ser um resultado ou reflexo de uma determinada base, mas passa a ser encarada como aspecto importante, isto é, ativo na organização social. Ou seja, a cultura se torna elemento constitutivo do processo social e, assim, “é um modo de produção de significados e valores da sociedade” (Williams, 1969).

Dessa forma, então, Williams contribuiu para a elaboração de uma teoria materialista de cultura, ampliando o conceito no sentido de um processo integral da vida, enfatizando a interdependência das várias esferas da realidade social e a atuação delas como forças produtivas, ou seja, como elementos ativos na transformação social (Williams, 1969).

Essa idéia de que cultura é ordinária está aliada a uma visão também comum de sociedade. Uma sociedade que não é considerada neutra nem protetora, mas um conjunto de meios positivos para todas as espécies de desenvolvimento, que deve ser entendido não em termos individuais, mas em termos de comunidade. A provisão dos bens da vida deve ser coletiva, tanto na produção quanto na distribuição. Nessa perspectiva, o cabedal humano é considerado, em todos os seus aspectos, como de posse

comum, e a liberdade de acesso a ele como um direito decorrente da própria condição humana.

Nesse sentido, Williams (1969) descreve que a provisão necessária deve ser mantida de forma coletiva – em comunidade, para sua produção e distribuição. Faz-se necessário, nesse trabalho, introduzir a noção de “Comunidade”.

A ideia de comunidade continua a desafiar uma definição precisa. Parte do problema tem origem na diversidade de sentidos atribuídos à palavra e às conotações emotivas que ela geralmente evoca. Comunidade tornou-se uma palavra-chave usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças até grupos étnicos, nações e organizações internacionais. No mínimo, comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada, que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração (Bottomore, 1996, p. 115).

Para o sociólogo Tönnies (1979), comunidade significa “vida real e orgânica”. Há um pressuposto que rege a comunidade: a perfeita unidade das vontades humanas como estado originário ou natural. As relações que compõem a comunidade são, para o autor, relações de

sangue, de lugar e de espírito, derivadas do parentesco (casa), da vizinhança (convivência na aldeia) e da amizade (identidade e semelhança nas profissões). Na comunidade é muito importante a “compreensão” (consenso), que é um modo associativo de sentir comum e recíproco. Esta compreensão implica a posse e o desfrute de bens comuns, amigos e inimigos comuns, e também a vontade de proteção e defesa recíproca. Um outro aspecto do conceito de comunidade é o destacado por Cohen (1985, p. 20). O referido autor vê comunidade como um mecanismo simbólico que permite uma reflexão sobre a diferença cultural de seus membros. Nessa perspectiva, a comunidade é “uma forma de pensar, sentir e acreditar”. É ela um fenômeno cultural que é construído em termos do seu significado, por pessoas, através de recursos simbólicos. A comunidade é, portanto, um símbolo que expressa as suas próprias fronteiras. Enquanto símbolo é apropriada coletivamente pelos seus membros, mas os seus significados variam conforme as perspectivas pessoais.

Para Cohen (1985, p. 17), quando da elaboração dos significados que irão compor a comunidade ocorre a construção de um simbolismo muito particular. Este simbolismo se torna particularmente explícito durante e através de rituais que representam um importante meio de experimentação da comunidade. Neste sentido, o ritual confirma e reforça a identidade social e o sentimento de pertença social a um coletivo. Simultaneamente a esse sentimento de pertença ocorre um aumento da conscientização da diferença entre os grupos, através da evocação dos símbolos coletivamente partilhados (Cohen, 1985, p. 54).

Outro autor que se ocupou com a complexidade do conceito de comunidade foi Bauman (2003) e que terá destaque nesse trabalho devido a sua compreensão do termo. Afirma o autor que uma pré-concepção desse conceito nos remete sempre à idéia de uma “coisa boa”. Essa definição positiva a priori, sempre reafirmada e raras vezes questionada, é também expressa, segundo Bauman, na definição de Rosenberg, para quem a expressão comunidade se refere a um “círculo aconchegante”, e trata-se de um agrupamento “distinto, pequeno e auto-suficiente”. No entanto, afirma Bauman, existe uma tensão entre a utópica e almejada segurança da comunidade e a idéia de liberdade. Isto porque, na medida em que a vivência em comunidade significa a perda da liberdade. Paradoxalmente, almejamos e resistimos à segurança coletiva, em prol da liberdade individual (Bauman, 2003, p.36).

Bauman supõe que haja uma oposição entre liberdade e comunidade. Considerando-se que o termo “comunidade” implique uma

obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles, indivíduos egoístas, que percebem o mundo pela ótica

do mérito (os cosmopolitas), não teriam nada a ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela (BAUMAN, 2003, p.59).

O texto defende a idéia de que, hoje, comunidade e liberdade são conceitos em conflito:

há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e à ‘identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. (BAUMAN, 2003, p.10)

É interessante perceber que a aparente oposição entre liberdade e comunidade que encontramos em Bauman deve-se, de fato, ao sentido que ele atribui à noção de “comunidade”:

tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis (...) E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do ‘compartilhamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual. (BAUMAN, 2003, p.57)

Como é possível notar, para o autor a vida individual está envolta em riscos, e querer viver em liberdade deve significar viver sem segurança. Já a comunidade, o lugar da segurança, remete-nos ao sentido mais tradicional que conhecemos, em que os laços por proximidade local, parentesco, solidariedade de vizinhanças seriam a base dos relacionamentos consistentes.

Sobre a concepção atual de comunidade, segundo Bauman, estão presentes duas tendências que acompanharam o capitalismo moderno: por um lado, “o esforço de substituir o ‘entendimento natural’ da comunidade de outrora, o ritmo, regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão, por uma outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada” (Bauman, 2003, p.36).

Em uma concepção mais elaborada teoricamente, a concepção de comunidade segundo Tönnies e Heidegger relaciona-se à idéia de entendimento, não à de consenso, como bem frisado pelo autor.

Segundo Tönnies (1979), a “comunidade real” baseia-se no entendimento compartilhado por todos os membros. Esse entendimento não é o mesmo que consenso. O consenso implica a construção de um acordo alcançado “por pessoas com opiniões

essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade”. O entendimento do tipo comunitário não precisa ser construído, já está dado, “completo e pronto para ser usado” e “precede todos os acordos e desacordos”. É um entendimento “natural” e “evidente”, dado de antemão, e que confere organicidade a coletividade; que mantém as pessoas unidas “a despeito de todos os fatores a que as separam” (Bauman, 2003, p. 15). O entendimento comunitário garante a “imersão ingênua na vida humana”. A comunidade é um ambiente de lealdade e de conforto; de “acolhimento” inquestionável, assim como é também inquestionável o sistema de valores que define essa condição. Pelo fato de o entendimento ser do tipo “natural”, a comunidade não resiste “ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente”, quando é submetido ao exame e contemplação (Bauman, 2003, p. 15).

Para Bauman (2003), “numa verdadeira comunidade não há motivação para a reflexão, a crítica ou a experimentação” (Bauman, 2003, p.17). Robert Redfield define três atributos principais das “comunidades reais”. Nos termos de Bauman, são eles: “Distinção”; “Pequenez” e “Auto-suficiência”.

‘Distinção’ significa: a divisão entre ‘nós’ e ‘eles’ é tanto exaustiva quanto disjuntiva, não há casos ‘intermediários’ a excluir... não há problema nem motivo para confusão – nenhuma ambigüidade cognitiva e, portanto, nenhuma ambivalência comportamental. ‘Pequenez’ significa: a comunicação entre os de dentro é densa e alcança tudo, e assim coloca os sinais que esporadicamente chegam de fora em desvantagem, em razão de sua relativa raridade, superficialidade e transitoriedade. E ‘autosuficiência’ significa: o isolamento em relação a eles é quase completo, as ocasiões para rompê-los são poucas e espaçadas (BAUMAN, 2003: 17-18).

Esses três atributos se unem e conferem proteção aos membros da comunidade em relação às “ameaças a seus modos habituais”, tornando pouco provável que surjam motivações para a reflexão, a crítica e a experimentação (Bauman, 2003). A unidade e homogeneidade da comunidade dependem do bloqueio do fluxo de comunicação que por ventura possa ser estabelecido entre os membros da comunidade e os outros, entre os “de dentro” e os “de fora”. Essa unidade começa a encontrar dificuldade de sustentação “quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’”. (Bauman, 2003).

As condições para a existência da comunidade passam a ser rompidas quando a comunicação entre os de dentro e o mundo externo passa a ter maior peso do que as trocas mútuas internas. Essa “fissura” nos aparatos de proteção da comunidade se tornou possível

com o “aparecimento dos meios mecânicos de transporte” e consequente dinamização do fluxo de informação entre pessoas participantes de coletividades diversas situadas distantes umas das outras. Esse fluxo de informação termina por tensionar o “conhecimento internamente disponível” e o repertório de códigos de reconhecimento mútuo que definiam o entendimento “natural”. Essas informações alternativas podem circular tão rápido quanto “as mensagens orais originárias do círculo de mobilidade humana ‘natural’”. Diz Bauman: “a distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação” (Bauman, 2003). A ampliação da velocidade e a “emancipação dos fluxos de informação proveniente do transporte dos corpos”, situação presente e acirrada a cada passo nas sociedades contemporâneas, implica a impossibilidade da manutenção de fronteiras rígidas entre os de dentro e os de fora. A partir de agora toda unidade deve ser construída com base em critérios de “seleção, separação e exclusão” de possibilidades. “O acordo ‘artificialmente construído’ é a única forma disponível de unidade” (Bauman, 2003), comprometendo para sempre o estatuto original da comunidade.

O abalo das referências dadas pela Tradição, com o embotamento de suas áreas fronteiriças, levou a emergência de um modelo cultural cujo alicerce é a valorização da individualidade, que deve ser “construída” pelo próprio indivíduo. Temos a emergência do individualismo moderno que viria a ser a “marca registrada da modernidade”. A individualização, no que diz respeito aos valores humanos, envolveu uma troca. Os bens trocados foram a segurança e a liberdade: a liberdade oferecida em troca da segurança de fazer parte da comunidade (BAUMAN, 2003, p. 26).

Na medida em que a vivência em comunidade significa a perda da liberdade, esse processo acaba gerando uns dos dilemas mais significativos para compreensão das dinâmicas sociais da contemporaneidade. Paradoxalmente, almejamos e resistimos à segurança coletiva, em prol da liberdade individual.

Tomando de empréstimo as reflexões de Weber e Marx, Bauman vê como esses autores pensaram a separação e a consequente tensão entre os produtores e as fontes de sobrevivência, os negócios e o lar, que resultaram por um lado na busca livre pelo lucro, mas também, por outro, o rompimento dos laços morais e emocionais. Como consequência, temos, segundo o autor, duas tendências que acompanharam o capitalismo moderno: por um lado, "o esforço de substituir o entendimento natural pelo ritmo regulado da natureza, tradição personificada nas rotinas artificialmente projetadas e coercitivamente impostas e monitoradas" (Bauman, 2003, p. 36). Por outro, a tendência de criar do nada um sentido de comunidade dentro do quadro de uma nova estrutura de poder, ou seja, a busca pela

naturalização dos padrões de conduta impostos pelo processo de racionalização, "abstratamente projetados e ostensivamente artificiais" (Bauman, 2003 p. 39).

1.2 Dádiva¹ e reciprocidade

Para Godbout (1999, p. 133) a dádiva rejeita a gratuidade. A relação de dádiva é então em primeiro lugar um fenômeno de essência de relação de reciprocidade e as diferenças em relação à retribuição mercantil são numerosas:

- Em primeiro lugar não há sempre retribuição no sentido habitual de objetos ou de serviços;
- Em contrapartida, e inversamente, a retribuição é muitas vezes maior do que o dom, os parceiros parecem ter prazer em desequilibrar constantemente a troca relativamente à equivalência mercantil.
- O campo do dom situa-se entre dois pólos, aquele em que o desequilíbrio é grande de tal modo, que se tem a impressão de se ficar a perder e em que se abandona a relação, e o da equivalência, no qual se liquida uma dívida, o que também põe termo a relação.
- A retribuição existe, mesmo quando não é desejada.
- A única coisa que não é livre no dom, é o fato de se receber, quer se queira, que não, recebe-se, há freqüentemente retribuição! (Godbout 1999, p. 133).

Há várias retribuições o sistema da dádiva: a gratidão que lhe suscita o reconhecimento, esses suplemento que circula e não entra nas coisas, são retribuições importantes para os doadores, se essa retribuição não existir o dom é falhado, o doador considera que ficou a perder. A retribuição está freqüentemente no próprio dom, na inspiração do artista na transformação pessoal que experimentam os doadores. Há uma retribuição imediata de energia para aquele que dá, ele é engrandecido. Não deve haver cálculo para o retorno do dom - o cálculo é periférico e funciona como interesse e não é o modelo racional habitual. Os três momentos do ciclo dar, receber, retribuir – se confundem frequentemente: segundo o ponto de vista do ator, dar é retribuir e vice versa. Chama-se “dom a seu gesto”, quando se insiste na energia inicial do ato que desencadeia o ciclo, e no fato de haver uma retribuição imediata e independente do que regresse no final do ciclo (Godbout 1999, p. 137).

¹ Nesse trabalho dom e dádiva tem o mesmo significado.

Algumas características são comuns ao sistema do dom, o que nos permite entender que o processo pelo qual passa doador e receptor é mais importante que as consequências finais. “O meio é o fim” (GODBOUT 1999, p. 138).

O estranho: encontramos-lo afinal em todo o lado, quando é suposto que o dom circule nas relações comunitárias. O dom tende a fazer como que o desconhecido, seja tanto quanto possível menos estranho; A liberdade: o grau importante de constrangimento sublinhado por Mauss (o dom obrigatoriamente realizado) parece ter em parte desaparecido do dom moderno; A gratuidade: se não há dom gratuito, em todo caso há gratuidade no dom; O caráter espontâneo: o dom não obedece a nenhum constrangimento, nem autoritário, nem legal, nem mesmo racional, em função de um cálculo. “Ele obedece a um movimento de alma”. É essencial que todo o dom contenha um elemento de espontaneidade que se situe fora das normas e que faça que ele não seja vivido como um fenômeno puramente voluntário. há sempre qualquer coisa no dom que arrebatava o doador, que lhe escapa; A dívida: a dívida está onipresente, mas diferente da dívida mercantil; Há retribuição de diversos tipos, o que torna inadequada a noção habitual de reciprocidade associada ao dom, que tende a confundir o que se passa entre as coisas que circulam e o que se passa entre as pessoas entre os agentes. Do ponto de vista da troca habitual, a retribuição mais surpreendente é a transformação induzida no doador, que se encontra também no perdão (GODBOUT 1999, p. 138).

Nesse sentido, Caillé (1998, p. 5-38) explica que a dádiva viria como uma resposta para elucidar questões das grandes teorias sociológicas já vistas anteriormente. Ele acredita que a dádiva é “o único meio de escapar das aporias do individualismo metodológico, o único meio de criar a confiança e moldar a relação social, é tentar *a aposta da dádiva*”. Pois é a partir de uma situação de incerteza que a confiança pode se manifestar e contribuir para a tessitura do laço social. Segundo o autor, perante uma situação adversa, existe a possibilidade de “apostar na aliança e na confiança, e concretizar a aposta por meio de dádivas que são símbolos — performadores — dessa aposta primeira, ou recair na guerra”. Ele acrescenta que deve-se apostar na incondicionalidade — pois a aliança promove a permanência da relação, entretanto reserva-se a possibilidade de recair, a qualquer momento, na desconfiança (Caillé 1998)

1.3 As esferas e as representações do laço interpessoal no sistema da dádiva²

Para Godbout (1999, p. 35) as principais reflexões sobre o dom na sociedade, podem ser divididas nas esferas do mercado, do estado e a esfera doméstica³ ou privada, lugar das relações interpessoais mais próximas, da amizade, da família. Segundo Hirschman (apud

² Neste trabalho também, chamado de sistema do dom

³ Também pode ser chamada de sociabilidade primária

Godbout, 1970) existe uma divisão conceitual que pode caracterizar as três esferas: *exit*, *voice and loyalty*. Hirschman (1970) explica que “enquanto o princípio que define a esfera do mercado é a possibilidade e a facilidade de sair da relação social (*exit*) em relação a qual um agente não está satisfeito, a esfera política é regulada pela discussão e pelo debate (*voice*). E é a lealdade (*loyalty*) que constitui o princípio de base da esfera doméstica, lugar natural do dom na sociedade moderna” (Hirschman, 1970).

Segundo Godbout (1999), são várias as possíveis abordagens do dom, mas todas elas devem seguir as características de interesse no laço social e a sua relação com o que circula. Nos momentos em que o dom se manifesta, as atitudes estão inscritas dentro do ciclo dar, receber e retribuir, sendo entendido que “dar e retribuir” são frequentemente a mesma coisa, e que a palavra retribuir exprime a característica da relação entre as coisas que circulam. Para aqueles que participam do sistema do dom, tem-se sempre a impressão de estar simultaneamente a dar e a retribuir, exceto no momento da inauguração de um ciclo ou de seu fim, afinal o prazer detectado na ação de dar é similar ao prazer de receber algo de alguém querido. Godbout (1998), acredita que “o dom é quase sempre inserido em uma sequência de dons” o que pode alimentar um ciclo de boas relações e proporcionar propostas de paz e igualdade entre os seres humanos. É possível verificar exemplos de dom na esfera doméstica, lugar das relações interpessoais mais próximas, da amizade, da família, onde as relações de afetividade, hospitalidade, comensalidade são recorrentes, exprimindo o caráter insistência para a permanência do ciclo de dádivas. “É no universo das relações pessoais que o moderno se permite dar sem calcular e que reinaria aquilo a que se chamou a economia do dom” (Cheal *apud* Godbout, 1988, p. 73). Na sociedade moderna, muitas pessoas ao redor do mundo, têm descoberto a necessidade de dedicarem-se ao próximo em trabalhos voluntários e participam ativamente de redes de cooperação nas mais diversas questões sociais. Acredita-se haver hoje uma corrente de ações positivas que une pessoas de diferentes classes, crenças e culturas em prol do desenvolvimento humano e da democracia social.

Em oposição a esse movimento que nutre a tessitura social, no modelo mercantil, cada ator se relaciona com o objetivo único de maximizar os seus interesses materiais. Nesse sentido, a ideologia do mercado valoriza a possibilidade de se abandonar uma relação sem qualquer formalidade, desde que o bem que dela provém deixe de ser satisfatório. De acordo com Hirschman (1970), essa possibilidade de *exit* (palavra traduzida em francês por *deféccion*), caracterizada por uma saída silenciosa, sem tomada de palavra, por parte de um dos atores do processo, constitui o modelo a que quase totalidade dos consumidores se

conformam (Godbout, 1998). Na esfera estatal, as referências históricas em relação ao dom, são bem diferentes do mercado:

O desenvolvimento do Estado-providência foi frequentemente visto como um substituto feliz do dom, substituto que diminui a injustiça e devolve a dignidade, por oposição aos sistemas anteriores de redistribuição baseados na caridade. O Estado não nega o altruísmo como o mercado; ele reparte, organiza, distribui em nome da solidariedade entre os membros de uma sociedade, solidariedade mais extensa que as das redes primárias e mais justa que as das redes de caridade privada. Na sociedade moderna, uma proporção importante das coisas e dos serviços que circulam passa pelo circuito do Estado, pela esfera pública (GODBOUT, 1998, p. 73).

Certos autores chegam a considerar que o Estado pode substituir o dom na sociedade moderna e julgam que as formas tradicionais de manifestação do dom são cada vez mais residuais. Godbout (1999, p. 74) descreve que o próprio Mauss, embora reconhecendo a importância do dom na sociedade moderna, considera que, na sociedade ocidental, “o dom toma, sobretudo a forma de redistribuição estatal, a segurança social seria o prolongamento moderno do dom arcaico, e que outras manifestações de dom, fora deste contexto, estão destinados a ser substituídos por formas mistas de circulação em que o dom tradicional será imbricado de uma forma ou de outra na ação do Estado”. Partindo dessa projeção, a redistribuição estatal representaria então a forma acabada e específica de representação do dom na sociedade moderna. (Godbout, 1999).

Para Godbout (1999, p. 85), não pode-se negar a importância das formas mistas de organização de redistribuição, embora deve-se ter claramente que mesmo que o Estado esteja frequentemente imbricado em relações estreitas com o dom, “ele não pertence ao seu universo, mas a uma esfera que repousa sobre princípios diferentes”, além disso, ele acredita que o Estado em muitas vezes pode causar efeitos negativos sobre o dom. Partindo dessas observações, Godbout (1999, p. 87) explica porque a circulação estatal não pode ser considerada um sistema de dom:

O dom é um sistema livre, ao passo que o Estado faz cobranças obrigatórias automáticas sobre os cidadãos – o imposto, como o seu nome indica – e age relativamente ao cidadãos em função de leis regulamentos e normas preestabelecidas, tendo por objetivo e ideal tratar todo o administrado da mesma maneira. O Estado tem horror à diferença, fonte potencial de desigualdades e de preferências subjetivas. Pelo contrário o dom, não vive senão disso: afinidades, laços privilegiados, personalizados, que não somente caracterizam por definição as relações pessoais, mas são basicamente também organismos de funcionamento é o dom. Mesmo quando ele se aplica a estranhos, o dom é um sistema de circulação das coisas imanente aos próprios laços sociais, enquanto a circulação estatal se faz num sistema situado para além dos cidadãos e das suas relações. Não encontramos, aliás, o cidadão a não ser no princípio a título de contribuintes e no fim, a título de

beneficiários, desprovidos tanto quanto possível da suas características pessoais, tendo o estado a maior dificuldade em “tratar” as diferenças pessoais. Ele é atrapalhado por elas, enquanto elas constituem ao contrário, a fonte do dinamismo do sistema de dom (GODBOUT 1999, p. 88).

Karl Polanyi⁴ é um dos poucos autores a ter percebido desde 1945, na sua obra “*La Grande Transformation*”, a diferença entre o dom e o sistema estatal. Ele examina os efeitos do mercado e a liberdade do contrato sobre os vínculos primários. O princípio da liberdade de contrato significa dizer, na prática, que as organizações não contratuais baseadas no parentesco, na vizinhança, na religião deveriam ser liquidadas, já que exigiam fidelidade do indivíduo e assim, limitavam a liberdade (1983, p. 220). Mas Polanyi previne também, contra as consequências negativas de uma substituição completa da solidariedade pelo Estado-providência. (Polanyi *apud* Godbout, 1983). A sociedade tem necessidade dos três sistemas – mercantil, estatal e dádiva. Não se pensa na eliminação nem do mercado nem do Estado, afinal a sociedade precisa de ambos.

Para Godbout ainda existiria uma quarta esfera, que merece ser mencionada, quando se fala sobre o dom. Essa esfera é caracterizada por um movimento social próprio das sociedades modernas e que se manifesta de várias maneiras em prol do desconhecido⁵. Nem todas as relações entre estranhos tomam a forma do mercado. Existe uma categoria de dons que se produzem também entre estranhos, ou mesmo entre desconhecidos:

É o caso das trocas reguladas por aquilo que se chamam leis da hospitalidade, dons de caridade, certas formas de voluntariados, etc. Todas essas formas de circulação de bens e serviços entre estranhos funcionam fora do mercado, e, por outro lado, sem utilizar a via de distribuição estatal, ou seja, elas são inteiramente voluntárias, espontâneas. Pode-se pensar que elas têm importância crescente na sociedade, sendo uma característica, um traço moderno dessa sociedade. Tendo em conta a importância e as características específicas desse setor, cremos que trata de uma quarta esfera [...] que se trata verdadeiramente de relações entre desconhecidos e que portanto, não pertencem também à esfera doméstica. Nem ao mercado, nem ao Estado, nem ao doméstico. O dom a desconhecidos é efetivamente uma especificidade moderna, [...] permitindo por outro lado às pessoas vulgares manifestar um altruísmo que ultrapassa a esfera das relações pessoais. (GODBOUT 1999, p. 89).

Como consequência a esse movimento moderno de mobilização em prol das diferenças sociais, surge no cenário mundial um grande número de Organizações Não-Governamentais (Ong’s), organizadas pela sociedade civil e por empresas privadas, preocupadas em lutar por causas das minorias, minimizar as diferenças e propiciar a inclusão

⁴ Polanyi distinguia três sistemas de circulação das coisas: o mercado, a redistribuição, a reciprocidade.

⁵ Godbout se refere a essa esfera como “o dom aos desconhecidos”

para todos os cidadãos. Nesse sentido, essas organizações sociais tentam, sobretudo, reduzir o número de intermediários e subordinar a sua função a uma aproximação de doadores e receptores e personalizar a relação entre eles, distanciando da “solidariedade delegada”, que caracteriza o Estado (Godbout 1999). As principais características dessas associações, ativas na maior parte dos setores sociais são:

Não ruptura do laço comunitário: significa essencialmente a própria designação de organismo comunitário: o fato de o princípio e o motor da ação terem a sua origem no laço que existe entre os membros da associação, ou entre a associação e a pessoa ajudada, a qual, de resto, raramente é chamada cliente. Esta ausência de ruptura manifesta-se igualmente pela insistência na rejeição da superioridade que seria conferida pela competência profissional, criadora de um fosso entre o cliente e o especialista: “somos todos semelhantes; todos podemos compreender os problemas daqueles que vem ter conosco; somos como eles.

A importância da pessoa: esta relação entre doador e receptor, tem como consequência que se dirigem à pessoas de um modo diferente no âmbito de relações reguladas pelo próprio laço e não de normas exteriores à relação. A pessoa ajudada não é processo. É para com cada pessoa que criamos obrigações a nós próprios. Historicamente, em vários setores sociais, o voluntariado foi parcialmente substituídos pelos assalariados, em todo caso, o pessoal desses setores conservou parte significativa daquilo a que se chama a qualidade humana do laço. A qualidade do laço não pode jamais ser inteiramente abandonada à relação salarial. De acordo com a perspectiva do dom, podemos encarar a sociedade como uma rede constituída pela soma das relações únicas que cada membro mantém como os outros. O sistema de dom concebe que quantos mais laços uma pessoa tem, mas ela se torna individualizada, por oposição o Estado necessita como interlocutor de um indivíduo despersonalizado (Gouldner, 1989).

Prazer, liberdade e retribuição: a motivação, mais importante que sobressai para explicar o envolvimento na ação voluntária é o fato de se ter recebido muito e de se deixar retribuir um pouco do que se recebeu. Mas eles afirmam ao mesmo tempo a sua liberdade. São obrigações que eles impõem a si próprios, eles insistem igualmente que o prazer é uma das motivações essenciais da sua ação.

Voluntariado: ato voluntário livremente aceite, gratuito no sentido de livre e não de trabalho gratuito, expressão que deixa necessariamente supor algo de anormal, visto que adota como referencia as normas do universo do trabalho e que todo o trabalho deve ser pago, essas

atividades situam-se fora do mundo do trabalho e da produção, fora da ruptura criada pela relação salarial (Godbout 1999).

Segundo Godbout, o valor do dom não é evidentemente um valor de troca mercantil, e também não pode ser resumido ao valor do uso de um bem a serviço de um laço, que tende a reconhecer apenas a utilização imediata da coisa e a excluir que ela esteja ao serviço do laço. Para esse fim, Godbout acredita que deveria acrescentar-se, então, um terceiro tipo de valor que seria “valor de laço” e levanta a questão sobre “o que vale um objeto, um serviço, um gesto qualquer no universo dos laços, no reforço dos laços?” Esta realidade opõe-se ao valor quantificável, e é totalmente ocultada pelo discurso econômico para o qual o laço é a própria troca e nada mais. O valor de troca, como o do dom, tende a ser unicamente relacional. Mas ele exprime a relação entre as coisas trocadas tal como ela é representada pelo dinheiro (Godbout, 1999, p. 224).

Analisando as conquistas pela perspectivas da formação dos laços sociais, as coisas adquirem valores diferentes segundo a sua capacidade de exprimir de veicular, de alimentar e manter esses laços. Este valor não é, contudo, estabelecido, por comparação com as outras coisas, mas em primeiro lugar em relação com as pessoas. São os seres humanos que enriquecem e transformam o valor das ações. O mesmo objeto terá um valor de laço muito diferente, segundo o circuito em que ele se situa. Ao circular, o dom enriquece o laço e transforma os protagonistas. O dom contém sempre um além, um suplemento, qualquer coisa a mais que a gratuidade tenta nomear. “É o valor de laço. A mais-valia é a absorção desse suplemento pela coisa que circula e por um dos protagonistas a transformação do valor do laço em valor de troca” (Godbout, 1999, p. 245). O valor do laço depende das características das pessoas, da natureza do laço de um conjunto de variáveis que o valor econômico, para se transformar e se tornar puramente quantitativo. Escapa ao valor do cálculo o que significa que ele não existia, é o valor do tempo, que o mercado substitui por uma imediatez indefinidamente extensível no espaço e quanto se isolam as coisas do seu valor de laço, mais elas se tornam transportáveis, frias, (congeladas), objetos que escapam ao tempo. Exprimindo o valor do laço, o dom serve para nos provar que não somos objetos (Godbout, 1999, p. 246).

A partir das análises, pode-se constatar que o valor do laço está presente em todas as situações em que há dívida. A importância da relação está associada ao interesse de se perdurar o vínculo e cada vez cativar os envolvidos de forma diferente. O dom pode estar presente em diversas esferas e pode manifestar-se caracterizando o prazer, a liberação e a

obrigação de retribuição. De acordo com essas evidências, fica claro que o assistencialismo público não se caracteriza como dádiva.

1.4 Uma economia diferenciada em uma sociedade da dádiva

Para Donati (apud Godbout, 1998), a dádiva seria uma experiência que permite pertencer a uma comunidade que não limita seus indivíduos, pelo contrário, tem por objetivo, expandir os pensamentos em uma voz comum. Para o autor, a dádiva está presente em uma comunidade de forma a fazê-la prosperar, contrariamente a uma visão individualista, a experiência da solidariedade comunitária não contradiz a identidade e pode, ao contrário, desenvolvê-la. Nesse sentido, Caillé (1998), descreve que a dádiva seria uma experiência social fundamental, representada por aquilo que nos liga a ela para além das regras cristalizadas e institucionalizadas como normas da justiça. A constituição do sistema da dádiva quando completo em um ciclo, pode ser denominado de “um fato social total” – uma experiência que concretiza a ligação entre indivíduo e sociedade, entre liberdade e obrigação. Uma experiência em que a sociedade é vivida como comunidade (Mauss apud Caillé, 1998).

Nas sociedades e comunidades, o sistema do dom, representado pela tríplice-obrigação ocorre por diversos motivos: para que as pessoas estejam ligadas, para se conectarem à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, entre outros. Por isso, Caillé (1998) explica, a dádiva é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o que alimenta. A dádiva é sistema que propicia o vínculo pela comunicação, atua para romper o isolamento e para que as pessoas sintam sua própria identidade. Por isso é perceptível o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão. A dádiva seria, então, um princípio consubstancial ao princípio vital, aos sistemas vivos (Caillé, 1998). Nesse sentido, é possível observar algumas comunidades que interagem consciente ou espontaneamente por meio do sistema da dádiva. Essas comunidades, que serão apresentadas a seguir, são reconhecidas por desenvolverem atividades cotidianas que utilizam o sistema do dom como canal principal para aproximar pessoas, firmar laços e constituir alianças. Envolvidas neste processo, essas comunidades passam a estabelecer vínculos solidários a partir da formação de redes de cooperação. Nesse sentido, observa-se a

participação de indivíduos em uma economia diferenciada, que não segue os padrões economicistas e utilitaristas.

Para França Filho (2006), a compreensão sobre economia pode ser traduzida pela idéia de produção e de distribuição de riquezas. Como as formas de “fazer economia”, de produzir e distribuir riquezas, variaram historicamente nas diferentes culturas humanas, pode-se reconhecer diferentes economias, o que significa assumir o pressuposto básico de uma definição de economia plural. Partindo dessa perspectiva, Polanyi (1983), segrega e denomina diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado autoregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade. Estes diferentes princípios históricos do comportamento econômico podem resumir-se a três formas de economia (Laville, 1994), com o seu rearranjo na modernidade. Assim, a economia, entendida como toda forma de produzir e distribuir riqueza, admite:

uma economia mercantil: fundada no princípio do mercado auto-regulando. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário. Neste tipo de troca/relação, o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço ou da relação social, que se busca numa lógica reciprocitária; b) uma economia não mercantil: fundada no princípio da redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e por seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; c) uma economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade, ou seja, um tipo de relação de troca orientada principalmente pela lógica da dádiva, tal como descrita por Mauss (1978). A dádiva compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação destes bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais. A lógica da dádiva obedece, assim, a um tipo de determinação social específica pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a dádiva é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO E DZIMIRA, 1999, p. 46).

Em resumo, a noção de economia plural, que aqui adotamos como desdobramento da opção por uma definição substantiva de economia, corresponde à idéia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Esse modo de conceber o funcionamento da economia real permite ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à idéia de economia de mercado, permitindo, ainda, perceber certas singularidades, próprias às práticas de economia solidária (Polanyi apud França Filho, 2006).

Segundo França Filho (2006) algumas singularidades merecem destaque e a primeira delas diz respeito à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como uma projeção, no nível micro-social, ao conceito macro-social. A segunda, sugere a possibilidade

de compreender a economia solidária como uma articulação inédita entre as três formas de economia citadas acima, redefinindo assim novas práticas econômicas – ao invés de concebê-la como uma “nova economia”. A terceira singularidade remete às práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Neste sentido, enfatiza-se o desafio da busca do equilíbrio necessário à sustentabilidade de tais práticas, em meio à tensão dessas lógicas. Para França Filho (2006), além dessa combinação de diferentes lógicas econômicas, importa salientar, outra vocação dessa economia, - a da construção conjunta da oferta e da demanda.

Em Ciências Sociais, a “economia” da dádiva ou “economia” do dom é uma forma de organização social na qual os membros fazem doações de bens e serviços, uns aos outros, sem que haja, expectativa de reciprocidade, como no sistema economicista. Todavia, a obrigação de reciprocidade existe, não necessariamente envolvendo as mesmas pessoas, mas como uma corrente contínua de doações. Pode ser caracterizada e comparada às economias primitivas, que são auto-suficientes, pois utilizam o sistema de troca do excedente produzido, pelos poucos bens que não conseguem produzir. Essa economia pode coexistir, com as economias planejadas, ou de mercado. Segundo Mauss (1974, p. 54), dispor de um bem, seja ofertando-o ou destruindo-o, é a base para a formação de alianças e geração de respeito. “Permeados sempre por significados simbólicos diversos, os contratos são feitos com base na oferta”. Dispor de um objeto significa fazer um pacto. A economia do dom é uma forma de organização, não um tipo de contrato que se assina conscientemente. Segundo Mauss (1974, p.47), —não se está falando em termos legais: “estamos falando de homens e grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos humanos que se transformam em ação” (Mauss, 1974, p.47).

Nesse sentido, a dádiva estaria presente no sistema econômico que constitui alianças para a prosperidade coletiva. Nesse sistema, pouco se preocupa com as quantias arrecadadas, mas sim com o bem estar comum e de inserção social, promovida por meio do saber humano. Nesse sistema, valoriza-se muito mais as habilidades do indivíduo e coloca-se como fator primordial a troca de experiências entre os envolvidos no processo. Assim, todos criam novas possibilidades de aprendizagem e valorizam o capital humano empreendido no processo.

1.5 Dádiva e economia solidária

Partindo dos estudos feitos por Noëlle Marie Paule Lechat (2002, p. 123-140), os

primeiros idealizadores europeus do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos⁶. Segundo Martin Buber, esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (Buber, 1945). Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas lideradas pelo movimento sindical foram criadas no século XIX, mas não conseguiram prosperar - foram extintas devido à reação da classe patronal e pela hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale⁷, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação hoje é a base de princípios para outras cooperativas. Lévesque, Malo e Girard (*apud* Lechat, 2002), nos chama a atenção sobre o fato que os empreendimentos de economia social surgem geralmente “em cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica”.

Para Lechat (2002, p. 123-140), as diversas ondas de economia social têm características diversas – as manifestações populares foram tomando linhas diferenciadas, embora com intuito da democratização e da inclusão ao benéfico dos menos favorecidos, Lechat acredita que o contexto histórico guiou a construção do pensamento social. Segundo a autora, as décadas de 30 e 40⁸ do século XIX, foram marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo⁹ transformou-se em concorrencial, nesse momento, surgiram sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção, criadas por operários ou por artesãos, essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pelas doenças e pela morte (Lechat, 2002, p. 123-140). A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre estas associações, fazendo com que muitas perdessem a

⁶ O socialismo científico iniciou-se no século XIX, por Karl Marx e Friedrich Engels, o qual foi chamado de socialismo marxista. Rompeu com os socialistas "Utópicos", porque não apresentava na prática como combater o capitalismo, mas reconheceram a importância e aproveitaram a análise crítica da realidade política e econômica de toda a história das sociedades e do capitalismo.

⁷ Criada em 1844 por 28 operários - 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a "Sociedade dos Probos de Rochdale" (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Esses operários enxergaram o associativismo como forma de contornar, por meio da compra e venda comum de mercadorias, os efeitos perversos do capitalismo sobre a condição econômica dos trabalhadores assalariados - tendo alugado, com o capital inicial de 1 (uma) libra, um armazém para estocar produtos que, adquiridos em grande quantidade, poderiam ser consumidos a preços mais baratos.

⁸ Para Lévesque, Malo e Girard, trata-se dos anos 1840-1850.

⁹ Na França, a lei Le Chapelier, de 1791, destruiu as antigas corporações

força frente ao novo contexto socioeconômico. A grande crise dos anos 1873-1895¹⁰ leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais, assim, as cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores, que não puderam competir com o arrojo das máquinas. Na França, as associações foram reconhecidas pela lei de 190¹¹, mas foram restritas a trocas não monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos (Laville, Roustang, 1999). A depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra mundial, levou a uma intervenção do Estado, implantando políticas econômicas e sociais, nesse momento as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários (Lechat, 2002).

Nota-se que no decorrer da história, a classe trabalhadora sempre tentou encontrar alternativas que pudessem minimizar as desigualdades e melhorar as condições de vida para aqueles que estavam às margens do sistema. Em muitas situações a interferência Estatal foi responsável pelo atrofimento desses pequenos organismos.

De acordo com Lechat (2002) após a Segunda Guerra mundial, a economia não monetária, traduzida pela forma doméstica e de reciprocidade, tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang (1994), nesse novo contexto mundial, houve a “separação entre o social, o econômico e o político”. O sistema capitalista segrega cada vez mais a população e é cada vez mais clara a divisão do poder em grupos de classes distintos. Mas este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX – nesse período, a classe trabalhadora sofria graves consequências decorrentes da falta de emprego:

Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por conseqüências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa. Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo. (DEFOURNY, 2001, p. 30).

¹⁰ O excessivo desenvolvimento das capacidades de produção, a agudização da concorrência, a queda dos lucros, estritamente ligada à dificuldade de realizar os valores produzidos e a baixa de preços, estão na origem das “crises do século XIX”. É neste quadro que com a crise de 1873 surge a “Grande Depressão”, que se estenderá até 1895.

¹¹ No ano de 2001, celebrou-se com muita pompa em toda França o centenário do nascimento das associações com fins não lucrativos.

A partir dessa nova onda de economia social, surgiu nos anos 80, uma “nova literatura”¹² a seu respeito na Europa, na América do Norte, mas também na América Latina e, em particular no Chile. Nesse período, numerosos pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos, entusiasmados com a profusão do conhecimento, produziram novas teorias para estudar estes fenômenos. Uma série de economistas passou pela escola de Cornell nos Estados Unidos - nesta escola, Yaroslav Vaneck, um pensador checo imigrado nos Estados Unidos desenvolveu uma teoria econômica da autogestão, o que estimulou e deu abertura a novos estudos sobre o tema. Ao longo da década de setenta, uma série de economistas norte- americanos, e outros pesquisadores vindos de todas as partes do mundo passaram pela Cornell School e contribuíram diretamente com estudos acerca das práticas cooperativistas. Esses economistas ficaram entusiasmados não somente pelo movimento operário que transformava as empresas falidas em empresas autogeridas, mas também pela formação de inúmeras cooperativas de trabalho. Segundo Defourny (2001), como o passar de alguns anos, esses estudiosos alargaram seu campo de estudo ao associacionismo, ao identificarem que as associações organizadas, não pertencem unicamente à esfera sócio-cultural, mas fazem também parte da economia de não mercado. Assim, o termo economia social passou a ser utilizado de forma apropriada, ao que se entendia como uma nova forma de organização econômica e social (Lechat, 2002, p. 123-140).

Dessa forma percebe-se que esse movimento solidário, representado de forma coletiva teve maior impulsão a partir da década de 70, quando foi possível perceber iniciativas mais claras em sua trajetória. A representação da classe operária, em um período de intensa reestruturação governamental, resultou em uma definição sobre os princípios do movimento no Brasil e no mundo e tornou-se marco para o surgimento de diferentes modalidades de empreendimentos e diretrizes para a Economia Solidária.

1.5.1 Origem dos conceitos e discussão teórica

Segundo André Guélin (apud Lechat, 1998), o rótulo de “*économie sociale*”, difundido na França contempla uma série de significados, pois durante um século e meio, esse termo, serviu para referir-se a diversas realidades. É notável que, no século XIX, todas as tendências políticas embarcaram nesta nova proposta. Tanto socialistas (Pecqueur, Vidal, Malon) como

¹² A este respeito ler Boudet que, em 1985, publicou um balanço das pesquisas sobre a vida associativa na revista RECMA (Revue des études coopératives, mutualistes et associatives, fundada em 1921 e que tem por subtítulo: Revue internationale de l'économie sociale); Guélin, 1998; Lévesque e outros, 1997.

social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com as precárias condições humanas na época da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social (Lechat, 2002). Quanto à definição atual da Economia Social - “ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (Guélin, 1998, p. 13).

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (Laville, 1994, p. 211). Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária busca enfatizar a economia social em sua origem, além de diminuir a distância entre as esferas econômica, o social e o política – os autores acreditam que é na articulação conjunta destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, surgiu, segundo esses autores, para abarcar e dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades¹³ e associações. Para realidades como as dos países em desenvolvimento da África e da América Latina, o termo economia popular¹⁴ é preferido por autores. Defourny, Develtere e Fonteneau (1999) resumem assim as várias terminologias:

A expressão terceiro setor, mesmo que imperfeita, é a que recebe a nível internacional o maior consenso. Como prova disto, citam a associação *International Society for Third Sector Research*, criada em 1992. Mas se olharmos para regiões geográficas específicas, observam eles, outros termos são preferidos. Assim nos EUA fala-se em *non-profit sector* ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations*. O termo economia solidária e a apelação *organizaciones de economía popular*, são mais comuns na América Latina¹⁵. Na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft*¹⁶ e na Suécia, *folkrörelse* ou *association ideel* (DEFOURNAY, 2001, p. 57).

¹³ Associações de ajuda mútua, principalmente na área da saúde e da previdência social.

¹⁴ Este conceito já foi bastante discutido e recebeu críticas contundentes; ver, por exemplo: A chamada economia popular em debate. *Cadernos do CEAS*, n. 153, p. 59-69, set./out. 1994. E Singer, 2000b: 143-147.

¹⁵ Pelo que conhecemos, com algumas ressalvas para Razeto, José Luis Coraggio e Orlando Núñez, na América Latina o termo economia solidária equivale a economia social.

¹⁶ Que é muito problemática e não é bem aceita.

De acordo com Lechat (2002) A concepção de economia social é mais ampla do que *non-profit sector* pois, caracteriza de forma mais ampla as práticas solidárias difundidas no mundo inteiro, que estão em busca de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado. Além disto, o terminologia “Economia Social” incorpora um olhar diferenciado, que permite agregar em seu conceito, outro tipo de organização - as mutualidades que, também muito presentes em vários países, desempenham ou vão desempenhar um papel central na organização da saúde e da previdência social. Em resumo, o terceiro setor pode ser apresentado como constituído por três grandes componentes, as cooperativas, as organizações mutualistas e as organizações sem fins lucrativos (essencialmente associações). De acordo com os estudos de Lechat (2002), a proliferação de organizações ampliou-se progressivamente, introduzindo ao lado das cooperativas, das mutualidades e do associativismo - toda forma de associações que contestam a lógica do desenvolvimento capitalista. Desta maneira, o grau de heterogeneidade deste setor foi crescendo e diluindo progressivamente suas fronteiras com o setor público, capitalista e de economia doméstica. Assim, algumas elaborações teóricas que podem ser construídas sobre as cooperativas de trabalho associado, base do que se considera setor autogestionário ou cooperativo, diferem daquelas que podem ser realizadas sobre as fundações e outras organizações voluntárias ou sem fins lucrativos. Foi então que, no início de 1990, a expressão Economia Solidária foi criada na França, "fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no Crida (Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando a exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa" (França Filho e Laville, 2004, p. 109).

Inicialmente é preciso estudar as origens do termo solidariedade para termos maior compreensão sobre a economia solidária. Etimologicamente, o termo “solidariedade” é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os juristas romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores, na tentativa de demonstrar que cada um era responsável pelo todo (*in solidum*). Nesse sentido, a solidariedade designa uma dependência recíproca. Esta concepção faz da solidariedade um dever moral de assistência. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral).

O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma

situação de desigualdade. Deste ponto de vista, a economia solidária apóia-se numa economia de sujeitos desiguais, enquanto que a economia social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais. Se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira. Por outro lado, a economia social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. E o editorial termina colocando que estas duas economias podem ser consideradas como complementares e que seus méritos respectivos poderiam fortalecer-se mutuamente (CHARLES GIDE APUD LECHAT, 2002, p. 123-140).

O termo solidariedade pode também ser decomposto a partir de suas formas, que Hegner (Apud Sobottka, 2001) define como de reciprocidade, lealdade e altruísmo. Neles não se comprova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca. O termo solidariedade tem forte relação com o sistema do dom, na medida em que propõe a doação espontânea de algo a alguém, sem o retorno esperado.

A difusão das experiências de economia solidária deve ser pensada a partir do conjunto de transformações que vêm reconfigurando a esfera social. De fato, é no quadro atual de crise do trabalho assalariado que os estudiosos começaram a detectar um conjunto de movimentos liderados por trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade. Centrando-se, especialmente, na formação de cooperativas de trabalho e de produção e de associações de trabalhadores, nas quais se busca a autogestão, tais experiências vêm sendo reconhecidas sob o nome de Economia Solidária (Leite, 2009).

Segundo a pesquisa realizada pela autora Marcia de Paula Leite sobre a trajetória teórica conceitual da Economia Solidária, é importante destacar que não existe qualquer tipo de unanimidade no que se refere ao conceito de Economia Solidária. Para alguns, ela remete às experiências britânicas do início do século XIX, nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção. Nesse sentido, Singer (2003), retrata a economia solidária como uma economia formada por empresas que praticam princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão:

Economia solidária é um modo de organizar atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito que almeja completar as igualdades de direitos entre os

que se engajam nestas atividades. Empreendimentos solidários são autogestionários, o que significa que neles todas as decisões são tomadas pelos membros ou por pessoas eleitas que os representam. A economia solidária é essencialmente associativa, ou seja, todos são sócios, sendo incompatível com relações assimétricas, como as que se desenvolvem entre patrões e empregados (SINGER, 2003, p. 35).

Para Singer (2003), esta economia propõe a extinção da divisão de classes, com o estabelecimento de uma economia não-capitalista, na qual todos participam e todos são associados por igual. Singer ressalta, além disso, a questão da importância das atividades solidárias para a economia, e sua capacidade de gerar riqueza suficiente para estimular o crescimento:

Essa é uma das questões mais controversas entre os economistas. Os neoclássicos, que seriam a inspiração dos neoliberais, dizem veementemente que não. Eles acham que, se você dá dinheiro para alguém fazer alguma coisa, está tomando o lugar de outro, porque a economia é inelástica. Isso é uma estupidez enorme. Se você tem uma economia com muito desemprego e você empresta dinheiro para o desempregado começar a fazer alguma coisa, inclusive comprar uns dos outros, isso aumenta o consumo, a produção, gera impostos (SINGER, 2003, p. 36).

Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, Laville (1994), acredita que a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade (Laville, 1994, p. 211). Segundo França (2003),

a economia solidária é uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios econômicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos. A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros (FRANÇA, 2003, p.33).

Esta definição de França assume uma incompatibilidade clara com a economia capitalista e com o individualismo. Em primeiro assume uma posição política de confronto à corrente hegemônica (capitalista e neoliberal), de modo a serem criadas condições para tornar o mundo mais equitativo. Centra-se na posição coletiva e recíproca das relações humanas, mas também com os restantes seres vivos, é por isso um conceito partilhado por obrigações e direitos. Acrescenta ainda o fato da economia solidária poder ser encarado como uma tecnologia social, um mecanismo de criação de empregos e de promoção do desenvolvimento

sustentável em territórios com um elevado grau de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social.

A versão francófona de Laville e Gaiger (2009, p.162), sobre a Economia Solidária, prioritariamente contrasta seus princípios com o individualismo utilitarista predominante nas sociedades dos mercados. Segundo os autores, suas origens estão próximas aos movimentos associativistas no séc. XIX, onde essencialmente os trabalhadores defendiam valores alternativos à produção capitalista. Estes movimentos lutavam por um mercado que absorvesse valores de solidariedade de modo a repartir e garantir um maior bem-estar aos trabalhadores. Esta versão recupera e apresenta uma lógica inovadora de continuidade com a economia social, onde os trabalhadores lutam por uma sociedade mais democrática e mais justa, através de práticas da auto-organização Laville e Gaiger (2009). Segundo os autores, a economia solidária distanciou-se da dimensão filantrópica, caritativa e assistencialista que marcou e suportou a economia social, principalmente através das suas ligações com a religião. Segundo Laville e Gaiger (2009), são os princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática que multiplicaram as ações coletivas e populares que responderam a necessidades individuais.

Na Europa, os Estados promoveram a providência aos seus cidadãos, tal como o modelo social europeu assim o entendia, mas com o crescimento do neoliberalismo, os Estados ficaram fragilizados perante os interesses do mercado, fazendo emergir outras experiências com valor econômico mediante a conjugação de três tipos de recursos: os provenientes da reciprocidade entre os seus elementos, as mais-valias (materiais e não materiais) geradas pelas ações solidárias e recíprocas; os recursos públicos, assentes no princípio da redistribuição, no qual o Estado é o seu responsável, através da captação de recursos e na sua redistribuição através de subsídios, apoios; os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca (LAVILLE e GAIGER, 2009, p.166).

Observa-se que a partir dessa união de recursos que surgem e multiplicam-se em experiências plurais, híbridas entre a economia pública e privada, experiências coletivas que respondem a necessidades comuns que melhoram o bem-estar das partes envolvidas são desenvolvidas. É assim que a economia solidária multiplica-se em ações de proximidade, de cooperação, de reciprocidade, de produção ecológica com um objetivo comum, o ganho coletivo em detrimento do individual e material. Esta vertente econômica é complementada com outras ações, as ideológicas e políticas defendidas através de movimentos cívicos e de um crescente interesse e participação dos cidadãos nas decisões que os envolvem (Domingues, 2008, p. 5). Estes movimentos surgem nas últimas décadas, como uma visão diferenciada, demonstrando a preocupação, também, com a sustentabilidade do planeta, para

defender uma maior justiça no mundo, através da defesa dos outros seres vivos (movimentos ecológicos), da defesa da cultura e da livre escolha (movimentos pela aceitação cultural e sexual), defesa da transparência e luta contra a corrupção (movimentos de renovação política), defesa da paz e na luta contra a fome e miséria, entre outros. São as visões alternativas e auto-organizadas em princípios de solidariedade que lutam pelo projeto econômico e político no qual emerge e se consolida a economia solidária.

A economia solidária é reforçada pela incapacidade do Estado e pela descrença, na resolução dos problemas locais e do mundo, catapultando para novas respostas cívicas a novas preocupações. A economia solidária é, portanto a par da economia social uma alternativa à intervenção do Estado e reforçada em situações de crise, como a ecológica e atual crise financeira e social. Para Amaro e Madelino (2004, p.12-13), a ideia de economia solidária reforça a ideia de atividade “solidária” “não no sentido social restrito, mas no sentido sistêmico, de interdependência e integração com a vida, e, portanto com todas as dimensões em que esta se exprime (...)”. Assim estes autores, destacam na Economia Solidária em sete vertentes fundamentais:

Uma atividade econômica, (uma forma de produção e/ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de rendimentos e de satisfação de necessidades) mas numa visão mais ampla, onde os serviços contemplam a integração da vida em todas as suas dimensões; Promotora de coesão social da integração social e no combate a qualquer tipo de desequilíbrios ou injustiças sociais, assumindo um papel fundamental na integração das pessoas em situação de desfavorecimento social, sendo, portanto um mecanismo de combate à pobreza e exclusão social; Respeitadora e valorizadora do meio ambiente, na preservação dos ecossistemas da biodiversidade e de todos os recursos locais; Respeitadora e valorizadora da diversidade cultural, como a preservação dos saberes das entidades e promotora do diálogo intercultural; Sustentada numa gestão eficiente e integrada, no sentido de serem geridas com boa governança, transparência e numa lógica integrada, de parceria e de avaliação permanente; Ser territorializada e promotora de desenvolvimento local, de mecanismos que valorizem as capacidades das comunidades locais e que assim satisfaçam as suas próprias necessidades; Assente numa lógica de investigação-ação, que lhe permita uma constante criatividade e adaptação a novos desafios; Esta versão com origem nacional evoca o desenvolvimento local integrado, como mecanismo de econômico de criação de emprego, de produção de bens e serviços, de criação de riqueza partilhada assente nos mesmos princípios da versão francófona e latino-americana, no entanto com a abrangência e preocupação dos processos de gestão eficientes e proativos, criando condições de sustentabilidade local (AMARO e MADELINO 2004, p.12-13).

Muitos autores consideram os experimentos autogestionários como efêmeros e fugazes, que tendem a se multiplicar em momentos de crise do capitalismo, para desaparecer logo em seguida, em função das dificuldades que enfrentam para sobreviver em um contexto capitalista, como a baixa capitalização, a falta de capacitação técnica dos trabalhadores para

gerir os negócios, a falta de comprometimento do conjunto dos trabalhadores com os ideais cooperativistas (Leite, 2009). Muitos desses empreendimentos também são avaliados como experiências vencedoras, por estarem atuantes de acordo com o sistema capitalista, ou inversamente, quando definem não incorporar suas práticas a esse sistema, acabam por degenerar, à medida que não podem competir com a hegemonia do sistema. Essa discussão, que já se tornou clássica, especialmente entre os estudiosos de esquerda, colocando em lados opostos renomados teóricos, como Rosa Luxemburgo (1986), Webb e Webb (1914), Bernstein (1961) e o próprio Marx (1979),¹⁷ ressurge no momento atual, tendo em vista a grande quantidade de experiências que vêm se espalhando pelo mundo afora, em virtude das mudanças que têm ocorrido no mercado de trabalho (Leite, 2009).

Por outro lado, muitas experiências, despontam como novas formas de sociabilidade, nas quais setores mais vulneráveis da sociedade vêm encontrando possibilidades de inserção social que lhes têm permitido recuperar a dignidade e a auto-estima. Essas experiências poderiam estar apontando não para uma transformação radical da sociedade em seu conjunto, mas para um tipo de convivência com a produção capitalista (Gaiger, 2000, p. 189). Podemos dizer que essas novas experiências carregam consigo as possibilidades de riscos e oportunidades, que podem dinamizar a economia, favorecendo os desprovidos.

Esses princípios ressurgem, contudo, reconfigurados no contexto atual, dando margem a diferentes teorias que buscam explicar o fenômeno recente de expansão do cooperativismo.

1.5.2 Economia solidária e reciprocidade

Segundo Leite (2009), Jean Louis Laville tem sido um dos principais teóricos da economia solidária. Sua análise não se restringe às cooperativas, mas ao conjunto de "práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária" (Leite *apud* Guérin, 2005, p. 79). Tais práticas incluem a criação ou a manutenção de empregos; a produção e a comercialização coletiva; a moradia coletiva; a poupança e o crédito solidários; as trocas não monetárias; os serviços coletivos de saúde; a proteção coletiva do meio-ambiente; a segurança alimentar; o apoio à

¹⁷ Rosa Luxemburgo sustentou uma acirrada polêmica com Bernstein sobre o tema; enquanto o último foi um defensor das experiências cooperativistas como um caminho para o socialismo, a primeira alertava para o duplo perigo que elas enfrentavam: ou se tornavam exitosas e entravam na lógica do capitalismo, ou mantinham seus ideais de solidariedade e autogestão e acabavam sucumbindo à concorrência capitalista. O mesmo argumento foi defendido pelo casal Webb, dando origem à tese da degenerescência das cooperativas. Já Marx manteve uma posição ambígua com relação ao tema, destacando ao mesmo tempo a importância das cooperativas como possibilidade de um novo modo de produção e os riscos de elas se transformarem em instrumento de auto-exploração operária.

criação de atividades individuais ou coletivas; a criação de novos serviços. Embora as cooperativas (de consumo, de trabalho, de produção e de crédito) constituam uma das formas importantes por meio das quais tais práticas sociais se desenvolvem, elas não são as únicas; de fato, há várias outras formas importantes como os clubes de troca, a autoconstrução, o microcrédito ou o crédito solidário, os jardins comunitários, as cozinhas coletivas, os serviços da vida cotidiana (como cuidar de crianças ou idosos) (Guérin, 2005, p. 79). Para o autor, a economia solidária emerge a partir da crise societal, diante da exclusão social e se apresenta numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, sob a forma de auto-organização social em torno de ações, ao mesmo tempo econômicas e políticas.

Laville recupera o conceito de Polanyi (2000) de que a economia é plural, e que não se reduz apenas ao utilitarismo capitalista – ela seria constituída por diversas formas de produção, entre as quais, aquelas baseadas na reciprocidade¹⁸. As formas de produção baseadas na reciprocidade emergiriam, de forma coletiva, como formas de resistência ao mercado, diferentemente das filantrópicas, seriam capazes de promover a solidariedade democrática e a democratização da economia. Tal poder de democratizar a economia, se basearia, em duas características da economia solidária (Polanyi *apud* Leite, 2009). A primeira delas está na importância das práticas de reciprocidades entendidas não como um resultado da tradição, mas como uma forma completa de agir economicamente. A economia solidária tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica (Polanyi *apud* Leite, 2009). O recurso à reciprocidade consiste em tratar coletivamente problemas cotidianos na esfera pública, em vez de cada um tentar resolvê-los individualmente na esfera privada. Mas, como alertam França Filho e Laville,

[...] essa inscrição na esfera pública diferencia radicalmente a economia solidária da economia doméstica. Não se trata, portanto, de encorajar, através da economia solidária, um retorno à família, lugar das solidariedades naturais. Os movimentos de

¹⁸ Polanyi identifica quatro princípios de comportamento econômico que operam em nossas sociedades como fatores de organização da produção e distribuição da riqueza: (i) os princípios do mercado, que permitem o encontro entre oferta e demanda de bens e serviços com fim de troca por meio da fixação de preços; (ii) os da redistribuição, a partir dos quais a produção é remetida a uma autoridade central (o Estado) que tem a responsabilidade de reparti-la; (iii) os da reciprocidade, que correspondem à relação estabelecida entre os grupos ou pessoas a partir de doações ou préstimos mútuos, cujo sentido está na vontade de manifestar um liame social entre as partes envolvidas; e (iv) os da domesticidade, a partir dos quais as pessoas produzem para o seu próprio uso, provendo as necessidades dos membros do grupo (Pinto, 2006, p. 46; França Filho e Laville, 2004, p. 32-33). As atividades comandadas pelos princípios da domesticidade e da reciprocidade constituiriam a economia não monetária, enquanto as de mercado e redistributivas fariam parte da economia monetária (Pinto, 2006, p. 46).

êxodo rural ou de profissionalização das mulheres revelaram que a saída da economia doméstica representa uma liberação à qual nem se pensa em retornar. Os serviços de proximidade baseiam-se, assim, nas práticas cotidianas das populações, nas relações e nas trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local, nas aspirações, nos valores e desejos das pessoas que são os usuários (*Idem*, p. 105). Mas, embora se apóiem nos recursos familiares, eles não visam a ratificar relações de subordinação no interior da família. Ao contrário, reúnem pessoas preocupadas em "articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas, com fins de produção do chamado liame social" (FRANÇA FILHO e LAVILLE 2004, p. 104-105).

A segunda característica da economia solidária pode ser descrita pela elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativas à concorrência ou à regulamentação estatal, por meio de "espaços públicos de proximidade" que conduzem a uma co-construção da oferta e da demanda (Guérin, 2005).

Essas orientações devem ser tomadas na sua complementaridade e, entre os vários objetivos que poderiam dar coerência à sua articulação, os autores destacam que "a relativização no seio da esfera econômica do lugar assumido pela economia monetária que implica uma revalorização de diversas formas de economia não-monetária, que não se reduzem às formas dependentes representadas pela economia subterrânea e o trabalho no câmbio negro (Polanyi apud Leite). Nesse sentido a economia solidária seria basicamente traduzida pela participação coletiva na produção, em formas alternativas ao mercado.

Para Laville (2004), a economia solidária tem natureza híbrida, pois não atua apenas sob o princípio da reciprocidade; de acordo com ele, ela recorre também a recursos monetários. Nesse sentido, ela seria responsável por religar o econômico ao social, combinando a reciprocidade às lógicas redistributiva e de barganha, visando a reforçar a auto-organização da sociedade civil. Nesse sentido, a democracia da economia consiste, para o autor, na emergência de uma nova regulação que leve em conta a possível complementaridade entre os aspectos redistributivos e de reciprocidade, promovendo um fortalecimento da sociedade civil, o que não significa, contudo, uma substituição do Estado pela sociedade civil, mas sim uma atuação do Estado, baseado numa mudança de interação com a sociedade (Leite, 2009). Assim como Polanyi, Laville acredita na importância das práticas para informar a existência e para analisar as perspectivas de conciliação entre igualdade e liberdade, de acordo com o autor, trata-se de "encarar uma democratização recíproca da sociedade civil e dos poderes públicos" (Laville, 2006), em que "a pluralização da democracia e da economia entram em ressonância. A democratização recíproca da sociedade civil e da ação pública é congruente com uma economia fundada na pluralidade dos princípios econômicos e das formas de propriedade" (Leite, 2009). Nesse caso, acredita-se em um novo posicionamento

Estatal para uma ação integrada à sociedade civil. Assim, agir em sistema de complementaridade seria a saída mais alvissareira a ser tomada.

Partindo das reflexões sugeridas por Mauss e Caillé acerca do interacionismo em redes para a mobilização de sistemas políticos, econômicos e sociais, Coraggio (2000) desenvolveu uma reflexão teórica, com base nos princípios da economia solidária, mas a partir do que ele denomina “economia do trabalho”. Esta é entendida pelo autor como uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca, primordialmente, a criação de bens coletivos. Este tipo de economia, baseada nas unidades domésticas, contemplaria um conjunto de atividades, entre as quais as cooperativas e outras formas de ações econômicas, apareceriam juntamente com o trabalho por conta própria e as atividades de produção de bens e serviços que são consumidos pelas unidades domésticas sem passar pelo mercado. Tais atividades incluem o trabalho de limpeza, da cozinha, de tomar conta das crianças, na horta, do conserto e confecção de roupas, de construção de móveis, da própria casa etc. (Coraggio, 2000, p. 98).

Para o autor, o conjunto da população trabalhadora não consegue ser inserida em empreendimentos do sistema capitalista atual. Ainda assim, a limitação das políticas públicas em face do desemprego e da precarização do trabalho estariam levando a população excluída a buscar formas de subsistência na economia doméstica, cuja lógica não é da reprodução do capital, mas da reprodução ampliada da vida (Coraggio, 2000). Nesse sentido, Coraggio considera que é a partir da economia do trabalho, que se poderia apoiar a empresa social: "os empreendimentos que não só produzem mercadorias, mas que 'produzem sociedade'. Tal tipo de empreendimento 'investe num único capital que possui: 'as pessoas' e isto começa por dar créditos a elas, no sentido da reprodução ampliada da vida, que para o autor significa, a melhoria da qualidade de vida com base no desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais das pessoas (Coraggio, 2000).

Coraggio admite a possibilidade do desenvolvimento de relações de cumplicidade e ao mesmo tempo de fortalecimento de laços sociais entre os envolvidos na economia do trabalho, o autor acredita na possibilidade de uma economia alternativa:

[...] que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos de políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas micro-regiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado com outros valores de

solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (CORAGGIO, 2003, p. 116).

Embora o autor não considere que a economia do trabalho seja inexorável, ele a vê como uma promessa que pode satisfazer diretamente parte das necessidades das maiorias locais e competir exitosamente no mercado nacional ou global, "gerando ocupações mercantis e os ingressos monetários necessários para sustentar-se e ampliar-se sobre suas próprias bases de interdependência" (Coraggio, 2003). Esse sistema não se constituirá, contudo, naturalmente, mas "requer que se invistam energias importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e microrredes populares" (Coraggio, 2003).

1.6 A economia solidária no Brasil

1.6.1 Origem do pensamento sobre a economia solidária no Brasil

Segundo os estudos de Leite (2009), as experiências de Economia Solidária no Brasil concentraram-se, até os anos de 1980, no meio rural¹⁹. Nas cidades, seu surgimento deveu-se de um lado, por causa da crise econômica que se abre no início da década, trazendo altos níveis de desemprego que será seguida de um processo de reestruturação produtiva e econômica especialmente, a partir da década de 1990, terá fortes repercussões no mercado de trabalho com um significativo processo de desestruturação, evidenciado em todos os seus indicadores:

diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego e do tempo em que os trabalhadores passam a levar para encontrar outras formas de colocação no mercado de trabalho, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários etc. Tal desestruturação será uma consequência direta não só das baixas taxas de crescimento econômico (quando não de retração), como também dos processos que acompanham a reestruturação empresarial, tal como o enxugamento das empresas e a decorrente terceirização e precarização das condições e das relações de trabalho (LEITE, 2009, p. 34).

Nesse contexto, no Brasil, são fortalecidas as medidas voltadas à geração de emprego e renda, entre as quais a economia solidária desponta como uma alternativa importante. Assim, a democratização do país nos anos de 1980 fortaleceu o movimento social brasileiro

¹⁹ Isso não significa, entretanto, que não tenha existido até então nenhuma experiência importante de cooperativismo no meio urbano. Rizek e Pereira lembram, por exemplo, que a própria cidade de Osasco teve sua origem ligada a um grupo de operários anarquistas que, depois de demitidos da vidraçaria Santa Marina devido à participação em um movimento grevista, tentaram criar uma empresa na região que veio a se constituir como a cidade de Osasco. O bairro Rochdale provavelmente teve esse nome como herança deste movimento (Rizek, 1988; Pereira, 2007, p. 17-18).

voltado à questão da democratização no mundo do trabalho, a partir do qual "trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos solidários" (Pereira, 2007, p. 18). A organização desse movimento apoiou-se em quatro importantes iniciativas, que podem ser consideradas como seus pilares fundamentais.

A primeira, a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), possui desde o início dos anos de 1990 um conjunto de incubadoras de cooperativas espalhadas pelo país, embora haja uma evidente concentração das atividades da entidade no Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul. Em 1994 nasce a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Auto-gestão e Co-gestão), a partir da iniciativa de um determinado setor sindical, com a finalidade de apoiar experiências já existentes, especialmente em termos de assessoria técnica. Também as Incubadoras Universitárias merecem destaque nesse quadro. A primeira Incubadora Universitária surgiu em 1998, como uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (Cope) da UFRJ. Ainda em 1998 foi fundada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) com o objetivo de difundir a experiência do Cope pelas universidades do país e de vincular as incubadoras de forma interativa e dinâmica, fomentando a transferência de tecnologias e conhecimentos. A Rede rapidamente favoreceu a expansão das Incubadoras pelas universidades públicas brasileiras, congregando, nos dias atuais, 37 incubadoras universitárias. Por fim, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui três entidades que, conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL, 2010).

A ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada em dezembro de 1999 "a partir de um intenso debate no sindicalismo a sobre as novas configurações do mercado de trabalho e da reestruturação produtiva no Brasil e a necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento, tendo como princípios fundamentais a Economia Solidária e o desenvolvimento local sustentável" (ADS, 2004, p. 9). Sua ação está centrada no planejamento e na articulação dos empreendimentos solidários, tendo como estratégia básica a formação de complexos cooperativos por meio da vinculação dos diversos atores e organizações econômicas dos territórios em torno de objetivos e metas comuns (ADS, 2005, p. 14).

A ADS entende que a formação de redes de cooperação com base na consolidação de parcerias entre os empreendimentos, as instituições financeiras e outras organizações facilita o fluxo de informações: "os complexos cooperativos possibilitam maior proximidade entre empreendimentos que, por sua vez, contribuem para ampliar a produtividade e a capacidade de inovação" (ADS, 2005, p. 14).

Segundo a Agência, as maiores dificuldades que as experiências solidárias enfrentam estão relacionadas com as condições de acesso aos mercados. As políticas de comercialização são implementadas por meio da articulação de atores para a criação de sistemas locais de comercialização, buscando caminhos para reduzir as assimetrias do mercado e os custos de transação.

A partir destas práticas - criando novas instituições, adotando políticas de *marketing* e fomentando a organização de espaços públicos e cooperativos para a comercialização de produtos e serviços da economia solidária - a ADS tenta ampliar o acesso dos empreendimentos solidários aos mercados (ADS, 2002, p. 42). A Agência possui parceria com vários ministérios do Governo Federal, entidades nacionais e internacionais: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MAD), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MET), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Central Sindical Alemã (DGB), Organização Intereclesiástica para a Cooperação e Desenvolvimento (ICCO) e Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS).

A ADS vem atuando na formação de vários complexos cooperativos. Atualmente, há 27, sendo 13 na área agrícola (congregando 20 cooperativas e 8.124 trabalhadores) e 14 distribuídos entre as áreas de indústria, serviços, pesca, reciclagem, comércio e artesanato (reunindo 177 empreendimentos e 8.115 trabalhadores). Alguns desses complexos abrangem empreendimentos em diversos Estados como, por exemplo, o Complexo Cooperativo Têxtil, que articula atores de diferentes partes da cadeia produtiva, visando à produção de têxteis orgânicos de algodão e respeitando os princípios do comércio solidário. A cadeia compõe-se de muitos segmentos: insumos para a agricultura; produção agrícola; beneficiamento do algodão; fiação; tecelagem; acabamento (tinturaria e estamparia); confecção e distribuição. Começando no Ceará (cidade de Tauá), onde o algodão é plantado, passa por Fortaleza, onde ele é beneficiado, vai para Nova Odessa e Santo André em São Paulo, onde é feita a fiação e a tecelagem e termina em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde é realizada a confecção e o acabamento (ADS, 2002, p. 43-66).

A Unisol foi fundada em 2000 com a finalidade de atuar na busca da melhoria socioeconômica de entidades e empresas coletivas e de garantir a geração de trabalho e renda. A entidade surgiu inicialmente como Unisol-SP, com doze empreendimentos solidários do estado de São Paulo. Em 2004 ela já contava com mais de setenta empreendimentos; transformando-se no complexo nacional: Unisol-Brasil. Hoje, de acordo com seu diretor, ela possui 230 empresas filiadas, entre cooperativas (65%) e associações (35%). As entidades

filiadas pagam uma mensalidade a esta entidade e em troca recebem assistência técnica, formação, assessoria em *marketing* e comercialização, e, sobretudo, uma representação política.

Por fim, a Ecosol, criada em 2004, em parceria com o Sebrae, congrega um conjunto de cooperativas de crédito que operam segundo os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover a solidariedade financeira entre associados, utilizando recursos poupados pelos cooperados que resultam na geração de renda para empréstimos aos demais membros. Com o governo Lula, a economia solidária ganha estatuto de política pública federal, ingressando no Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), criada por lei em maio de 2003. Paralelamente, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a finalidade de articular as experiências de economia solidária no território nacional e representá-las junto aos governos e fóruns internacionais (Barbosa, 2007). O FBES trabalha diretamente com a Senaes e desdobra-se em fóruns estaduais, buscando fornecer capilaridade ao movimento organizado de economia solidária. Em vários estados já foram também criados fóruns municipais e microrregionais, reunindo um conjunto de municípios (Singer, 2006, p. 202).

1.6.2 Problemáticas de uma economia popular e solidária no Brasil

De acordo com França Filho (2007), a economia solidária no Brasil apresenta-se como um campo de práticas em construção. Acredita-se que a dinâmica desse campo parece evoluir, de formas de auto-organização sócio-econômica, para formas de auto-organização sócio-política, o que nos leva a pensar tal campo como um tipo de movimento social de natureza singular. Para o autor, as considerações sobre o fenômeno no Brasil podem ser descritas como base em quatro categorias de atores ou instâncias organizativas que compõem o campo da economia solidária:

A primeira é constituída pelo que poderíamos definir como organizações de primeiro nível: os empreendimentos econômicos solidários (EES). Uma segunda categoria de atores, as organizações de segundo nível, reúne as entidades de apoio e fomento (EAF). A terceira categoria apresenta diferenças marcantes em relação às duas primeiras, por constituir-se quase que exclusivamente de formas de auto-organização política, ilustrada pelas redes e fóruns de economia solidária. Por fim, um quarto ator pode ser representado por uma espécie de nova institucionalidade pública de Estado. Dela são exemplos a rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, a Secretaria Nacional para a Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e, ainda, uma série de outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias ou departamentos), que estão

tentando construir políticas públicas de economia solidária em governos municipais ou estaduais (FRANÇA FILHO, 2007, p. 45).

As organizações de primeiro nível, ou empreendimentos econômicos solidários (EES), representam o núcleo fundamental de constituição do campo. Trata-se das formas, por excelência, de auto-organização sócio-econômica, que podem alinhar-se em diferentes experiências ou categorias, o que permite distinguir variadas práticas de economia solidária. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e, mais recentemente, os bancos comunitários. Existem, também, as iniciativas que participam de uma categoria mais conhecida como comércio justo, além do segmento do chamado cooperativismo popular, expressão talvez majoritária no campo dos empreendimentos solidários. Deve-se incluir, ainda, iniciativas como os clubes de troca, que são formas muito específicas de práticas de economia solidária, constituindo uma categoria que poderíamos definir como uma “economia sem dinheiro”. Em seguida, deve-se salientar as associações de moradores que constroem redes de práticas econômicas solidárias. Um caso muito conhecido no Brasil, e talvez emblemático, é o Banco Palmas, da associação de moradores do conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE). Ele consegue promover uma articulação entre diversas categorias de práticas de economia solidária, ao reunir num único empreendimento finanças solidárias, comércio justo e cooperativismo popular (França Filho, 2006).

Um traço marcante deste primeiro nível de auto-organização é o caráter heterogêneo do campo da economia solidária, refletida na coexistência de cooperativas populares ou cooperativas de trabalho e produção; organizações de trabalhadores que recuperam a massa falimentar de empresas e tentam criar um sistema de autogestão; bancos comunitários; clubes de troca; associações de serviços. etc.

Para França Filho (2007), as entidades de apoio e fomento são estruturas organizativas dedicadas à assessoria dos empreendimentos econômicos solidários. Tais entidades podem ser organizações não governamentais com tradição no trabalho de organização popular ou de assessoria aos movimentos sociais. Podem, também, ser ONGs que detêm *expertise* no trabalho e na organização de base social, ou num segmento específico das práticas de economia solidária. Podem ser, ainda, estruturas organizativas criadas no seio de universidades, ligadas a centros de pesquisa ou programas de extensão, ou, finalmente, podem

ser estruturas de coordenação de redes. Em geral, as entidades de apoio e fomento contam com uma base profissional altamente qualificada.

Elas representam, de certo modo, a porção da sociedade civil mais organizada e institucionalizada atuando no campo da economia solidária. Seu papel é fortemente marcado pelo caráter de mediação social entre o mundo dos empreendimentos solidários (EES), com suas lógicas próprias, e as injunções relativas ao universo institucional no qual se inscrevem esses empreendimentos. O fomento e o apoio fornecidos pelas EAF costumam colocá-las como co-responsáveis, ao menos temporariamente, do processo de gestão dos empreendimentos, com vistas à consolidação do seu processo de sustentabilidade (FRANÇA FILHO, 2007, p. 78).

Existe um conjunto amplo de pesquisas sobre os empreendimentos solidários no Brasil. Em sua grande maioria trata-se de estudos de caso que vêm apresentando dados preciosos para a reflexão teórica. Um primeiro aspecto a ser destacado é a diversidade do universo do cooperativismo no país, que vai desde as "falsas" cooperativas, formadas pelas próprias empresas como forma de rebaixamento de custos, até empreendimentos verdadeiramente autogestionários, formados pelos próprios trabalhadores ou, mais comumente, sob a iniciativa de alguma entidade de fomento, que buscam se manter fiéis aos princípios cooperativistas. Muitas cooperativas nascem com o ideal autogestionário, mas vão perdendo sua independência na medida em que começam a se vincular a redes empresariais (Lima, 2007; Pinto, 2006). Em segundo lugar, os estudos ressaltam as dificuldades que os empreendimentos enfrentam - a defasagem tecnológica, a falta de recursos, a baixa escolaridade dos associados, o uso de mão-de-obra intensiva, a fragmentação do trabalho, as longas jornadas que exaurem os trabalhadores, as diferenciações na distribuição das retiradas, o pouco compromisso dos trabalhadores com o ideal autogestionário são alguns dos aspectos assinalados. Nas organizações formadas por ONGs e órgãos governamentais, Guimarães *et al.* destacam as relações de dependência dos empreendimentos para com os órgãos de fomento, especialmente no que se refere à gestão, interferindo, algumas vezes, até mesmo nos processos de tomada de decisão de forma democrática. Por outro lado, os empreendimentos originados de iniciativas dos movimentos sociais teriam sido os que revelaram características mais evidentes de autogestão, "com participação efetiva dos trabalhadores em todos os níveis decisórios [...] e nos quais se verifica uma transformação mais evidente nas relações de trabalho". Consoante os autores, o fato de terem tido origem em um esforço coletivo em torno de uma causa comum, de conteúdo transformador e emancipatório reveste-os de um cunho ideológico não encontrado nas demais experiências (Singer, 2000). Segundo Leite (2009), outros estudos também destacam aspectos positivos das experiências de economia solidária.

Gaiger aponta nesse sentido,

a facilidade de transferência de saberes, menor rotatividade, maior estabilidade, maior comunicação entre os trabalhadores, maior facilidade para identificar problemas no processo de trabalho, maior envolvimento na busca de soluções, entre outros aspectos. Esse conjunto de elementos positivos poderia, em certas circunstâncias, estabelecer o que o autor chama de círculo virtuoso do trabalho cooperativo, em que "há um estímulo material, que redundando numa série de atitudes positivas que acabam resultando numa diminuição de conflitos laborais, o que, por sua vez, fortalece moralmente os trabalhadores" (GAIGER, 2000, p. 185).

Nesse sentido França Filho (2007), questiona sobre como tornar sustentáveis iniciativas sócio- produtivas de base coletiva, democrática e solidária, num marco institucional dominado pelas normas da competição e da heterogestão e como tornar perene o exercício prático de outra economia no contexto de um sistema em que predomina a economia de mercado. Para uma maior compreensão desse desafio é preciso re-situar a economia solidária brasileira, especialmente a sua relação com a tradição mais antiga de economia popular, que parece exercer forte influência na constituição de grande parte das práticas neste campo.

A economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuado coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) por grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latinoamericanas. Tais grupos se estruturam de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade, tecidas no cotidiano de suas formas de vida e nos próprios laços comunitários, os fundamentos para tais práticas. Esta economia popular permite a geração de trabalho para aqueles que estão às margens dos circuitos formais da economia, constituídos principalmente pelas esferas do Estado e do mercado. Entretanto, os níveis de renda que se obtém são bastante frágeis, garantindo, na maioria dos casos, apenas a sobrevivência dos grupos implicados em tais projetos (FRANÇA FILHO, 2006, p. 45).

Segundo França Filho (2006), o desafio desta economia popular consiste, então, em ultrapassar o plano da "reprodução simples" das condições de vida, na direção da "reprodução ampliada". O que ocorre quando as atividades empreendidas impactam as próprias condições de vida das pessoas. Este desafio é próprio do projeto de uma economia popular e solidária com certas qualidades ou características da economia popular.

Segundo o autor, tais qualidades compreendem um conjunto de aspectos que são absolutamente indissociáveis uns dos outros. O primeiro deles concerne à questão da participação ou engajamento das pessoas nos projetos solidários, o que remete ao grau de mobilização popular inerente a tais projetos. O segundo diz respeito ao modo de organização do trabalho nesses projetos, essencialmente baseado na solidariedade. Este registro da

solidariedade, que é próprio do trabalho comunitário, vem acompanhado de uma série de outros princípios ou valores que servem de guia para a condução das práticas solidárias, como a cooperação e a gestão democrática dos projetos. Neste sentido de afirmação da solidariedade no interior da elaboração das práticas econômicas, a economia popular representa uma espécie de prolongamento das solidariedades ordinárias que são tecidas no interior dos grupos primários. Algumas dessas manifestações são bastante visíveis nos meios populares, conforme revela a prática mais conhecida sob o título de mutirão.

O mutirão é uma forma de auto-organização popular, comunitária, coletiva e solidária, para a concretização de projetos ou para a resolução de problemas públicos concretos vividos pelas pessoas no seu cotidiano. Ele consiste em associar o conjunto dos moradores de uma comunidade na realização dos seus próprios projetos coletivos como, por exemplo a construção de equipamentos públicos ou de próprias casas. Trata-se, efetivamente, da implantação de atividades que são completamente indissociáveis da vida social do bairro. O final de um dia de trabalho em mutirão costuma sempre terminar numa grande festa coletiva popular, marcada, em geral, pela feijoada (FRANÇA FILHO, 2006, p. 49).

Percebe-se, nestas práticas, a força da dimensão não monetária. Porém, importa salientar que a economia popular não recobre todo o conjunto das atividades desenvolvidas nos meios populares. Sublinha-se aqui a diferença da economia popular em relação a outros modos de atividades econômicas oriundos dos setores populares como, por exemplo, a economia informal, que compreende iniciativas individuais sem relação com tradições locais nem com laços comunitários.

A economia informal representa uma espécie de simulacro das práticas mercantis oficiais, pois trata-se de reproduzir tais práticas e a lógica que as acompanha, porém sem a adoção do registro legal – o que permitiria o acesso à direitos. De uma certa maneira, a economia popular constitui um dos componentes dessa imensa economia dos setores populares, que compreende, além da economia informal e da própria economia popular, modalidades muito variadas de comércio subterrâneo ou ilícito, repousando sob o registro de solidariedades despóticas. Assim, buscar as vias de superação de uma lógica de economia popular parece constituir, precisamente, o projeto de uma economia popular e solidária. O desafio desta economia consiste na aquisição de um certo nível de institucionalização, a fim de impactar de modo mais decisivo o meioambiente social e político onde se inscreve, ao mesmo tempo em que preserva suas qualidades de base, como a solidariedade, o trabalho comunitário, a cooperação e a gestão democrática dos projetos (FRANÇA FILHO, 2006, p. 52).

1.6.3 As formas de auto-organização política

Para Leite (2009), outra questão bastante discutida na literatura diz respeito ao papel das políticas públicas, entendidas cada vez mais como um elemento central para o bom desempenho dos empreendimentos. França Filho (2006) apresenta uma reflexão sobre o tema,

a qual ressalta que as políticas brasileiras para a economia solidária encontram-se em processo de construção e cujas metodologias ainda estão em fase de experimentação apresentando uma significativa heterogeneidade nos diferentes níveis de organização do próprio movimento e nos diversos contextos locais e regionais. Apesar dessa heterogeneidade, França Filho sublinha uma importante mudança na visão estratégica da política pública, ao substituir a preocupação com a simples reprodução das condições de vida por "uma possibilidade de reprodução ampliada do modo de vida, o que permite transformações institucionais efetivas nas condições mais gerais de existência das pessoas num território" (Idem, p. 266). Segundo ele,

[...] esta é também a visão estratégica da passagem de um estado de subsistência das iniciativas empreendidas para um estado de sustentabilidade, refletindo o salto estratégico necessário que induzem tais políticas de uma condição de economia popular apenas, para uma condição de economia popular e solidária (FRANÇA FILHO, 2006, p. 57).

Nessas circunstâncias, a política pública deslocaria sua ênfase das noções de assistência e compensação para a de emancipação, passando a constituir-se como uma política de "organização social", cujos resultados remetem ao médio e longo prazos. Gaiger sublinha a mudança de foco das políticas públicas nos últimos anos, passando da promoção de empreendimentos com caráter emergencial ou paliativo, no sentido de prover condições mínimas de sobrevivência, para a construção de alternativas duradouras e generalizáveis, focadas na busca de novos formatos de geração e apropriação de tecnologias que visam à auto-sustentação dos empreendimentos (Gaiger, 2000, p. 176-177). Nesse sentido, as políticas públicas desempenham um papel de enorme importância na viabilização das experiências solidárias.

Segundo França Filho (2006), a necessidade de superar o desafio da sustentabilidade tem conduzido as práticas de economia solidária em direção a um maior investimento no seu processo de estruturação política. Neste sentido, mais do que iniciativas inovadoras e singulares em termos da abordagem econômica, o campo da economia popular e solidária no Brasil se impõe também, cada vez mais, como um movimento de atores em busca de reconhecimento institucional. Este movimento reivindica direitos, interroga políticas públicas existentes e propõe outras. Para França Filho (2006),

[...] o objetivo é propor uma mudança institucional na direção do reconhecimento de um outro modo de instituir a prática econômica. A expressão concreta desse movimento são as *redes* e os *fóruns*, seus principais modos de auto-organização

política. Porém, sendo os *fóruns* também formas de *redes*, trata-se, então, de dois modos de expressão de difícil distinção e que apresentam, ainda, a tendência a se articularem, o que remete a um debate político sobre o lugar de cada modo de auto-organização, sobre as relações que mantêm entre si e com os poderes públicos (FRANÇA FILHO, 2006, p. 61).

As redes são a forma de auto-organização mais evidente e mais antiga. Ela consiste num associacionismo mais amplo, compreendendo um certo número de experiências concretas de organizações de fomento e apoio que compartilham valores e regras comuns. As redes se estendem em diferentes escalas entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Essa é, por excelência, a forma de organização, dos movimentos associativos atuais. Suas características comportam inovações importantes em relação à tradição de organização dos movimentos sociais e políticos, com implicações consideráveis no plano da distribuição de poder nestas instituições, o que representa uma mudança grande em relação às estruturas anteriores, que eram muito hierárquicas. Neste sentido, parece instituir-se novas modalidades de estabelecimento do ato político.

As redes guardam um traço político forte, ao constituírem-se exclusivamente a partir das experiências oriundas da sociedade, com independência em relação aos poderes públicos. Entretanto, levando-se em consideração o lugar cada vez mais importante assumido pelo tema da economia solidária no interior de certas estruturas de governo que decidem pela formulação de políticas públicas para este setor, tende a se estabelecer uma relação de interdependência com os poderes públicos, em termos da instauração de novos espaços de intercâmbio e de troca de experiências. A recente criação da rede nacional de gestores de políticas públicas de economia solidária vem testemunhar a complexidade deste campo (FRANÇA FILHO, 2006, p. 65).

De acordo com França Filho (2006), no Brasil, faz-se necessário superar a precariedade e conseguir impactar o contexto onde se instaura a economia solidária, para além dos benefícios concedidos àqueles mais diretamente envolvidos nas iniciativas ou empreendimentos solidários. A economia solidária reúne e tenta unificar atores com características e origens distintas e práticas também diferentes. A história ainda muito recente revela níveis de conflito e de desgastes importantes, porém tal dinâmica é parte constitutiva do processo de organização social e política do movimento, acabando por funcionar como um processo de aprendizado da democracia para os diversos atores. Em suma, no Brasil, as formas de auto-organização política da economia solidária sugerem que existem, nesse campo, atores em movimento (França Filho, 2006).

Segundo Leite (2009), observa-se, portanto, que não só a discussão sobre as políticas públicas, mas também as próprias propostas apresentadas de políticas voltadas para a

economia solidária vêm avançando significativamente no país, preocupando-se com sua continuidade, com o fortalecimento do tecido social da sociedade civil organizada, entendido como suporte das ações políticas (Girard, 2006), e com as formas de monitoração das mesmas que passam a se dirigir aos avanços qualitativos, como o da organização política, das relações sociais, das atitudes individuais etc. (França Filho, 2006). Segundo a autora,

Esses progressos da política pública se consubstanciaram no Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Econômico Sustentável e Economia Solidária, realizado pela Rede de Gestores durante o ano de 2004, objetivando contribuir para “a elaboração de uma política pública de economia solidária que seja estruturada federativamente e que seja capaz de atuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social” (Schwengber, 2006, p. 293). Um dos avanços importantes da contribuição do Ciclo de Debates está em compreender o fomento à economia solidária como uma política de desenvolvimento, que não deve ser relegada às políticas de corte assistencial; outra contribuição que merece destaque é a de que como política de desenvolvimento, voltada para um público tradicionalmente excluído socialmente, ela demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo, como educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras (FRANÇA FILHO, 2006, p. 294).

Para França Filho (2006, p. 267), apesar desses efetivos avanços, não se deve perder de vista o alerta de França Filho sobre a fragilidade do marco institucional sob o qual as políticas públicas ainda repousam, o que o deixa "em alguns casos muito dependente das características e sensibilidade do gestor público responsável pela política".

Sob essa perspectiva, Gaiger (2000) sustenta que a noção de eficácia para a economia solidária não pode ser a mesma utilizada para pensar a trajetória de uma empresa capitalista, já que os objetivos são diversos. Nesse sentido, o autor retoma o conceito de reprodução ampliada da vida, formulado por Coraggio (2000), para pensar o desempenho dos empreendimentos solidários. A questão central que lhe interessa é saber como esses empreendimentos provêm a reprodução ampliada da vida e não apenas a acumulação de capital (Gaiger, 2000, p. 181). Em texto mais recente, o autor ressalta que a economia solidária deve ser pensada como uma experiência de emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência. Gaiger (2004) é cuidadoso, contudo, ao apontar não só que os empreendimentos enfrentam dificuldades que, muitas vezes, os inviabilizam, mas também que não há receitas que possam ser aplicadas a todas as experiências, tendo em vista que o conjunto de empreendimentos existentes é muito variado do ponto de vista de seus atores, suas escolhas organizativas, suas razões de ser, suas formas de inserção na economia e suas possibilidades de influência no entorno em que se localizam (Gaiger, 2004).

Uma última questão refere-se ao significado das experiências para os próprios trabalhadores nelas envolvidos. Os estudos que se referem ao tema apontam para conclusões que corroboram nossa hipótese de que essas experiências sugerem novas formas de sociabilidade para a recuperação da identidade e da dignidade dos trabalhadores.

1.7 Redes de cooperação comunitária

Para Caillé (2002), a rede “é o conjunto de pessoas com as quais o ato de manter relações de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”. Segundo o autor, é importante reconhecer que essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança.

Círculo ou rede, dá no mesmo. Sem saber — já que os sociólogos americanos ignoram completamente Mauss —, Granovetter centra sua reflexão a respeito das redes exatamente naquilo que Mauss descobrira em sua busca da dádiva através da infinita variedade de culturas: fidelidade e confiança. A única coisa que falta *a priori* nessas análises é reconhecer que essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança. E constatar que o vocabulário da fidelidade e da confiança é indissociável do da dádiva (Servet, 1994), já que é a palavra dada, mais do que o juramento e antes dele (Verdier, 1991). A referência à dádiva, em razão de sua natureza simbólica, abre imediatamente para uma dimensão que é irreduzível às redes concretas e empiricamente determinadas. (CAILLÉ, 2002, p. 5).

Isto significa dizer que a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado pelo interesse dos membros na aliança. A formação de redes de cooperação resulta de uma busca progressiva de um pensamento sociológico antiutilitarista e humanizante que, ao longo do século XX, valoriza a força da associação como recurso explicativo poderoso dos movimentos coletivos e espontâneos (Martins, 2008). Para Martins (2008, p. 9), a rede social responde a uma exigência a partir de demandas práticas, representadas por meio de novas metodologias de intervenção social, ou novas formas de participação e de mobilizações coletivas. A teoria da rede social revela a preocupação em explicar o fato social não a partir da liberdade individual, mas de uma formação coletiva que se impõe às vontades individuais.

A teoria da rede social revela a preocupação de explicar o fato social não a partir da liberdade individual (como insistem sempre os teóricos liberais), mas de uma injunção coletiva que se impõe às vontades individuais (mesmo que esta injunção não elimine a liberdade dos atores de participarem de diversos círculos de trocas) (CAILLÉ, 2002, p. 5).

No conhecimento de Mauss a dádiva aparece como um “fenômeno social total”, que exige que a observação seja centrada sobre o conjunto de bens materiais e simbólicos que circulam no interior da sociedade, determinando que os lugares próprios e singulares de cada membro sejam compreendidos pelo ângulo da totalidade. Assim, Martins (2008, p. 12), conclui que a introdução da noção de rede nos estudos sociológicos constitui um objeto importante para se avançar na discussão sobre as mobilizações sociais a favor das redes de cidadania.

Nos pequenos grupos imersos na vida cotidiana, seus membros, mediante suas experiências e inovações culturais, contribuem para o seu desenvolvimento de redes. Breno Fontes (*apud* Martins, 2008, p. 14), também colabora com reflexões sobre o assunto e define o movimento das redes como sendo “redes de redes” – um sistema associativo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para associação em novas redes. Para o autor, o conceito de rede permite compreender que cada ator social tende a se inscrever em diferentes círculos de troca, em um movimento permanente em que as redes de mediação tanto geram novas redes como renovam as antigas.

Ao verificar as definições de *network analysis* (Scott, 1997), preocupadas em localizar as estruturas profundas subjacentes dos sistemas sociais, tem-se a impressão de que tais concepções de redes minimizam a liberdade relativa dos atores sociais na organização do sistema social. No lado contrário, existem concepções de redes sociais que dão ênfase às estratégias individualistas dos atores sociais na construção de laços sociais fortes, estratégias vistas como indispensáveis para que o ator individual/coletivo possa fazer face às situações sociais adversas (como o desemprego por exemplo). Nessa ótica, a noção de rede social reflete a ação estratégica de um indivíduo ou grupo de indivíduos com o fim de sobrevivência no meio social, ficando em lugar secundário as determinações estruturais e coletivas (Granovetter, 1981). Nesse sentido, Caillé (2002), observa que o caráter prático da noção de rede apenas emerge com autenticidade, quando incorpora-se à compreensão da ação social como um sistema aberto a trocas de informações ambivalentes e intensas entre o todo e a parte e vice-versa. Neste aspecto, a contribuição de Marcel Mauss, sistematizador da teoria da dádiva, aparece como da maior relevância na medida em que apresenta para o debate teórico o valor do paradoxo e, por conseguinte, o da complexidade sistêmica inerente ao vínculo social, que explica estar o todo na parte e a parte no todo.

Partindo dessas análises, Godbout (2000, p. 10-11), faz uma distinção teórica pertinente entre aparelhos e redes, inspirando-se em trabalhos anteriores de Vincent Lemieux, sobre a potencialidade da teoria das redes sociais.

Para ele, os aparelhos constituem ajuntamentos de atores sociais organizados especificamente para fins de regulação externa de públicos. A primeira característica de tal definição é dada pela noção de público, isto é, um conjunto de indivíduos que mantêm uma relação de exterioridade com a organização. Daí existir em todo aparelho uma ruptura entre um exterior e um interior (por exemplo, entre o produtor e o consumidor, entre o governante e o cidadão, entre o pastor e o fiel). Diferentemente, continua Godbout, ‘as redes não possuem público. Elas se referem a processos de regulação que se dirigem a um conjunto de membros’. Ao contrário dos aparelhos, heteroreguladores, as redes são autoreguladoras. A rede não regula um público, mas um conjunto de membros que fazem parte de um mesmo conjunto. Não existe aqui a ruptura entre o dentro e o fora caracterizadora dos aparelhos, ou entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e ação ou o todo e a parte (GODBOUT, 2000, p. 10-11).

Godbout (2000), acrescenta que pode-se dizer que o modo de funcionamento de uma rede é a auto-regulação. “Ela não regula um público, mas sim os membros, ou seja, os indivíduos que fazem parte de um mesmo conjunto.” Essa ausência de ruptura produtor-usuário, própria dos aparelhos, caracteriza as redes e é inerente ao modelo comunitário.

Com o pensamento utilitarista moderno, a palavra ‘público’ designa um novo elo social que vem substituir a relação comunitária tradicional, fundada sobre a discussão livre e a razão.

Godbout (2000) lembra ainda a importância de se distinguir dois tipos de redes nas sociedades modernas: as mercantis e as sociais. “O mercado constitui redes cujos vínculos se afirmam unicamente pela obrigação do contrato. Diversamente, o social constitui redes cujos vínculos exigem uma dimensão de obrigação coletiva mais ampla, na qual a dimensão econômica é relevante, mas está subordinada a outras dimensões como à moral.” Ele explica que se tomarmos como exemplo a família, veremos que constitui uma totalidade diferente da soma das partes, de seus membros (Godbout, 2000, p. 11).

Para Godbout, a sociedade moderna funciona a partir das redes sociais primárias (família, próximos), fundamentadas sobre o tempo, numa das extremidades, e sobre a rede mercantil, desligada do tempo e alimentada de espaços, na outra extremidade. A força das sociedades capitalistas é ter a rede como princípio de funcionamento, em relação a outras formas de extensão espacial que a humanidade conheceu anteriormente, todas fundamentadas muito mais sobre aparelhos, como os impérios, que sobre as redes.

Por seu lado, Alain Caillé, argumenta que a rede “é o conjunto de pessoas com as quais o ato de manter relações de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”. E, continua, afirmando que é importante reconhecer que essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança (Caillé, 2002, p. 65). Isto significa dizer que a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado pelo interesse dos membros na aliança. Caillé (2002) lembra ainda que

as redes sociais na perspectiva da dádiva não se reduzem àquelas idéias de redes concretas e empiricamente determináveis, na medida em que possuem uma dimensão simbólica fundamental. Pois o que se dá a alguém não é apenas a coisa em si, mas, também, a intenção da doação. ‘Ao estabelecerem relações determinadas pelas obrigações que contraem quando se aliam e ao se darem uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e põem em circulação, os seres humanos produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social em cujo seio se exerce a sua rivalidade. Eis mais ou menos o que poderia dizer um Marx colorido por Mauss e tendo alguns harmônicos do lado do atual pensamento das redes’ (CAILLÉ, 2002, p. 66-67).

Anne-Marie Fixot (1994), chama a atenção para a constituição de redes para o favorecimento do ciclo do dom a partir de criação de ambientes favoráveis e faz uma observação pertinente que sintetiza o caráter paradoxal da dádiva: “Há um risco inerente ao Dom/dádiva pelo fato de não haver certeza de que o donatário vai receber a ação ou vai retribuí-la. Tudo é possível!” (Fixot, apud Caillé, 2002). O risco não pode ser simetricamente calculado; está aberto às incertezas. Isto explica, logo, todo interesse dos parceiros em que a ação tenha continuidade, que ela se realize, permitindo, simultaneamente, a reconstrução dos lugares individuais e grupais. Sob essa perspectiva, Martins afirma que “é no plano das relações interpessoais onde a dádiva aparece com maior importância na constituição de redes sociais.” Trata-se de uma avaliação feita no plano da ação direta onde se constrói primeiramente a “sociedade complexa, viva e mutante, onde nascem as redes sócio-humanas, princípio orgânico de outras redes como as sócio-técnicas - que aparecem no plano das organizações formais - ou as sócio-institucionais – que se reportam às parcerias entre agências governamentais e não-governamentais” (Martins e Fontes, 2004).

Para Martins e Fontes (2004), a teoria da dádiva ajuda a explicar como a teoria de rede social se mostra estratégica em sociedades complexas cujas mobilizações por cidadania ultrapassam as possibilidades tradicionais de geração de trabalho pelo mercado ou de garantia de emprego e renda pelo Estado.

Em tais sociedades o aparato estatal, devido à limitação dos referenciais teóricos e metodológicos – formalizados, geralmente, a partir de uma visão simplista que não integra o princípio do paradoxo - usados na concepção das políticas públicas, termina reforçando o movimento de fragmentação das instituições sociais, movimento que tem como primeiro gerador o mercado especulativo. Apenas pela integração de uma visão sistêmica, paradoxal e interativa da vida comunitária e local, pode-se, pois, pensar novas modalidades de políticas públicas que sejam mais eficazes e interativas, respondendo às exigências de participação e de reflexividade da sociedade civil mundializada e regionalmente localizada (MARTINS e FONTES, 2004, p. 54).

A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram em laços de sinergia coletiva, que facilitam a transformação de cada parte pela sua relação com as demais. (Mance, 2006). A Rede de Colaboração Solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização, onde todos propõem a praticar o consumo solidário, por meio da aquisição de produtos e serviços da própria Rede, sendo que o excedente obtido é reinvestido, o que garante a sustentabilidade das ações e o consumo de todos. Para Mance (2006):

Quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração (MANCE, 2006, p. 46):

Quando redes locais deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem a exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. As redes de colaboração solidária, portanto: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença, promovendo solidariamente (Mance, 2006 p. 49).

Para Caillé (1998), as análises em termos de redes se inscrevem no quadro da reflexão aberta por Marcel Mauss. Segundo o autor, os dois grandes paradigmas sociais representados

pelo Holismo e individualismo, têm em comum o fato de pensarem a sociedade segundo um eixo vertical:

Raciocinar em termos do interacionismo da dádiva, de pensamento do político, é, ao contrário, adotar um ponto de vista radicalmente imanente, horizontalista, e mostrar que é do mesmo movimento que se produzem ou se reproduzem os termos opostos, a base e o topo. Nesse sentido, entende-se que não há nem indivíduo nem sociedade — nem natureza nem sociedade, mas a (inter)ação dos homens concretos. (CAILLÉ 1998, p. 30)

Caillé acredita que hoje a sociedade vive em um momento de pressões para reforma do sistema político em geral e a discussão sobre rede, parece estratégica para auxiliar teórica e politicamente as mobilizações sociais, permitindo que as organizações não-governamentais e associações locais possam administrar os problemas que atingem a sociedade. Estabelecendo relações que são determinadas pelas obrigações que contraem ao se aliarem e dando uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e fazem circular, os homens produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social no seio do qual se desenvolve a sua rivalidade. “Eis, aproximadamente, o que poderia dizer um Marx cruzado com Mauss e com alguns harmônicos do lado do atual pensamento de redes” (Caillé 1998, p. 32).

De acordo com os autores, a noção de rede pode ser descrita a partir da associação de representantes com objetivos em comum para de fato representar institucionalmente as diretrizes coletivas estabelecidas. Estar em “rede” fortalece as relações, amplia os contatos e favorece o intercâmbio entre os participantes. Atuar em rede, representa não estar só e poder lutar por causas comuns, juntamente com pessoas que possuem os mesmos princípios. As chamadas “redes de colaboração solidária” surgem em virtude de causas específicas e requerem a união coletiva em prol do auxílio aos desfavorecidos, da assistência e inclusão social àqueles que necessitam de apoio. Essas redes podem ser formadas a partir do trabalho comunitário e muitas vezes são representadas pela troca de saberes e experiências.

2. O TURISMO COMUNITÁRIO SOLIDÁRIO E AS REDES DE ARTICULAÇÃO

A atividade turística, quando caracterizada por estratégias mercadológicas massivas pode ser responsável por atingir de forma irresponsável o núcleo receptor, comprometendo o meio ambiente e desvalorizando os povos e a cultura local. Segundo Krippendorf (2009), o turismo de massa, arquitetado para os grandes fluxos de alta temporada não estabelece limites de capacidade de carga e desrespeita o patrimônio histórico cultural das comunidades receptoras, em registros que assinalam as atividades turísticas como responsáveis pela devastadora poluição ambiental, o surgimento de tendências de etnocentrismo por parte dos visitantes, além de representar uma atividade que não contribui para a valorização da identidade dos povos tradicionais. Esse tipo de turismo devastador desenvolve-se em uma sequência irregular, onde os maiores prejudicados são os residentes. As grandes empresas turísticas, principalmente do segmento hoteleiro, apropriam-se do patrimônio natural com a promessa de que o novo empreendimento trará benefícios e colaborará com o desenvolvimento local a partir da geração de novos empregos e novas opções de renda para a comunidade local. Com o passar do tempo, os grandes empreendimentos contratam profissionais especializados vindos de fora e alegam que a comunidade não é capacitada para atuar em empreendimentos turísticos. A partir de então, o território é explorado, sem que haja participação comunitária na gestão das atividades (Krippendorf, 2009, p. 77).

Concomitantemente, o turista moderno, caracterizado pelo viajante que busca experiências diferenciadas em suas viagens, como a troca cultural e a vivência em territórios estranhos, está cada vez mais consciente sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o turista busca através de suas viagens, participar de um intercâmbio cultural, participando de vivências comunitárias, além de contribuir com a preservação ambiental.

Em paralelo surge um movimento em resposta às práticas de turismo em massa - um segmento denominado turismo comunitário - atividade gerida pelas comunidades de forma associativa onde o controle efetivo das ações é feito pela própria população local. Para esse tipo de turismo, o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias de moradores da região, de forma a valorizar a cultura tradicional. Inúmeras pequenas empresas familiares, cooperativas e comunitárias contribuem ao enriquecimento da oferta nos âmbitos local, nacional e internacional, destacando-lhe diversos atributos próprios. Nesse sentido, o turismo comunitário apresenta novos valores com destaque para a troca cultural e para a preservação ambiental. O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza

paisagística excepcional, dotada de atrativos culturais únicos. Muitas comunidades, localizadas em áreas rurais preservadas, no Brasil e na América Latina, estão se abrindo para o mercado graças a “um turismo com selo próprio” (Maldonado, 2008 p. 25-44), combinando atributos originais e autênticos. Para Maldonado (2008 p. 25-44), o turismo de selo próprio, ou turismo de marca própria, refere-se à autenticidade que pode ser oferecida pelas comunidades tradicionais a partir da visitação em seu território e a troca cultural que pode existir entre os anfitriões e os visitantes.

Nesse capítulo, serão abordadas as características do turismo de massa e ressaltados os impactos negativos que a atividade pode trazer à comunidade local. Serão descritas também as novas tendências do turismo mundial em função da saturação apresentada pelos viajantes em decorrência do turismo massivo. Em resposta às insatisfações apresentadas por parte dos autóctones e também por parte dos visitantes, destaca-se no estudo, o desenvolvimento de uma atividade turística diferenciada, conhecida como turismo comunitário, movimento que favorece o planejamento e a gestão das ações do turismo pela comunidade local, prioriza o envolvimento entre comunitários e visitantes em prol da troca cultural e coloca-se a favor da preservação ambiental. Ainda nesse capítulo, serão apresentadas as redes comunitárias de turismo, que se apresentam como forma de fortalecer as atividades de turismo com práticas inovadoras e criativas para o desenvolvimento local.

2.1 O turismo de massa e as novas dinâmicas turísticas

A partir da observação das tendências da demanda turística mundial, é possível analisar que o modelo de produção de serviços de turismo caracterizado como “de massa” não atende totalmente as tendências do mercado. A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. “Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente”. Para Zaoual (2008), a clientela, que representa hoje, novos consumidores de produtos turísticos, procura destinos que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar. Essas exigências são contraditórias quando comparadas à oferta do turismo de massa que privilegia o lucro imediato e em grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos.

De acordo com Florence Deprest (1997, p. 64) em uma pesquisa sobre o turismo de massa, foi evidenciado que esse tipo de turismo perdeu seu atrativo devido às consequências

desastrosas causadas pelo impacto do grande número de turistas em determinada região, como por exemplo a poluição e a depredação de destinos turísticos. Outro motivo pelo qual a pesquisa comprova o desinteresse dos “novos turistas” pelo turismo de massa, refere-se ao fato de que, os “novos viajantes”, possuem interesses e motivações diversas e estão cada vez mais motivados a viajar em função da troca intercultural. Este fenômeno de repulsão atinge também o turismo dito de elite, à medida que ele também não escapa da crise do gerenciamento uniformizador das atividades turísticas. Para Zaoual (2008), essa multidão de anomalias que recai sobre o turismo dominante serve a compreender as novas tendências da consumação turística. “A crise do reinado da quantidade abriu então a porta à qualidade, quebrando práticas clássicas do turismo em geral, abrindo assim, o caminho a novas aproximações” (Maldonado, 2008 p. 25-44). As análises empíricas mostram que a demanda, cada vez mais, repele o turismo de massa e de grande distância. É comum observar o declínio da imagem do turismo balneário dos trópicos longínquos e do modelo 3 S: *sea, sex and sun*. Essa inversão de valores deve-se ao fato que a imagem desses segmentos está cada vez mais associada à inatividade cultural e aos contatos superficiais com os meios da recepção, e, principalmente, a conscientização dos efeitos cruéis de um produto uniforme. (Zaoual, 2008).

Com vistas ao cenário atual, a oferta turística se vê na obrigação de inovar para atender às novas tendências, que também devem considerar a degradação dos sítios turísticos e o esgotamento dos ecossistemas. Uma exploração sem limite e sem respeito dos atributos naturais e culturais locais, leva o sítio receptor a um esgotamento e conseqüentemente, uma repulsa da demanda. De acordo com Zaoual (2008), “todo sistema vivo, biológico ou social, que se uniformiza e se especializa, desmorona”. O autor explica que esse limite imposto como um estágio natural existente no ciclo de vida de produtos, deve ser reestabelecido, a partir de uma nova aproximação, “integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história), conscientizando-se da importância do senso implícito das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio. É esta variedade de dimensões que está no centro da problemática das novas faces do turismo”. Dessa forma, seria possível reconhecer a importância cultural e social das atividades desempenhadas pelos atores locais, a partir da interação com os visitantes. Para o autor as novas demandas turísticas são motivadas pela diversidade (Zaoual, 2008).

Em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores. Esta constatação está bem presente

atrás das mudanças que se operam na superfície da área do turismo. Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos. Da mesma maneira, os atores locais dos sítios que constituem o objeto de um desenvolvimento turístico, procuram participar²⁰ de sua economia sem, para tanto, abandonar o monopólio do processo sob pena de gerar os efeitos cruéis constatados nas experiências do turismo de massa: marginalização econômica e social dos atores locais, destruição cultural de sua identidade, esgotamento da qualidade ecológica dos sítios envolvidos etc. (ZAOUAL, 2008, p. 55).

O autor explica que a nova tendência é explicitada pelo desejo de um diálogo mais próximo entre os visitantes e os visitados, que permite criar uma comunicação alternativa àquelas impostas pelo turismo de massa, em seu papel uniformizador e pasteurizador. Nesse caso, o reconhecimento intercultural, o intercâmbio de saberes e a troca de experiências entre visitante e comunidade autóctone, fazem sua irrupção no processo, contra as forças do mercado padronizador e organizador de sonhos.

A economia padrão do turismo impede o diálogo das culturas e o reduz, no máximo, a um folclore. A indústria do turismo acaba assim, paradoxalmente, com o desejo da descoberta mútua que está, no entanto, na raiz do que motiva, realmente, os comportamentos dos atores presentes. À medida que esta intermediação constitui o objeto de uma comercialização, a autenticidade da relação de intercâmbio desaparece e dá lugar a uma ilusão, uma artificialidade que a demanda evita progressivamente. A viagem torna-se sem mobilidade espacial e é culturalmente imóvel, à medida que tudo é organizado de tal forma que o encontro com o outro aparenta um simulacro. As variáveis da viagem se vêem assim neutralizadas, imobilizadas, cortadas de seus objetivos profundos pelos modos de organização da indústria do turismo. Contraditoriamente, apesar do deslocamento geográfico, esta indústria também faz viajar seus clientes com seu próprio mundo. Os ritmos, a super organização, a procura de um lucro máximo, enfim, este programa mata o espírito de aventura (ZAOUAL, 2008, p. 56).

A partir dessas análises, observa-se que a demanda turística utiliza, hoje, outros caminhos e se expressa com outras exigências, estabelecidas a partir de mudanças de valores sociais. Para Zaoual (2008), “as representações simbólicas dos atores fazem parte de seus comportamentos econômicos, um dos princípios de base do paradigma dos sítios”. Ele explica que, a partir desse modelo de análise, que impõe a necessidade de incorporar outras dimensões ao estudo da economia e do comportamento humano em relação às demandas turísticas, verifica-se a proliferação de novas concepções na área particular do turismo:

²⁰ A coerência de um sistema de ofertas turísticas variadas supõe um nível mínimo de associação entre todos os atores envolvidos (população, coletividades locais, sociedade civil, profissionais etc.). A necessidade de colocar estratégias de redes turísticas se impõe. Intervém necessariamente a definição conjunta dos objetivos (associação), da tentativa de um melhor conhecimento das expectativas dos turistas, das estratégias de produção, de promoção e de comercialização.

“turismo solidário, turismo intercultural, turismo da natureza, eco-turismo, turismo durável, turismo de proximidade, turismo de memória e de história, turismo de valores”. Nesse sentido, essa tipologia reveladora, exprime novas necessidades, novos valores, quanto a esta atividade econômica. Este turismo de variedade²¹ conhece um forte crescimento e traduz a multiplicidade que está no comando das novas dinâmicas turísticas (Zaoual, 2008, p. 55-75).

A idéia central sobre a nova motivação de fluxos turísticos estaria no sentido de proximidade entre os atores sociais, sendo que a “diversidade é onipresente e até proliferativa da condição de mudar de opinião, em outros termos, abandonar todo pensamento uniformizador. Uma localidade é tão diversa quanto uma região, assim como um país”. Cada território possui uma grande variedade de sítios, logo, de referências imaginárias, histórias e memórias. Quando esses sítios são uniformizados em um modelo único de consumo, passam a se tornar despercebidos na paisagem²². Para Zaoual (2008), mesmo que um território, por menor que ele seja, nos pareça homogêneo em sua cultura, em sua história e em sua estrutura econômica, quanto mais se pratica a imersão ou toda forma de conhecimento do seu interior, mais se dará conta de que ele recepta também sua diversidade endógena herdada de seus intercâmbios com o mundo exterior. Ou seja, “uma identidade regional é ao mesmo tempo única e múltipla, estando aberta ao resto do mundo”.

Um território, sendo um sítio, é povoado de sítios entrelaçados e únicos, e assim por diante. Este processo se estende ao infinito e desvenda a grande relatividade de nossas representações e de nossas práticas. Dessa forma, a falta de interatividade dos saberes impede de colocar em destaque as diversidades locais, fonte de riquezas para um território dado e, conseqüentemente, para o país onde se encontra. Entretanto, a variedade frequentemente invisível de um sítio está suscetível de melhorar seu atrativo turístico (ZAOUAL, 2008, p. 57).

²¹ O turismo de variedade (cultura, natureza, arquitetura, esporte e lazer etc.) conhece uma forte expansão, ver *Monitor do Comércio Internacional*. A especialização, que foi a abertura dos novos mercados, 11-17 1996 p. 51. O «turismo verde», por exemplo, constitui o objeto de um vivo sucesso, um fenômeno que não escapou dos observadores da evolução da sociedade e das novas necessidades que ela apresenta. É assim que o jornal *Le Monde*, em um artigo intitulado «*As pessoas que viajam nas férias se colocam no verde*» (19 de março de 1992), destaca: «*Que o verde esteja na moda, nós somente queremos que a paixão dos cidadãos pelas hospedagens rústicas, como por exemplo, os chalés rurais, seja o verdadeiro luxo, sendo a calma, a facilidade de circular e a autenticidade das relações humanas. Da mesma forma que, o desejo de entrar realmente em contato com outras culturas, outras maneiras de viver, motivação principal dos viajantes de férias, encontre hoje respostas que não são necessariamente distantes e exóticas. Assim, o retorno do interesse pelas culturas, as tradições e as festas regionais, o sucesso dos museus etnográficos. Como se, por sua vez, a mudança de hábitos se colocasse no verde*».

²² Cada sítio é único contendo micro-sítios e estando em relação com outros mais ou menos distantes. São realidades entrelaçadas. De fato, a humanidade é única e múltipla ou, como diz o Sub-Comandante Marcos, líder do movimento de Chiapas do México: «*Um mundo pode conter muitos mundos, pode conter todos os mundos*» citado por John Berger, *Viver com as pedras*. Carta ao Sub-Comandante Marcos. *Mundo Diplomático*, Novembro, p. 23, 1997. Este caráter entrelaçado dos mundos humanos que povoam o planeta proíbe todo racismo de civilização ou de cultura e funda a força desta fórmula das teorias dos sítios: raízes sem racismo! Reportar-se também às nossas intenções: O mosaico das culturas em face de um mundo uniforme *Fé e desenvolvimento* n° 290, janeiro de 2001, p. 1-5, Centro L. J. LEBRET. Texto reutilizado pela *Congo-Afrique*, n° 356, junho-agosto de 2001, p. 324-330.

Assim, de acordo com Irving (2003), pensar o território como lugar turístico implica “resignificar códigos e símbolos, a partir da compreensão do lugar como ponto focal da transformação social, como lócus preferencial das identidades, contradições, sonhos e desejos” (Irving, 2003). Caracterizar o lugar turístico representa, portanto,

(...) integrar olhares distintos, leituras antagônicas, percepções contraditórias, ideologias incompatíveis (...). Este lugar não é um lugar apenas, mas o palco de conflitos e o cenário de transformações; os vários lugares do mesmo lugar, em resposta aos vários olhares sobre o mesmo lugar (...). O lugar turístico é o palco da pluralidade de identidades e o cenário da trama complexa das relações sociais (IRVING, 2003, p. 177-178).

Neste caso, pensar transversalmente universos de referência sociais e individuais (...) significa abdicar do saber totalitário e optar por novas formas de construção da realidade baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva, no poder da participação” (Irving, 1999, p. 141). Este aspecto mosaico dos territórios representa a importância sobre um olhar às novas atitudes turísticas partindo-se da diversidade das culturas e das paisagens. Para Zaoual (2008), os indivíduos não parecem mais procurar, exclusivamente, a mudança de hábitos, mas, também, as diferenças culturais locais ignoradas, ou ainda redescobrir o que lhes parece ser suas próprias raízes. “O conjunto dessas motivações parece expressar um tipo de turismo de emoções e de assombro”. Essas necessidades são, cada vez mais, sentidas pelas coletividades locais que reorientam seus esforços em direção à proteção da variedade dos patrimônios locais²³. Para aprofundar a análise sobre os sítios, é necessário entender sua definição e apropriá-la de acordo com o estudo sobre as novas tendências do turismo:

A teoria dos sítios postula que o sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores. O conceito de sítio articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos. Um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, invisível. Ele impregna secretamente os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região dada (paisagem, habitat, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.). Deste ponto de vista, é um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores. O conceito de sítio pode ser explicado a partir da articulação entre “três caixas²⁴”. A caixa-preta de um sítio armazena os

²³ De acordo com as últimas estatísticas trienais do Ministério da Cultura e da Comunicação (1996), o patrimônio recebe 32% dos gastos culturais dos municípios e consome mais da metade (52%) dos gastos dos departamentos (estados). Nas regiões, a conservação dos patrimônios está em segundo lugar, após a produção-difusão artística. *Dados da Gazette* nº 33, 1997.

²⁴ Percorridas pelo *senso comum* produzido pelas interações entre os atores, as três caixas se encaixam e dão lugar a uma coerência ao conceito de sítio. Esta interatividade contribui, na prática, em construir, de uma parte, uma ligação entre o imaginário do sítio e o real e, de outra parte, em formar um conhecimento comum e uma coesão entre os homens do sítio. É, aliás, o que confere, em particular às sociedades e às economias africanas, o caráter de *organizações em cachos*.

mitos fundadores, as crenças, os sofrimentos, as provas suportadas, as revelações, as revoluções, as influências sofridas e/ou adotadas por um grupo humano. Os conhecimentos, os modelos, as teorias e, mais concretamente, o saber social são fortemente influenciados pela cosmovisão do sítio. Esta relatividade sugere que cada território tenha sua própria caixa conceitual que o guie nas suas práticas quotidianas. Desta profundidade surge, na superfície dos feitos mais ou menos visíveis, uma terceira caixa, a caixa de ferramentas. Esta última armazena seu saber-fazer, suas técnicas, seus modos de exploração do ambiente. Tudo indica que este saber-fazer está intimamente ligado a um saber-ser - *Know how and How to be* (ZAOUAL, 2008, p. 58).

Os três níveis da realidade descritos por Zaoual (2008), compõem de forma complementar a estrutura do sítio, como uma ligação fundamental de entendimento e de coordenação entre os envolvidos. O autor explica que o sítio cria seus próprios modos de regulamentação e de coordenação individual. Nesse sistema, de inter-relação social, o mercado (*homo-oeconomicus*) não apresenta-se como o único modo de intercâmbio possível. Partindo dessa análise, o *homo-situs* se coloca como integrador de relações e apresenta-se a partir do intercâmbio cultural.

2.2 O turismo das divisas e o turismo de valores

Além da saturação dos processos padronizados pela oferta turística, os novos direcionamentos da demanda turística podem ser explicados também, a partir de um novo posicionamento social, regulado por pensamentos que convergem sobre práticas de sustentabilidade nos destinos. As últimas décadas têm sido marcadas pela destruição cultural, social, econômica e ecológica de sítios de visitação em massa. Em muitos núcleos receptores, os elementos naturais são tidos pelos moradores como objetos do saber-fazer local e sua captação e sua repartição constituíam o objeto dos códigos locais, assegurando gratuitamente uma distribuição equitativa a serviço de uma economia de subsistência auto-suficiente. “Os *homo-situs* locais, pela experiência adquirida com o tempo, sabiam renovar as capacidades de regeneração deste sítio em perfeita harmonia com a ecologia local. Eles realizavam um desenvolvimento durável à sua maneira”. Com a chegada do turismo massivo, essas comunidades perderam o controle sobre os bens naturais, que se tornaram escassos e degradados devido à falta de controle de carga turística nas regiões visitadas. Nesse sentido, pode-se observar também a intervenção cultural que ocorre em comunidades que não possuem um mecanismo de proteção e valorização do patrimônio cultural imaterial. Nas comunidades visitadas, que serão apresentadas no terceiro capítulo deste trabalho, muitos

jovens não fazem mais esforços para respeitar as tradições - não querem mais trabalhar na terra de seus ancestrais, e acabam por corromper a tradição, ao estarem em contato com grupos de turistas, em busca de oportunidades. Destruindo a harmonia do sítio, a indústria do turismo faz oscilar em uma incerteza generalizada, atingindo todos os aspectos de sua vida local. Muitos são os casos de prostituição infantil e tráfico de drogas entre os jovens. Esses territórios tornam-se depósitos de lixo da poluição turística.

De acordo com Krippendorf (2009), as atividades relacionadas ao turismo apresentam uma séria diferenciação social estabelecida a partir da exclusão dos autóctones em processos e atividades, além de causar a desconfiguração da identidade local. Para o autor, “a divisão do trabalho entre a cidade e o campo é injusta. Na indústria do turismo o dinheiro vem da cidade, das zonas altamente produtoras e é para lá que volta, na maioria das vezes”. Ele explica que ao observar a cadeia produtiva do turismo, a população das periferias dispõe de dois meios de produção e participação das atividades, que são indispensáveis: o solo e o trabalho. Para que estes trabalhadores, que não possuem capacitação específica, obtenham alguma vantagem a partir dos dividendos que proporciona o turismo, os autóctones vendem sua força de trabalho e o solo a preços baixos. E enquanto não se tornam destinações turísticas famosas, divulgadas de forma massiva, esses trabalhadores devem aceitar os preços que lhes são propostos. Para o autor, os custos sociais que a atividade turística causa são irreparáveis:

[...] muitas regiões turísticas liquidam seus recursos, sem dar conta de que estão perdendo, cada vez mais, a própria independência. A população nativa acaba por vender o solo por preços baixíssimos a terceiros com terrenos para construção deixando assim escapar o trunfo na luta pelo controle do desenvolvimento econômico. [...] Os custos sociais, representados por prejuízos, representam uma carga quase insuportável para os habitantes. Uma troca só pode ser considerada equitativa se os custos e os benefícios forem repartidos de forma mais ou menos equivalente entre ambas as partes, o que não é o caso do turismo (KRIPPENDORF 2009, p. 77).

Segundo pesquisas realizadas pelo autor, com moradores de pequenas comunidades receptoras, na Europa, apurou-se que muitos são os motivos de desconforto causado pelo turismo. Dentre eles, destacam-se: 1) O desaparecimento do espírito comunitário – as ações comunitárias passam a ser desempenhadas em função do visitante e os momentos de interação exclusivamente comunitária desapareceram na medida em que os turistas passam a intervir nessas práticas. 2) Muitos estrangeiros na cidade – muito moradores não reconhecem mais “o rosto” da comunidade, a cidade parece estar descaracterizada, na medida em que encontram-se pessoas de várias nacionalidades a todo tempo nas ruas e nos lugares tidos como referência

para a comunidade local. 3) O aspecto da localidade foi desfigurado – a comunidade não reconhece mais a legitimidade do lugar e a identidade local, constituídas a partir das manifestações populares, festas religiosas, momento em que a comunidade poderia dialogar e confraternizar. 4) A coesão familiar se degradou – muitas famílias deixaram as atividades tradicionais para trabalharem com o turismo. Muitos jovens saíram de casa, após terem conhecido outras funções que em alguns momentos parecem ser mais recompensadoras. Muitos são os casos de envolvimento com drogas, roubo, prostituição. 5) A paisagem foi modificada – muitos velhos moradores de comunidades receptoras, não reconhecem mais a paisagem local, em função de tantas transformações estruturais, costuma-se dizer que a comunidade local parece estrangeira dentro de seu próprio território. 6) Apenas uma minoria se beneficiou com o turismo – são poucos aqueles moradores que possuem renda efetiva a partir da atividade turística, muitos empreendimentos apenas contratam profissionais capacitados para a ocupação de cargos mais altos, enquanto que os cargos operacionais são preenchidos com alguns representantes da comunidade local, que não recebem o suficiente para manter suas famílias. A sazonalidade da atividade também interfere na contratação de funcionários.

Krippendorf (2009), analisa o processo de “turistificação” de uma região, desde a chegada dos grandes empreendimentos, seu plano de venda de produtos e serviços e a promessa deixada à comunidade local que nunca é cumprida:

As grandes empresas apresentam suas propostas de implantação de empreendimentos turísticos à comunidade local, com a perspectiva de geração de empregos para todos; com o passar do tempo, a empresa emprega seus próprios arquitetos, empreiteiros e fornecedores de moveis, argumentando que a indústria local não tem capacidade suficiente para atender a clientela internacional. Após essa fase a empresa lança o produto com estratégia de marketing agressiva, para atender os clientes que possuem alto nível, contrata funcionários vindos do exterior, alegando que a comunidade local não é capacitada para exercer tal função. (KRIPPENDORF 2009, p. 79).

O autor conclui, dizendo que o turismo assemelha-se com a relação de colonialismo entre países ricos e pobres, criando desigualdade social e exploração de bens naturais. “O turismo apresenta-se como uma nova e manhosa forma de colonialismo, porque, sob um ar de inocência, cria novas relações de dependência e domínio, e explora seres humanos e o meio ambiente” (Krippendorf 2009, p. 82). Da mesma forma que analisou Zaoual (2008), Krippendorf (2009), também considera que as condições nas quais se desenvolve o turismo moderno não chegam a favorecer o desabrochar de atitudes que permitam a relação entre

turistas e autóctones. Os obstáculos existentes nas relações entre esses dois grupos são imensos e quase insuperáveis. Nas palavras de Krippendorf, “a viagem se tornou um fenômeno de massa, e a lenda do entendimento entre os povos foi definitivamente relegada para a esfera das quimeras”. O autor argumenta que nesse caso, em que o comportamento humano é dominado pela fuga e o egocentrismo, a grande invasão das massas não pode ser dominada senão pela massificação dos serviços, em que o comércio, a agitação e o confisco estrangeiro reinam como senhores absolutos, “em que os sentimentos de inferioridade e de superioridade podem nascer e em que as diferenças são muito grandes – é inevitável que o coração não participe e que qualquer tipo de encontro se torne impossível.” (Krippendorf 2009, p. 82).

Assim, a massificação da viagem, a organização racionalizada e o desenvolvimento padronizado impedem mais uma vez as relações calorosas e qualquer tipo de troca intelectual. Segundo Krippendorf (2009), os contatos tão superficiais “não resultam em nada mais do que sorrisos comerciais e polidez estéril”. O autor conclui sobre esse processo de trocas “mascaradas” que o turista não viaja nem pelo país nem pelos seus habitantes. Ele acredita que o visitante não passa de um passante, que na realidade, não vê nada. No fundo, ele procura apenas a confirmação de sua opinião preconcebida, isto é, “ele deseja dispor do conforto a que está acostumado e reconhecer, na realidade, a imagem falsa que construiu sobre o país receptor”.

Não é um país em que eles visitam, é um fantasma de um país, em que toda a atenção se volta apenas para o que é estranho, fora do comum, bizarro, imponente ou minúsculo. O turista que atravessa correndo os lugares e sobrevoa rapidamente as regiões, vive apenas aquilo que esperava. Agindo dessa forma ele não pode resistir a tentação do etnocentrismo, isto é, do nacionalismo, proclamando a supervalorização universal da própria cultura (KRIPPENDORF 2009, p. 84).

Para Zaoual (2008), a exploração dos potenciais de inovações locais do sítio (os P.I.L. do sítio) deve ser feita levando em consideração o conjunto dos dados sítiológicos do contexto local (crenças, conhecimentos comuns, diversidade, memória histórica etc.). Ele alerta que essa verificação é importantíssima, à medida que se trata de uma análise prévia dos valores culturais do atores locais.

Nestas singularidades, a ética e o imaginário do lugar constituem partes importantes nas evoluções constatadas. É o que não leva em conta a economia, uma ciência, por excelência, do desenvolvimento e da globalização. Ela queria ser, até esta última década, pura de toda substância local. Hoje, o paradigma da mudança social está na necessidade de se abrir sobre o caráter múltiplo da realidade das situações dos atores

[...] as tendências do turismo pós-industrial são um bom laboratório para as alternativas que unem as crenças, as motivações e as práticas de atores. Na verdade, através dessas novas figuras do turismo, os atores tendem a participar de uma renovação econômica e social que não renega suas tradições, raízes e novas crenças que esgotam sua razão de estar no desencantamento do mundo moderno. Por esta escolha, os atores indicam os impasses da economia despersonalizada do velho capitalismo industrial, uma economia baseada na acumulação do capital, na consumação de bens materiais e na destruição da natureza sem limite. Os indivíduos são hoje requerentes de serviços de qualidade, de relações e de sentido (ZAOUAL, 2008, p. 61).

O autor acredita que o serviço turístico é extremamente relacional. “A relação é o intercâmbio, e o intercâmbio é aqui, antes de tudo, de natureza simbólica antes de ser monetária [...] a racionalidade do lucro a qualquer preço cede lugar à relação e à comunicação cultural e intercultural. É este incalculável que está no coração do valor econômico dos novos serviços turísticos.” Estas características sugerem toda a importância que reveste a confiança e a profundidade intercultural nos intercâmbios. Deste ponto de vista, o paradigma clássico do mercado está na incapacidade de ler os sinais adequados ao desenvolvimento dos serviços turísticos de qualidade. De acordo com Zaoual (2008), a essência e natureza, da prestação dos serviços devem ter um perfil totalmente em conformidade com a ideia de uma “economia da confiança”, que também levaria em consideração o conjunto do contexto onde são produzidos e consumidos os serviços em questão. O autor afirma que “[...] a emergência de um turismo de profundidade baseado em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural é um dos sinais da crise da civilização industrial”. De acordo com Zaoual (2008), o declínio relativo do turismo de massa é fato. A demanda que se exprime através do turismo pós-industrial é também um verdadeiro retorno de valores e de imagens da sociedade. “A nova demanda turística é uma demanda existencial. É um sintoma de necessidades e de atividades cujo conteúdo civilizacional ainda não está decifrado em toda a sua profundidade, à medida que ele somente é definido pelo mesmo paradigma de antigamente, ou seja, aquele da economia”.

Partindo das análises dos autores (Zaoual, 2008 e Krippendorf, 2009) é possível afirmar que o turismo, conhecido como “de massa” teve sua demanda em declínio, em primeiro lugar, em função de uma mudança nos padrões de decisão, que abomina os elementos formatados e uniformizados, que despersonalizam os sonhos e os rotulam como produtos genéricos, característicos de pacotes de massa. O novo turista está em busca de viagens autênticas, representadas pelo intercâmbio cultural com o autóctone e suas atividades tradicionais. Outro fator que modificou a escolha da demanda pode ser descrito a partir da

importância dada ao patrimônio cultural e ambiental e as estratégias de sustentabilidade que o destino propõe como forma de preservar esses atributos – o que é impossível de se controlar quando trata-se do turismo de massa. Esta necessidade de referências simbólicas de existência está na raiz do turismo alternativo. “Ele estabelece, ao mesmo tempo, a necessidade de uma governança turística, valorizando não somente os atores do sítio turístico, mas também os turistas, colocando-os em um intercâmbio autêntico. Deste ponto de vista, o turismo situado organiza o intercâmbio intercultural e assegura as durabilidades sociais e ecológicas.” (Zaoual, 2008, p. 55-75). As características inerentes ao turismo situado, descrito por Zaoual, são contempladas em práticas turísticas desenvolvidas por comunidades locais, em territórios onde o intercâmbio cultural é mais que a troca mercantil; a valorização do saber local, a troca de experiências e a proteção ao meio ambiente são primordiais nas relações. Esse turismo é conhecido como “turismo de base comunitária, ou simplesmente como “turismo comunitário” e surge como resposta alternativa ao turismo de massa, este último concebido de forma pasteurizada em todas as suas formas. As análises sobre esse turismo diferenciado serão discutidas a seguir.

2.2.1 Planejamento do turismo sustentável

Segundo Chris Cooper e John Fletcher (1988) a preocupação com respeito ao meio ambiente e a segurança dos turistas é fundamental para o fortalecimento do turismo. O impacto econômico do turismo em núcleo receptor é geralmente positivo, mas traz consigo alguns aspectos negativos. Para Cooper (2001), é importante estabelecer qual é o significado do turismo para uma economia, porque isso permite aos formuladores de políticas que definem as linhas de ação e planejadores determinarem a dependência e desenvolver estratégias para o futuro (Cooper e Fletcher, 2001).

Para Cooper (2001), é fundamental que o turismo articule o “GLOCAL” (GLObalização e ação loCAL), use devidamente as novas tecnologias informáticas, desenvolva permanentemente suas aptidões e competências profissionais, se interesse por ética, sustentabilidade, cultura e diversidade (Cooper, 2001).

Segundo Cooper, é necessário começar a discussão com rumo ao planejamento que se inicia a partir dos impactos sócio-culturais que o Turismo pode causar na população receptora, como também na população de turistas. E, em seguida, partir para tópicos que relatam a maneira que o Turismo Cultural poderá estar trabalhando a questão do

desenvolvimento turístico sustentável. Para o início de reflexões sobre o assunto, é interessante ressaltar como Cooper manipula a questão dos impactos sócio-culturais no Turismo:

[...] o Turismo é um serviço pessoal, e como tal, só pode ser consumido com o turista visitando a destinação. A implicação disso para os habitantes da destinação é de que eles entraram em contato com uma população estranha durante o processo de produção. Este contato poderá ser benéfico ou prejudicial para a população anfitriã, dependendo da diferença de cultura ou da natureza do contato. Muito da literatura sobre os impactos sociais é parcial, no sentido de que concentra atenção nos impactos negativos do Turismo sobre a população anfitriã. Da mesma forma, pouca atenção tem sido dada ao fato de que pode haver impactos sociais sobre a população de turistas, que também podem ser positivos ou negativos. Esses impactos tendem a conter uma mistura de características positivas e negativas e afetam tanto os anfitriões como os visitantes. (COOPER, 2001, p.201).

Para identificar como os impactos sócio-culturais estarão afetando o Turismo, é necessário que se busque a natureza desses impactos no ambiente turístico. Para Cooper, esses impactos são “manifestados através de uma gama enorme de aspectos, desde as artes e artesanato até o comportamento fundamental de indivíduos e grupos coletivos” (Cooper, 2001). Sendo então, os impactos sócio-culturais positivos e negativos, destaca que:

Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou a degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população anfitriã. (COOPER, 2001, p. 201).

De maneira geral, pode-se dizer então, que no Turismo Cultural existem alguns parâmetros como: capacidade de carga, inclusão social e participação da comunidade, que são essenciais para o possível desenvolvimento da atividade turística sustentável. Entretanto, quando se trata de cultura humana, não se pode generalizar, já que esta se encontra em constante transformação.

O planejamento da implementação da atividade turística, é essencial pensar na preservação do território onde se realiza a ação e a necessidade da garantia da qualidade de vida do local, atendendo aos três requisitos básicos do turismo: a satisfação das necessidades do turista, os benefícios que traz à população residente e a preservação do patrimônio cultural e ambiental (Rodrigues, 1996 *apud* Simão). Levando isso em consideração, esses três requisitos também são as bases para a sustentabilidade dessa atividade e pensando então no turismo em longo prazo. Crosby (1996) afirma:

O conceito de sustentabilidade é introduzido no turismo como um modelo de desenvolvimento turístico planejado no sentido de assegurar sua permanência por longo prazo, integrando as comunidades locais e buscando a rentabilidade por meio da gestão e otimização dos recursos, em contraposição ao turismo convencional de sol e praia, cujas premissas de funcionamento são as de maximização da rentabilidade no espaço e no tempo, exploração intensiva dos recursos e marginalização das comunidades locais (CROSBY, 1996, p. 37)

Assim, notadamente a partir do início dos 90, assiste-se à difusão da idéia de desenvolvimento sustentável do turismo. Aplicada ao turismo, a noção de sustentabilidade ganhou um significado próprio, e passou a designar o que vem sendo chamado como “turismo sustentável”, expressão controversa e muito abordada na literatura mais recente (Garrod & Fyall, 1998; Hall, 2001; OMT, 1998; Ruschmann, 1997; Swarbrooke, 1999; Wahab & Pigran, 1997; Williams & Shaw, 1997; entre outros).

A idéia de turismo sustentável surge e se desenvolve em meio ao debate sobre a sustentabilidade. A partir do final dos anos 80, quando a questão ambiental tornou-se da maior importância, múltiplos fatores vieram contribuir para que o conceito de sustentabilidade fosse incorporado à atividade turística. Entre esses fatores destacam-se: a influência crescente do ambientalismo (entendido aqui em sua acepção sociológica e não somente política) sobre o setor turístico; o aumento da consciência “verde” entre os turistas; a valorização da qualidade ambiental dos espaços de destino, particularmente nos países desenvolvidos; o reconhecimento de todos os atores sociais (turistas, populações locais, gestores públicos e iniciativa privada) de que o turismo também provoca impactos sociais e ambientais nas regiões receptoras; e o declínio de vários destinos turísticos já consolidados por conta da deterioração ambiental, com conseqüente perda da rentabilidade econômica para o setor no âmbito regional e local.

Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável significa obter desenvolvimento, sem esgotar o meio ambiente natural e humano e preservar e enriquecer a cultura e o patrimônio cultural da comunidade local.

Nesse sentido Cooper (2001) complementa que a relação entre as áreas da cultura e turismo é complexa e multifacetada, apresentando aspectos positivos e negativos decorrentes dessa interrelação. Cooper (2001) afirma que há uma tendência em aceitar os impactos socioculturais do turismo como um efeito combinado devido à dificuldade em distinguir os impactos sociais dos culturais.

Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural

entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou a degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações (Cooper, 2001).

O processo de desenvolvimento turístico pode ter influência na natureza e magnitude desses impactos diretos e indiretos na área da cultura. A seguir apresenta-se a relação entre os impactos positivos e negativos provocados pelo turismo nas comunidades locais (Cooper, 2001).

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Intercâmbio de informação cultural, idéias e crenças	Estímulo a mudanças no comportamento e indumentária da população receptora ("efeito demonstração") ¹
Estímulo ao interesse e conservação do patrimônio cultural	Distorção de atividades e costumes tradicionais em eventos localizados e mais curtos
Estímulo ao orgulho de sua cultura na comunidade anfitriã e promoção do artesanato, tradições e costumes locais	Destruição do significado das performances culturais e eventos (mercantilização)
A encenação de eventos culturais que já não cabem mais na cultura moderna gera divisas necessárias para comunidades, preserva o costume e estimula o orgulho na população	A produção cultural torna-se dependente do fluxo turístico, comprometendo as oportunidades permanentes de lazer para a população local
Aumento do consumo de bens e serviços culturais locais, gerando oportunidades de negócios e consumo	_____
Aumento da oferta de eventos culturais em função do turismo, beneficiando a população pelo crescimento da oferta cultural	_____

Impactos positivos e negativos do turismo para as comunidades locais

Fonte: COOPER, Chris; FLECHTER, John; GILBERT, David; SHEPPERD; Rebecca; WANHILL, Stephen.

Tradução: Roberto Cataldo Costa. Turismo: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A preocupação com esses impactos tem aumentado continuamente (embora de forma desigual) em países e regiões no mundo todo. Neste contexto, um dos grandes desafios para governos, instituições privadas, estudiosos, e planejadores, passou a ser como promover o desenvolvimento do turismo de maneira menos prejudicial para o meio ambiente.

Nesse sentido, o planejamento turístico pode ser considerado uma ferramenta básica para se buscar o desenvolvimento de destinos turísticos dentro de bases mais sustentáveis. Aliás, diversos estudiosos têm destacado a importância e o papel do planejamento do turismo (Beni, 1997, 2001; Hall, 2001; Inskip, 1991; Pearce, 1991; Rodrigues, 1997a, 2002; Ruschmann, 1997; Silveira, 1997, 1998; Vera et al, 1997).

O planejamento governamental para o turismo pode referir-se a diversas áreas, com ênfase no fomento, na provisão de infra-estruturas básicas, no controle do uso do solo e exploração de recursos ambientais, na divulgação e no marketing. Nessas áreas que instituições de diferentes departamentos governamentais e em diversas escalas (nacional, regional e local), têm atuado em países e regiões considerados como destinos turísticos consolidados. Tal atuação tem se efetivado a partir da elaboração de programas e projetos de incremento ao turismo, nos quais o governo define as diretrizes que vão servir de orientação para o desenvolvimento turístico, assim como as formas e o grau de intervenção no processo de planejamento e de desenvolvimento do setor (Beni, 1997, 2000, 2001; Hall, 2001).

2.3 Origem e Conceitos do Turismo Comunitário

O Turismo Comunitário responde a um segmento do mercado especializado (nicho) ao dirigir-se a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário. Esta modalidade contrasta com o padrão convencional do turismo de massa, cujos pacotes rígidos e impessoais obedecem a uma lógica econômica de um retorno imediato e máximo dos investimentos (Maldonado, 2008). De acordo com Maldonado (2008) outro fator explicativo para o desenvolvimento do turismo comunitário, deriva-se das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das pequenas comunidades receptoras, que buscam com a atividade turística, superar a situação de pobreza. Segundo o autor, a vontade de superar a pobreza levou milhares de comunidades a buscar fontes alternativas de renda frente aos resultados da economia de sobrevivência. Essas comunidades encontraram o turismo como uma das opções de diversificação das atividades econômicas, a partir da dinamização das atividades não-agrícolas: a pequena agroindústria doméstica. Maldonado (2008) acredita que o turismo, gerido sob essas condições, pode contribuir na revitalização da economia rural e conseqüentemente a valorização do patrimônio ambiental e dos acervos culturais. O terceiro

fator que explica o surgimento do turismo comunitário é o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional.

O setor do turismo cobre uma ampla gama de pequenos negócios que se encontram na base piramidal, configurando segmentos especializados. As pequenas e microempresas têm como denominador comum a prestação de serviços personalizados ao cliente, operações com escala reduzida e uma grande flexibilidade de operação. Por serem espalhadas em todo o território nacional dão vida a um grande tecido que mobiliza recursos, gera riquezas e distribui renda para as economias locais (MALDONADO, 2008 p. 25).

E por fim, o quarto fator associado à origem do turismo comunitário são as estratégias políticas para preservação do patrimônio cultural e de territórios ancestrais. Segundo Maldonado (2008), nos “planos de desenvolvimento” impulsionados por vários governos, colonizadores de “novas terras”, grandes consórcios de extração de recursos florestais, mineradores e petroleiros, empresas de exploração agrícola e pecuária têm invadido territórios dos povos nativos. Desta forma tem-se violado o direito de propriedade. O turismo nesse caso pode funcionar como ferramenta de proteção e preservação das características culturais na região. Nesta forma de se pensar o turismo, “viajante” e “anfitrião” interagem em suas tradições, necessidades, desejos e expectativas e suas experiências são resultantes das formas de relacionamento estabelecidas durante o encontro (Wada, 2003). Turismo de base comunitária, segundo esta percepção, implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe “outsiders” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada. Para Jovchelovitch (1998) é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento. Neste caso, é fundamental que se avance na discussão sobre o turismo de base comunitária segundo algumas de suas premissas centrais, apresentadas e discutidas, a seguir, a partir da experiência em projetos em desenvolvimento no país, e da perspectiva teórica, construída com base em pesquisas anteriores, no sentido de uma reflexão balizadora sobre o tema, em termos conceituais e metodológicos.

O conceito de turismo de base comunitária se apresenta de diferentes formas devido às suas inúmeras formas de representação. Serão apresentadas a seguir algumas das definições que tem tomado lugar de importância no meio acadêmico a partir de debates sobre o tema.

Nos últimos anos, o governo boliviano redirecionou sua política de desenvolvimento turístico privilegiando o fomento ao turismo de base comunitária. Dessa forma, foi elaborado um plano de turismo que definiu o turismo de base comunitária como:

Es un modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación económica de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originarios (BOLÍVIA, 2006).

Na Costa Rica, um dos principais destinos mundiais para a prática do ecoturismo, o turismo de base comunitária também vem ganhando espaço. Segundo o Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional (COOPRENA): *“Se trata de una oferta de turismo alternativo en el medio rural, gestionado directamente por y para el beneficio de las comunidades organizadas, basado en la conservación y el aprovechamiento de los recursos locales, tanto naturales como culturales”* (COOPRENA, 2008). No Equador, a Federação Plurinacional de Turismo de Base Comunitária (FEPTCE) utiliza: *“El turismo comunitario es una actividad económica solidaria que relaciona a La comunidad con los visitantes, desde una perspectiva intercultural, con participación consensuada de sus miembros, propendiendo al manejo adecuado de los recursos naturales y a valoración del patrimonio cultural, basados en un principio de equidad en la distribución de los beneficios generados”* (FEPTCE, 2008). A ONG World Wild Found (WWF-International) define o turismo de base comunitária como: *“a form of ecotourism where the local community has substantial control over, and involvement in, its development and management, and a major proportion of the benefits remain with in the community”* (WWF-International 2001, p. 2).

Em todos os conceitos apresentados, algumas características são comuns: os componentes de conservação ambiental e valorização da identidade cultural, bem como a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras. No Brasil, essas definições e conceitos incorporam ainda as noções de empreendimentos comunitários e intercâmbio intercultural (Bursztyn, Sansolo 2008, p. 142-161):

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (TURISOL, 2008).

Há ainda a definição elaborada pela rede Tucum, Rede Cearense de Turismo Comunitário, objeto de estudo desse trabalho, que faz uma importante relação entre o turismo comunitário e a economia solidária. Para a Rede, os atores envolvidos nos processos relacionados à atividade turística, atuam de acordo com os princípios da economia solidária:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infra-estruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUM, 2008).

Existe ainda, uma definição que permeia o caráter solidário da atividade turística comunitária - nesse sentido o turismo comunitário, ganha um viés colaborativo, ao seguir uma linha voltada para a reciprocidade das ações realizadas. Partindo das análises feitas por Caillé (1998, p. 5-38) e Martins (2008, p. 14) sobre a formação de redes de cooperação no capítulo 1, é possível verificar como exemplo dessa articulação as iniciativas caracterizadas pelas redes solidárias de turismo comunitário. Essas organizações, geridas por um núcleo comunitário local, administram a atividade turística, em uma formação horizontal, que busca trazer desenvolvimento local e inclusão social para os envolvidos. Para Barretto (2004, p. 45):

O turismo comunitário solidário apresenta-se como proposta alternativa ao turismo de massa e representa uma ferramenta de desenvolvimento local, quando oportuniza o envolvimento direto da comunidade para o planejamento, implementação e gestão da atividade turística. Também pode ser entendido como provedor do resgate cultural de um povo à medida que estimula a manifestação de representações sociais, como festas e eventos e incentiva a transmissão desse conhecimento para outras gerações. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente ser espetáculo de autenticidade das culturas (BARRETTO, 2004, p. 45).

O turismo comunitário apresenta-se como ferramenta de desenvolvimento comunitário. Trata-se de uma atividade complementar às atividades tradicionais que atua, respeitando o equilíbrio sócio-ambiental. Para Coriolano (2009, p. 47), exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como:

[..] o princípio das necessidades sentidas: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade; princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento; princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário; princípio da auto-

sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio-espaciais podem sofrer descontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos; princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (CORIOLANO, 1999 p. 80).

Para Coriolano (2009, p.49) a filosofia do trabalho comunitário mostra que não há grandes mistérios quanto ao que se quer como comunidade e sociedade. Deseja-se “segurança do necessário para uma vida digna, a tranquilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem, a liberdade moderada pelas necessidades, a paz do amor, o estímulo do trabalho, a alegria de rir com os outros, o realismo de rir de si mesmo.” Mas, estes objetivos passam por um valor essencial que precisa ser resgatado: a solidariedade humana (Dowbor, 1998, p. 9). Lutando pelo desenvolvimento comunitário, as comunidades não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades, questionando as políticas neoliberais, sobretudo a estatal, para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados.

Na releitura proposta para o turismo de base comunitária, algumas premissas emergem como centrais com o objetivo delinear uma conceituação capaz de ultrapassar a simples noção do “comunitário” como significado de comunidades carentes de baixa renda. A seguir serão apresentadas algumas das diretrizes centrais que norteiam o desenvolvimento das atividades de turismo comunitário.

2.3.1 Iniciativa e desenvolvimento local

O turismo de base comunitária pode resultar de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais. Neste caso, embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo. É importante enfatizar que,

no sentido de Escorel (1997), inclusão social se relaciona com diferentes dimensões da existência humana em sociedade: do trabalho, social, política, cultural e humana. Assim, turismo de base comunitária se vincula, em última análise, a uma proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética destas dimensões e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade. (Irving, 1998 p. 140).

2.3.2 impactos sociais e ambientais em controle efetivo pela comunidade

Rouillet-Caire e Caire (2003) mencionam que o turismo, seja qual for sua forma, modifica profundamente o futuro de uma população, mais do que todas as outras atividades econômicas. Segundo os autores, o desenvolvimento do turismo internacional é, sem dúvida, um fator majoritário de mudanças na sociedade. No caso de turismo de base comunitária, uma premissa essencial é que este se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas.

Seria um equívoco imaginar este tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois este não é o objetivo de iniciativas desta natureza. Muito pelo contrário, esta proposta se vincula a um “nicho” específico e a uma nova filosofia de se fazer e pensar o turismo. Por outro lado, o turismo de base comunitária se constitui em uma alternativa real aos padrões “pasteurizados” de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental (Irving, 1998 p. 140).

2.3.3 Participação dos recursos à população local

O tema da geração de benefícios diretos à população local representa efetivamente um dos pré-requisitos para o turismo de base comunitária, uma vez que são frequentes as publicações que demonstram o processo de exclusão social resultantes de projetos turísticos (Brandon, 1996; Irving, 2002b). No entanto, as discussões sobre o tema são frequentemente teóricas e tendem a recair, na maioria dos casos, na “armadilha” do turismo como garantia de geração de emprego e renda. Mais do que o discurso, iniciativas de base comunitária têm que assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam

reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo. Da mesma forma, medidas devem ser colocadas em prática, no sentido de se evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, como ocorre frequentemente em projetos comunitários. Nesta reflexão, um ponto fundamental a ser considerado em planejamento é como avaliar a geração de benefícios em um projeto turístico de base comunitária. Para avançar nesta reflexão, é importante que sejam concebidos indicadores de avaliação que possam ser utilizados localmente, não apenas para avaliar as iniciativas em curso, mas também para assegurar a transparência do processo e os ajustes necessários de percurso (Irving, 1998 p. 145).

2.3.4 Reafirmação cultural

A valorização da cultura local constitui parâmetro essencial em turismo de base comunitária, não no sentido de sua importância na configuração de um “produto” de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento. Isso só acontecerá em iniciativas de motivação endógena que internalizem cultura como patrimônio e história e, portanto, garantia de coesão social, conforme discutido por Azevedo (2002). Por outro lado, o lugar turístico entendido como *lócus* do encontro proporciona, ao mesmo tempo, o sentido de afirmação das identidades do destino e o compartilhamento das múltiplas identidades que se expressam e são intercambiadas nesta busca simultânea de “quem está” e “quem vem”, e que permite a relação local-global e a prática da interculturalidade (Verbunt, 2001).

2.3.5 A interconectividade

Assim, a condição para o turismo de base comunitária é o “encontro” entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Neste caso, seu planejamento deve considerar “o compromisso ético, de respeito e engajamento de ‘quem está’ e de ‘quem vem’ e o intercâmbio real entre os sujeitos ‘que recebem’ e os que ‘são recebidos’ e, destes, com o ambiente no qual interagem. Sem essa interação, a troca de valores não se efetiva e o ‘espaço da interação’ ganha contornos apenas circunstanciais” (Irving, 2008). Segundo esta interpretação, para que o encontro aconteça, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo. Neste sentido, uma reflexão a ser trazida para o primeiro plano desta discussão se refere à interpretação do turismo no sentido

da *dádiva*, conforme discutido anteriormente por Pimentel (2007) e reinterpretado a seguir, na perspectiva das condições essenciais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, que implica essencialmente a troca subjetiva entre “quem chega” e “quem está” no lugar turístico (Irving, 1998).

Para Mauss (1974), o objetivo da dádiva “é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas”. Para o autor, as trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. A tese central do Ensaio de Mauss (1974) é que a vida social se constitui por um constante dar-e-receber. Neste sentido, a dádiva, como relação, não é unilateral mas implica interação. Neste caso, pensar a dádiva em turismo de base comunitária requer também uma nova percepção do significado de hospitalidade, uma vez que este ultrapassa a noção clássica vinculada apenas ao ato de receber para se expressar como troca, interação, descoberta e retroalimentação. O “encontro” representa assim dar, receber, retribuir, segundo uma dinâmica em que a qualidade da vivência do visitante está relacionada à qualidade de vida do anfitrião, conforme tem sido rediscutido e resignificado o sentido de hospitalidade (Dencker, 2003 e 2004), em um processo permanente de retroalimentação e construção de laços sociais. Assim, no plano abstrato, a partir do encontro, do dar, receber e retribuir, laços sociais são estabelecidos e, no sentido da concepção de turismo de base comunitária que se deseja construir, “quem chega” está permeável e aberto a uma experiência integral no “lugar” e na relação com “quem recebe”. “Quem recebe” protagoniza o ato de acolher na busca da troca que potencializa o seu sentimento de pertencimento e a aprendizagem da diferença, na afirmação das identidades envolvidas. Mas segundo os autores, o ponto comum da maior parte dos projetos de turismo solidário (e neste caso pode ser incluído o turismo de base comunitária) é a vontade de gerenciar o próprio rumo, ou um “alterturismo”, no qual gerenciar o próprio destino signifique três desafios centrais: a) refletir sobre e definir o destino desejável; b) escolher os meios de realização, tendo-se em conta a realidade do mundo; e c) avaliar se os resultados estão de acordo com as expectativas. Assim, para práticas sustentáveis de turismo, Ceron e Dubois (2002) mencionam que um dos desafios para o futuro é exatamente se conhecer o turista, para que se possa buscar um perfil mais cultivado para iniciativas desta natureza, e que este possa operar como “agente de transformação”. Assim, o encontro é também processo, descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade. Portanto, inovar é possível e o turismo de base comunitária talvez represente um excelente “laboratório” de construção de novas realidades e

transformação social, no caso brasileiro, se for interpretado como alternativa ética, duradoura e humanizante.

2.4 O turismo comunitário e seu patrimônio: riscos e ameaças

O turismo comunitário busca privilegiar integralmente a comunidade local. Os membros dessa comunidade são os responsáveis pelo planejamento e gestão das ações, fazendo com que os laços sociais estabelecidos a partir do trabalho comunitário, revelem relações de proximidade entre todos os envolvidos. Nesse sentido, o turismo comunitário tem como objetivo preservar os valores culturais ancestrais, de forma a valorizar as características comunitárias genuínas e dividir o saber popular com os visitantes. Maldonado (2008) explica que antes de tudo é necessário que a própria comunidade conheça e defina os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência do grupo, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade.

O objetivo final é assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural. Na esfera institucional, a comunidade rege-se por normas sociais, econômicas e políticas que regulam os processos de tomada de decisão, alocação de recursos, aplicação de justiça e repressão de delitos. A base da identidade comunitária pode ser enraizada na consciência de pertencer a um determinado grupo étnico. A proteção e a valorização de seus patrimônios revestem um interesse excepcional à humanidade por ser parte de um legado universal: a riqueza cultural e a biodiversidade de seus territórios representam uma preciosidade em nosso planeta. A diversidade cultural para a humanidade é tão essencial como a diversidade biológica é para os organismos vivos (MALDONADO, 2008 p. 30).

A diversidade cultural apresentada por Maldonado (2008), que define a base da identidade comunitária pode ser definida como patrimônio comunitário. Segundo o autor, “o patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo.” Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. Segundo o autor, o turismo pode abrir muitas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. De acordo com pesquisas feitas em territórios de recepção comunitária, constatou-se que devido ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial que seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de

gestão de seus territórios. As estruturas de participação, decisão e controle que repousam sobre as instituições das comunidades nutrem-se dos princípios da equidade, reciprocidade e confiança. Estes princípios constituem a base do capital social, que designa o conjunto de valores, conhecimentos coletivos (ancestrais), técnicas de produção, formas de conduta e de organização, suscetíveis de gerar comportamentos de cooperação entre seus membros e eficiência no trabalho, com a finalidade de preservar a coesão social e garantir suficientes meios de vida para assegurar a sobrevivência do grupo como tal (Maldonado, 2008).

O turismo comunitário ganha destaque e importância à medida que oferece um produto transformador. Esse produto tem em sua característica principal a riqueza cultural, que se manifesta através de uma variedade de rituais, celebrações e festividades civis, religiosas e comerciais (feiras agrícolas, de pecuária, artesanais, gastronômicas e medicinais) com expressividade, sendo produto da criatividade comunitária e a partir da personalização de serviços e experiências únicas, projetadas com ênfase no saber-fazer humano. Esse tipo de turismo não tem por objetivo competir nem, e menos ainda, suplantando as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência de tais povos. É concebida como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria. Maldonado (2008), então conclui que:

[...] o turismo comunitário é toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2008 p. 36).

A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

Para Maldonado (2008), os negócios comunitários podem ser ameaçados devido às fortes pressões, particularmente difíceis de serem encaradas por pequenos negócios que funcionam de forma isolada. As deficiências constatadas resultam, em parte, da incursão das

comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios. Em todo caso, desde que devidamente ponderados os riscos e os pontos fracos, uma série de iniciativas operam em condições econômicas insustentáveis, no contexto de programas de suposto alívio da pobreza (Maldonado, 2008). Seguem abaixo, algumas das principais deficiências encontradas na oferta de turismo comunitário:

1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.

2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.

3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.

4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.

5. Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.

6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.

7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.

8. Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Fonte: NETCOM: Manual Del facilitador, módulo 3, p.25, OIT-REDTURS, 2006.

O turismo não é isento de riscos ou ameaças; a comunidade deve conhecê-los e debater sobre estes antes de iniciar um negócio e durante todo o seu ciclo de vida, a fim de salvaguardar seus interesses e minimizar os efeitos indesejáveis. Segundo Maldonado (2008), trata-se de uma atividade invasora e exigente; Os estudos consultados advertem sobre os riscos que conduzem a criação de conflitos internos, a aceleração de uma aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social. Para o autor, esses problemas ocorrem quando não há planejamento necessário na comunidade, ou quando o comportamento dos visitantes é subestimado. As comunidades mais dinâmicas têm procurado abordar as exigências do mercado e suas próprias restrições de duas maneiras: diferenciando o seu produto e educando os seus profissionais. No primeiro caso, busca-se valorizar as manifestações de sua identidade cultural combinado com atrativos do turismo ecológico, histórico e recreativo. No segundo caso, têm tomado medidas para preparar os seus profissionais na realização das funções complexas inerentes a operação turística e a gestão do negócio.

2.5 A participação das comunidades no turismo

Segundo Maldonado (2008) foi estabelecida uma tipologia acerca de seis modalidades genéricas de participação das comunidades na indústria do turismo. A tipologia considera como fatores críticos a disponibilidade de recursos patrimoniais aproveitáveis pelo turismo, o grau de iniciativa econômica da comunidade e sua participação na gestão do negócio.

1. Autogestão do negócio turístico - Uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão. Obviamente, isso não exclui a contribuição de atores externos, como ONG, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional, que orientam seus recursos na formação de profissionais, complementar investimentos na infra-estrutura e equipamentos, reforço na promoção e comercialização do destino comunitário.

2. Parceria de negócios com uma empresa privada - Um investidor e a comunidade assinam um contrato, legalmente aprovado, sob forma de uma parceria de negócios. Cada sócio contribui com uma parcela de bens de capital social, tais como territórios comunais, conhecimentos coletivos, capital financeiro, competências técnicas e experiência empresarial.

A comunidade tem o direito aos lucros variáveis e, além disso, recebe uma renda fixa, mensal ou anual. Sua participação na gestão do negócio é progressiva, podendo alcançar cargos administrativos e gerência de sua empresa. No final de um período determinado, geralmente entre 10 e 15 anos, a comunidade torna-se proprietária do investimento e, também, está livre da renovação do acordo com seu parceiro, de separar-se do parceiro e de firmar com outro diferente.

3. Parceria comercial com operadoras de turismo - Uma operadora de turismo ou uma agência de viagens faz acordo com uma comunidade de enviar turistas, com a obrigação de prestar atendimento durante poucas horas ou cuidar da estadia durante alguns dias na comunidade. Esta, por sua vez, recebe uma comissão por turista e recebe também pagamento pelos serviços prestados. Em alguns casos, a comunidade, que conserva a autogestão de seu negócio, tem a liberdade de fixar suas próprias tarifas diretamente aos turistas; em outros casos, é a operadora quem remunera a comunidade em termos dos serviços prestados. A operadora controla a promoção e a comercialização do produto e, conseqüentemente, o fluxo de turistas. Para que a comunidade alcance os padrões de qualidade exigidos pela operadora de turismo, esta prevê o suporte de diversas formas: formação, assessoramento, empréstimos para investimentos na infra-estrutura e equipamentos, capital de giro para a fabricação de artesanatos, organização de eventos culturais, etc.

4. Concessão de recursos comunitários em usufruto - Uma operadora privada solicita a uma comunidade o uso e o desfrute temporário dos recursos naturais de seu território e alguns serviços culturais. Eventualmente, instala-se um acampamento, sem edificar uma infra-estrutura fixa. A título de compensação pela concessão comunitária para garantir a operação turística (às vezes incluindo a renúncia do direito de caçar em algumas áreas), a empresa privada se compromete a assumir algumas obrigações, tais como a prestação de trabalho temporário à comunidade (das transportadoras e acompanhantes de guias externos), entregar alimentos ou uma quantidade de dinheiro, realizar investimentos na infra-estrutura da comunidade (médicos, escolas, formação, transporte, etc.). Convém observar que as obrigações assumidas pela operadora nem sempre são cumpridas.

5. Trabalho assalariado para operários - Uma empresa privada se instala ou realiza atividades turísticas no entorno territorial de uma comunidade, em razão dos excepcionais recursos naturais e/ou culturais da região. Algumas famílias da região participam a título pessoal na operação turística fornecendo mão de obra assalariada e temporária para desempenhar atividades fora da comunidade tais como cozinheiros, limpadores, motoristas de barcos, guias

naturalistas, etc. Este é um caso de proletarização de famílias indígenas, não existindo um projeto comunitário para tal.

6. Formas híbridas Algumas comunidades têm optado por parcerias com operadoras privadas que trazem turistas e, ao mesmo tempo, proporcionam trabalho assalariado. As comunidades realizam investimentos próprios para prestar serviços de estadia, transporte fluvial, guias nativos e eventos culturais (bailes e demonstração de técnicas de caça, etc.). Simultaneamente, a comunidade aproveita as oportunidades de emprego geradas pela empresa privada, distribuindo-as entre os membros da comunidade, através de um sistema rotativo. A captação de benefícios depende do Grau de “empoderamento” alcançado, fator chave para a realização dos objetivos de bem-estar da comunidade, equidade social e alívio da pobreza.

2.6 O turismo comunitário e as primeiras contribuições da política pública

No âmbito das políticas públicas ainda há muito para se fazer em relação ao desenvolvimento do turismo comunitário. Os problemas gerais que mais afetam a atividade turística comunitária são: o reconhecimento legal para o exercício do turismo pelas comunidades, a prestação de serviços públicos e infra-estrutura rodoviária para o acesso dos visitantes aos destinos finais; os menos frequentes são: as demandas para a atribuição de territórios para o aproveitamento dos recursos naturais, a (co)gestão de sítios arqueológicos e a eliminação de algumas barreiras institucionais. Muitos países estão lutando para que definições comunitárias sejam participadas às instâncias governamentais com o objetivo de facilitar a comunicação e buscar apoio para o desenvolvimento das atividades turísticas. Um dos países que ilustra a situação é a Guatemala, que embora nenhuma lei ou decreto declare dar qualquer prioridade ao turismo comunitário na política estatal, a ação do Instituto Guatemalteco de Turismo (INGUAT) tem sido implementada com o objetivo de melhorar a comunicação com as comunidades organizadas em torno da Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala (FENATUCGUA); apoiá-las no desenvolvimento de projetos, no marketing e na gestão dos fundos; coordenar ações com as instituições do governo e as ONGs a favor do turismo comunitário; Em 2007, o INGUAT emitiu um acordo de reconhecimento do exercício legal de guia comunitário, que assume a função de informar, acompanhar e direcionar o turista em sua comunidade rural, para demonstrar o modo de vida de sua cultura e o ambiente rural. Em 2008 foi criada a Secretaria de Turismo Comunitário, um órgão de coordenação destinado a integrar os esforços de três atores fundamentais: os setores público,

privado e comunitário, apoiados pela cooperação internacional. Outro exemplo de incursão em políticas públicas que pode ser mencionado é a Costa Rica, um dos países onde o turismo comunitário tornou-se mais enraizado, graças a uma dupla vertente: de base cooperativa (COOPRENA) e grupos familiares (ACTUAR), com importantes ligações com a população local através de múltiplas parcerias que trabalham pela proteção e pela educação ambiental. Grande parte dos projetos tem sido impulsionada por organizações da sociedade civil, sustentadas por doações de cooperação internacional, principalmente através do PNUD, com o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM). Em 2007, o Plano Nacional de desenvolvimento sustentável do Turismo do Instituto de Turismo Costarricense (ICT) reconheceu o turismo comunitário como um dos quatro eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo. Através de um decreto, declarou-se esta modalidade de turismo como de interesse público para o país (Maldonado, 2008).

No Brasil, as políticas públicas para o turismo comunitário devem ser analisadas a partir do espaço rural contemporâneo. O território rural vem passando por um processo de mudanças múltiplas, articuladas com a dinâmica global. Devido à valorização das *comodities* agrícolas no cenário mundial, iniciou-se o processo de valorização da terra e novas relações de trabalho no campo. Por outro lado, parte dos agricultores familiares, pescadores artesanais e extrativistas que habitam o espaço rural — excluídos do agro-negócio internacional vem passando por transformações sob influência do debate acerca da crise ambiental. Esses pequenos grupos passaram a buscar novas alternativas de sobrevivência, para além da subsistência tradicional, o que para Blanco (2004) configura-se como uma nova construção social rural, em que a terra passa ser percebida com valores potenciais múltiplos, por sua multifuncionalidade. Dentre estas novas funções, o turismo tem sido uma opção adotada por famílias e pequenos proprietários rurais e, de alguma forma, vem sendo apoiado pelo poder público federal por meio de políticas públicas setoriais provenientes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Turismo (MTur). O MDA apresenta o turismo como uma atividade não agrícola com potencial para geração de trabalho e renda que pode auxiliar a conservação ambiental e a valorização cultural camponesa. O ministério conduz o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar, cujo objetivo é “promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre os agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais” (MDA, s/d). Segundo informações do MDA, entre os anos de 1981 e 1997 ocorreu um crescimento das atividades não agrícolas da população economicamente ativa residente em

domicílios rurais. Schneider e filho (2000) destacam que em 1997 havia mais de 4 milhões de pessoas com domicílio rural no Brasil, ocupadas em atividades não agrícolas. Em 2004, o Ministério do Turismo apresentou as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural Brasileiro, com objetivo de incremento econômico da atividade como m fator indutor ao desenvolvimento regional. Finalmente, em 2008, o Ministério do Turismo passou a reconhecer institucionalmente a existência do turismo de base comunitária, ao publicar um edital (MTur, n. 001/2008) voltado para o fomento a essas atividades. No edital, este ministério define o turismo de base comunitária da seguinte forma:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).

Embora o edital não defina a espacialidade do turismo de base comunitária, uma análise preliminar nos permite dizer que dos 50 projetos selecionados para financiamento (dentre 500 submetidos), cerca de 80% estão ou são vinculados às áreas rurais, seja do interior do Brasil ou na região costeira, o que traduz a importância atual deste tipo de atividade hoje no Brasil (Bursztyn, Sansolo 2008).

Alguns resultados sobre a prática do turismo comunitário são assinalados em todas as macro-regiões do país. Existe um trabalho que vem sendo realizado por pesquisadores do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da linha de pesquisa em “Turismo e desenvolvimento social” trata-se de um mapeamento do turismo comunitário nacional. O trabalho, ainda em andamento, busca apresentar os resultados preliminares da pesquisa realizada em maio de 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Este evento reuniu em Fortaleza (CE) cerca de 500 participantes e na ocasião, foram aplicados 25 questionários aos representantes de iniciativas de turismo de base comunitária. Estes questionários foram formulados tendo como referência a metodologia para análise de casos de turismo de base comunitária da Rede de Turismo Sustentável Comunitário para a América Latina (RedTurs), desenvolvida com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005). Os resultados parciais dessa pesquisa podem ser vistos em anexo nesse trabalho.

2.7 Redes de Turismo Comunitário: características e experiências

O turismo comunitário apresenta-se como uma alternativa de reconstrução do patrimônio cultural e de intercâmbio entre anfitriões e visitantes. Nesse processo comunitário de “recepção” e interação, ainda podem participar ONG’s que apóiam e fomentam iniciativas locais e empreendimentos ligados aos setores público e privado. Toda a ligação existente entre esses diversos atores formam uma grande rede de conexões e contatos. As redes de turismo comunitário buscam o fortalecimento das atividades comunitárias, fomentando a troca de experiências e a cooperação, o compartilhamento de saberes e a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios. A necessidade de troca de conhecimento e experiências entre os organizadores comunitários envolvidos nas atividades turísticas permitiu reconhecer a importância de se trabalhar de forma integrada, valorizando do saber alheio empreendido em ações comunitárias. Muitas comunidades receptoras verificam que as atividades do turismo comunitário podem ser desenvolvidas como reflexo das atividades tradicionais já realizadas de forma coletiva e solidária e cada vez mais se organizam em redes de cooperação mais eficientes e cientes do processo de produção, que primam pela valorização do recurso humano, o incentivo dos processos de aprendizagem contínuo e a gestão sustentável dos recursos. Essas redes constroem-se para assegurar às organizações de trabalhadores comunitários, a redução do déficit de trabalho e contribuir com o intercâmbio de experiências e à participação destes atores no debate de questões prioritárias, incentivando processos de aprendizagem coletiva e elaboração de agendas de trabalho conjuntas. Nesse sentido, é necessário incentivar os processos associativos que articulam eficientemente a oferta de serviços, propiciando o uso sustentável do patrimônio comunitário. Depois é preciso fortalecer sua capacidade de auto-gestão, tanto no âmbito empresarial como no organizacional, qualificando recursos humanos de uma nova geração. Para Mance:

Sob o paradigma em que inscrevemos nossa reflexão, a palavra consistir indica a necessidade de relações - conexões e fluxos - entre sujeitos diversos para que eles possam permanecer em sua própria condição de distinção, integrados aos demais em processos de constante devir. Assim podemos dizer que uma rede somente pode existir (no sentido do emprego habitual desta palavra) quando sujeitos diferentes se apóiam reciprocamente, mantendo relações de autonomia e complementaridade. Sem a manutenção criativa dessas relações, através de diversos fluxos, não há rede. A agregação de diversas redes em redes maiores, mantendo as diversidades, engendra novos fluxos desencadeando sinergias que, ao mesmo tempo em que podem fortalecer a todos, permitem a emergência de novas qualidades coletivas que não podem ser localizadas nas partes que compõem o conjunto (MANCÉ, 2006, p. 44)

A nova geração de redes que começa a surgir baseada nessa idéia de colaboração solidária, carrega consigo características de inúmeras práticas solidárias bem sucedidas de diversas redes específicas anteriormente organizadas. Partindo-se dessas práticas e compreendendo-as desde o paradigma da complexidade, pode-se organizar estratégias de colaboração solidária com a capacidade de expandir novas relações sociais de produção e consumo, difundindo uma nova compreensão de sociedade, em que o ser humano, considerado em suas múltiplas dimensões, pode dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informativas para realizar eticamente a sua singularidade, desejando e promovendo a liberdade dos demais.

As redes de turismo comunitário são organizadas por comunidades rurais que buscam compartilhar uma visão de desenvolvimento do turismo sustentável. Procuram conciliar os objetivos de eficiência econômica e princípios de equidade social, identidade cultural e preservação dos recursos naturais.

As redes de turismo comunitário possuem objetivos comuns, entre eles destacam-se:

- Promover oportunidades de negócios nas comunidades;
- Erradicar a extrema pobreza;
- Promoção da igualdade de gênero e;
- Assegurar a sustentabilidade ambiental.

Além disso, as redes buscam apoiar o processo de fortalecimento e desenvolvimento de redes de turismo de base comunitária a nível local, nacional e regional, valorizar a cultura tradicional e reforçar a coesão social. As pessoas envolvidas nas redes de articulação comunitária para a gestão do turismo, incentivam o diálogo social e parcerias entre as organizações comunitárias, empresas privadas, ONGs, universidades e órgãos públicos. A rede também oferece assistência técnica e apoio institucional para facilitar o acesso das pequenas empresas rurais aos serviços de desenvolvimento de negócios e novos mercados.

As redes de turismo comunitário funcionam com projetos nas áreas de planejamento; comunicação e promoção; pesquisa; formação de agentes e intermediação de fomento público. Algumas redes de turismo comunitário, trabalham com a criação de indicadores de turismo comunitário, como é o caso da Rede Brasileira de Turismo Comunitário.

No Brasil, muitas comunidades fazem parte dessa Rede de Turismo Comunitário, destacando-se alguns movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONGs, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento. Nesse

sentido, as redes de turismo, nascem da percepção de que não é suficiente apenas fazer a crítica ao modelo de turismo convencional, gerador de segregação sócio-espacial, de concentração de renda e de problemas sócio-ambientais. Em contraposição, as redes de turismo comunitário, constituem-se em um momento de união e solidariedade coletiva em prol do desenvolvimento. As redes de turismo comunitário, em especial no Ceará, são estabelecidas para garantir um canal alternativo de complementação de renda para a população local. A seguir serão mencionados exemplos de redes de turismo comunitário na América Latina, no Brasil e no Ceará.

2.7.1 REDTURS: Fortalecendo as redes do turismo comunitário

Em resposta às aspirações manifestadas por diversas organizações comunitárias, a OIT promoveu a criação da “Rede de Turismo Sustentável²⁵” (REDTURS), cujo propósito é acompanhá-las nos processos de pensamento, encontrar soluções e aplicação de estratégias que lhes permitam aprimorar seus saberes tradicionais, potencializando seus pontos fortes e superando suas carências. A Redturs é caracterizada conforme definição abaixo:

[...] una red de comunidades campesinas e indígenas, instituciones de apoyo y recursos humanos que compartimos una visión sobre el desarrollo sostenible del turismo. Buscamos compatibilizar los objetivos de eficiencia económica con los principios de equidad social, identidad cultural y preservación de los recursos naturales. El principal objetivo de REDTURS es El fomento de oportunidades de negocios de las comunidades de América Latina, para mejorar sus condiciones de vida y de trabajo. Aspiramos así a contribuir a la consecución de tres Objetivos de Desarrollo del Milenio: erradicar la pobreza extrema, promover La igualdad entre los géneros y garantizar La sostenibilidad del medio ambiente. Nuestra principal misión es apoyar a los procesos de fortalecimiento y desarrollo de las redes de turismo comunitario a nivel local, nacional y regional, con el fin de diversificar sus fuentes de empleo e ingreso, valorar su cultura y afianzar la cohesión social. Para responder a estos retos, REDTURS fomenta el diálogo social y alianzas fructíferas entre organizaciones comunitarias, empresas privadas, ONGs, universidades, entidades públicas y agencias de cooperación. La Red, además, provee asistencia técnica y respaldo institucional para facilitar el acceso de los pequeños negocios

25 FEDERAÇÕES NACIONAIS E PARCERIAS LOCAIS DE TURISMO COMUNITÁRIO PARTICIPANTES NOS ENCONTROS REGIONAIS REDTURS: 2007-2008: 1. RITA: Rede Indígena de Turismo do México. 2. SENDA SUR: Rede de Turismo de Chiapas Ecotours e Etnias, México. 3. FENATUCGUA: Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala. 4. A Rota Moskitia: Rede de comunidades, Honduras. 5. MUTU: Rede de Turismo Mulheres Garífunas, Honduras. 6. RENTURAL: Rede Nicaraguense de Turismo Rural. 7. ACTUAR: Associação Costarricense de Turismo Rural Comunitário. 8. COOPRENA: Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional, Costa Rica. 9. Congreso KUNA: Secretaria de Turismo, Panamá. 10. KAÍ ECOTRAVEL: Operadora Turística Comunitária, Colômbia. 11. ASOPRES: Associação de Prestadores de Serviços Turísticos, Calima, Colômbia. 12. Runa Tupari: Rede Provincial de Imbabura, Equador. 13. FEPTCE: Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do Equador. 14. REDTURC-Titikaka: Rede Comunitária, Puno, Peru. 15. Capachica: Rede comunitária de Capachica, Peru. 16. TUSOCO: Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário. 17. TURISOL: Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário. 18. ONPIA: Organização Nacional de Povos Indígenas da Argentina. 19. Turismo Campesino: Rede dos Vales Calchaquíes, Salta, Argentina. 20. Huella Gaucha: Rede Provincial de Turismo Rural de base comunitária, Jujuy, Argentina. 21. Mapu Lahual: Rede de Parques Comunitários, Chile.

rurales a servicios de desarrollo empresarial y a nuevos mercados (REDTURS, 2010).

Alguns resultados foram alcançados pela Rede:

En cumplimiento con su mandato y gracias a la cooperación con las federaciones nacionales de turismo comunitario, ONGs, universidades, entidades públicas, tour operadores y proyectos de cooperación de OIT, REDTURS ha concretado los siguientes resultados: Un marco conceptual y estratégico para el turismo comunitario, con miras a incorporarlo en las políticas públicas y en la agenda del sector privado de los países de la región; Producción, recopilación y difusión de información relacionada con los destinos turísticos comunitarios: perfil de La oferta en América Latina; inventarios a escala nacional (10) y análisis de mejores prácticas (23 en total); Encuentros regionales y nacionales para compartir experiencias y enseñanzas, y elaborar propuestas de políticas a nivel local, nacional y regional; Promoción y mercadeo de 200 destinos comunitarios a través del “Portal de las Culturas Vivas”; Acceso a información sobre mercados y apoyo a la suscripción de acuerdos comerciales entre comunidades, PyMES, cooperativas, asociaciones turísticas y tour operadores solidarios de Europa; Un “Manual de Negocios Turísticos para Comunidades” (NETCOM), destinado a capacitar recursos humanos en planes de negocios, gestión sostenible Del turismo y equidad de género (REDTURS, 2010).

Sob esta perspectiva, seis encontros consultivos regionais (entre 2001 e 2008) foram organizados, com apoio dos respectivos governos anfitriões, com participação de mais de 20 organizações, de 13 países. A Declaração de Otavalo (2001) estabeleceu os princípios fundamentais e as linhas estratégicas de ação da RETURS, enquanto a Declaração de San José²⁶ (2003) se deu pela auto-gestão e o papel das comunidades no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades turísticas em seus territórios. Um programa de ação de cinco anos foi delineado, e vem sendo aplicado até os dias de hoje. Desde então, vem sendo discutido na América latina questões como a criação de uma marca coletiva do turismo comunitário para colocá-la no mercado, diretrizes de códigos de conduta para que as comunidades pudessem elaborar seus próprios regulamentos e desenvolver destinos turísticos sustentáveis, delineamento de uma agenda para o desenvolvimento turístico participativo; ação e participação de conglomerados turísticos comunitários bem-sucedidos, sistematização do modelo e lições aprendidas e a qualidade e sustentabilidade no turismo comunitário.

26 Os documentos resultantes destes eventos consultivos regionais encontram-se no www.redturs.org

2.7.2 A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL

Com o objetivo de incentivar a reflexão sobre os efeitos do turismo e de consolidar os empreendimentos de turismo solidário já existentes no Brasil, em 2003 nasce, informalmente, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TuriSol. A rede se caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente. A Rede é composta por organizações que se uniram com a missão de fortalecer o turismo comunitário no Brasil. A rede é composta por 13 projetos, presentes em 8 estados do Brasil e 61 municípios. As principais linhas de atuação da Turisol são:

1. Formação e Capacitação:

Envolve a realização dos Encontros de Formação, Encontro Nacional e participação em eventos nacionais e internacionais sobre Turismo Comunitário

2. Produção de Conhecimento:

Envolve a produção de materiais didáticos sobre os temas trabalhados nos encontros de formação e sobre metodologias de sucesso testadas e implantadas pelos membros da rede. Publicações e vídeos são os produtos dessa linha.

3. Impactos em Políticas Públicas:

Envolve o diálogo com os Ministérios e Secretarias, reuniões, sugestões, elaboração de editais, participação em rede em editais, para o fortalecimento do Turismo Comunitário e a criação de políticas, programas e ações governamentais por um turismo justo.

4. Promoção e Comercialização:

Envolve o fortalecimento dos destinos da rede por meio da criação de produtos promocionais e estratégias de comercialização conjuntas do turismo comunitário.

Indicadores para o Turismo Comunitário

A Turisol desenvolveu um conjunto de indicadores comuns para a rede consolidar semestralmente / anualmente os resultados principais dos membros e criar mecanismos de acompanhamento e melhoria da qualidade nos roteiros de turismo comunitário:

1. Protagonismo da comunidade na gestão do turismo comunitário: a comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos e participar ativamente da gestão dos mesmos, como autores do processo de gestão do turismo na localidade.
2. Conteúdo dos roteiros: as viagens devem proporcionar aprendizado ao participante sobre temáticas da comunidade tais como modo de vida, projetos de mobilização social, cultura, meio ambiente, saúde, educação, economia solidária, e não apenas oferecer infra-estrutura turística.
3. Organização: capacidade da comunidade de receber os visitantes. Inclui infra-estrutura de hospedagem e alimentação, logística de acesso e transportes, informação disponível ao visitante, equipe para condução dos grupos, capacitações e aperfeiçoamento dos roteiros, materiais disponíveis sobre o roteiro.
4. Segurança: que medidas de segurança são tomadas para quais riscos presentes nos roteiros (trilhas, navegação, travessia de rios, trajetos rodoviários, precauções contra picadas de animais, entre outros)

2.7.3 Instituto Terramar

O Instituto Terramar é responsável pela coordenação dos projetos da Rede Tucum. Trata-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua na Zona Costeira do Ceará, visando o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará. O Terramar realiza suas ações a partir de uma leitura crítica da realidade, o que permite o mapeamento das questões prioritárias e a definição de onde e quais ações vão ser concretizadas. Tais escolhas levam em conta o reconhecimento da autonomia das comunidades onde se pretende atuar e a coerência com o projeto político da instituição, considerando o diálogo, e a constituição de alianças com outros sujeitos políticos comprometidos com a construção da justiça socioambiental na Zona Costeira do Ceará.

Dentre as diversas estratégias metodológicas de trabalho cotidiano, destacam-se: a troca de experiências e saberes, a arte-educação, a construção coletiva de conhecimento, a elaboração de material didático e audiovisual, a sistematização de experiências e o apoio ao desenvolvimento institucional das organizações comunitárias. As escolhas políticas e a definição dos princípios metodológicos e institucionais, consideram que a construção da justiça socioambiental só é possível a partir da garantia da igualdade entre homens e mulheres, do combate ao racismo e ao etnocentrismo e à todas as outras formas de

discriminação. Nesse sentido, o Instituto busca incorporar ao pensamento e ação as dimensões de gênero, raça e classe.

2.7.4 Instituto Entre Mares

O Instituto Entre Mares representa outra iniciativa de estudo e pesquisa sobre as redes de turismo comunitário. O Instituto busca dar visibilidade a algumas experiências do Turismo Comunitário no Brasil a partir de manifestações culturais e compartilhar a diversidade de projetos e seus promotores. A proposta visa divulgar alguns dos lugares e projetos que apresentam características e expressões da cultura tradicional espalhadas por regiões do País.

Esta iniciativa tem por objetivo divulgar o Turismo Comunitário no Brasil, contribuir com a pesquisa científica na área de hospitalidade, sociologia, e antropologia a partir da reunião de documentos, entrevistas e dados. O Instituto Entre Mares também objetiva promover uma rede de comunicação entre as comunidades que desenvolvem o Turismo Comunitário no Brasil e a partir disso estabelecer a troca de conhecimentos e habilidades.

2.7.5 Acolhida na Colônia

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia foi inspirada na rede de agroturismo *Accueil Paysan*, que existe na França desde os anos 80. Sua criação é um exemplo de rede de turismo comunitário no Brasil.

No Brasil, a experiência piloto iniciou-se no território das Encostas da Serra Geral, localizado entre o litoral e o planalto de Santa Catarina. Sua história como promotora de qualidade de vida e alternativa de renda no meio rural é marcada por diversos prêmios, dentre eles: Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM/ONU – 2005), Destaque em Turismo Rural IPEQ (2006) e Projeto Generosidade da Editora Globo (2008).

Em 2007, a Acolhida na Colônia foi destacada como destino referência em turismo rural, de acordo com o Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Atualmente, a entidade atua em cerca de 30 municípios catarinenses, envolvendo aproximadamente 180 propriedades rurais familiares, numa rede de desenvolvimento comunitário, solidário e sustentável.

Trata-se de uma associação de agricultores integrada que tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico. Seguindo essa proposta, agricultores familiares de Santa Catarina abrem a casa para o convívio do dia-a-dia com

visitantes. O objetivo é compartilhar histórias e cultura. São oferecidas hospedagens simples e aconchegantes com direito a conversas na beira do fogão a lenha, a tradicional fartura de nossas mesas e passeios pelo campo.

A organização ciente da responsabilidade para com a natureza pratica e promove a agricultura orgânica como base do nosso trabalho, garantindo com isso uma alimentação saudável para as famílias e para o visitante.

A “Acolhida” oferece pacotes com passeios pela natureza, caminhadas e trilhas em bicicleta.

Princípios

- o agroturismo é parte integrante do estabelecimento rural e se constitui num fator de desenvolvimento local;
- os agricultores desejam compartilhar com os turistas o ambiente onde vivem, sendo que a recepção e convívio dos mesmos deve ocorrer num clima de troca de experiência e respeito mútuo;
- o agroturismo deve praticar preços acessíveis;
- os serviços agroturísticos são planejados e organizados pelos agricultores familiares, que garantem a qualidade dos produtos e serviços que oferecem.

2.7.6 A Rede Cearense de Turismo Comunitário- TUCUM

A Rede Tucum – Rede cearense de turismo comunitário, objeto de estudo desse trabalho, é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará, voltado à sustentabilidade sócio-ambiental. A Rede oferece um produto projetado para a interação entre povos e culturas, atento a proteger e valorizar territórios economicamente integrados às atividades tradicionais. A Tucum é formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense e conta com a participação de doze comunidades, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de três ong's que fazem o apoio institucional à rede - Instituto Terramar, Associação Tremembé e Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde. Neste sentido, a Tucum estrutura estratégias e parcerias que permitem avançar em pontos importantes para o desenvolvimento do turismo comunitário.

A Rede trabalha em processos de formação para o empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o

desenvolvimento do turismo; promove a melhoria das infra-estruturas turísticas e das infra-estruturas básicas; constrói estratégias de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários; faz parcerias com organizadores e operadores de viagens e a comercialização do turismo comunitário e solidário e promove a articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior. Embora desenvolva todas essas ações, a Rede Tucum tem dois grandes objetivos - promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura; e oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de intercâmbio com estas localidades e as populações que nelas vivem.

A partir da formação de redes de turismo comunitário é muito comum verificar como consequência, o surgimento de arranjos socioprodutivo de base comunitária - APL.Com (Sampaio, 2005), que contribui para complexificar a problemática que trata de redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias, socioempreendedorismo compartilhado ou, mesmo, individual, prescindindo de responsabilidade socioambiental, articuladas em arranjos institucionais, e que se reconhecem como território e que valorizam o conhecimento tradicional-comunitário, caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas. O APL.Com potencializa turismo comunitário, que é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida. Estas práticas estão organizadas como experiências coletivas, nas quais os membros comungam a expectativa de melhoria na qualidade de vida, autonomia, reconhecimento como ser humano. podem aparecer sob a forma de grupos de produção, cooperativas e associações, clubes de trocas, bancos comunitários, banco do povo, empresas autogestionárias e organizações populares rurais e urbanas. (Sampaio, 2005).

Tem-se como desafio transpor as barreiras da racionalidade econômica meramente utilitarista e incorporar os aspectos ecológicos, econômicos e sociais quando se pensar no desenvolvimento de uma comunidade. Sampaio (2008, p. 48-49) adota o termo Arranjo Socioprodutivo, pois “designa ampliação do contexto das relações produtivas, perpassando pela perspectiva da economia e adentrando na perspectiva da ciência política, administração pública (compreendendo o terceiro setor como sendo de natureza pública) e das ciências

ambientais”. Salienta-se, portanto, a principal diferença entre arranjo produtivo e arranjo socioprodutivo: a sustentabilidade como princípio qualificador de governança, isto é, as idéias de sustentabilidade política e sustentabilidade administrativa. Nas palavras do autor:

Arranjo socioprodutivo de base comunitária é um micro-empresendimento compartilhado (articulado), no qual se supera a competitividade utilitarista econômica, incorporando a idéia de racionalidade coletiva, além do individualismo, estabelecendo uma relação que se pode chamar de rede horizontal de cooperação, entre pequenos produtores rurais e costeiros (típicas de comunidades tradicionais), micro-empresendimentos urbanos, consumidores conscientizados, associados ou individualizados, instâncias governamentais e sociedade civil organizada (ARAÚJO; SAMPAIO; SOUZA, 2004, p. 36).

Assim, quando se trata de APL.Com, privilegiam-se pequenos negócios, individuais ou associativos, de grupos organizados ou quase organizados/articulados, chamados de empresendimentos compartilhados, que buscam preservar as características comunitárias e, ainda, aumentar suas possibilidades de sobrevivência na economia de mercado.

3. RESULTADOS DA PESQUISA: A REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO

O estudo apresentado é resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. O trabalho foi realizado sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles, no período de março de 2009 até a presente data, enquadrando-se na linha de pesquisa “Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo”. A pesquisa, intitulada “Redes solidárias de turismo comunitário” tem por objetivo, propor uma reflexão sobre a constituição de redes solidárias, estabelecidas a partir de um sistema de cooperação integrado, representado por atividades do turismo comunitário na costa leste do estado do Ceará e verificar sua relação com o sistema da dádiva na sociedade moderna. A pesquisa utiliza a Rede Tucum – Rede cearense de turismo comunitário como objeto de estudo. A rede Tucum está estabelecida na costa cearense e é constituída por doze comunidades, que por meio da autogestão e com base nos princípios da economia solidária, trabalham para oferecer produtos e serviços turísticos, planejados a partir de atividades que têm contato direto com a cultura local. O estudo é desenvolvido tendo como referencial teórico, o sistema do dom, modelo de trocas sociais, sugerido por Marcel Mauss (1974), e também a partir das reflexões de Paulo Henrique Martins, que vislumbra o mecanismo da dádiva nas sociedades modernas.

A pesquisa preocupa-se em observar os vínculos sociais estabelecidos por manifestações da dádiva, com exemplos sugeridos pelas redes de colaboração solidária. O comportamento social solidário é alvo de análise a partir do momento que os vínculos e alianças são constituídos como alternativas de aproximação em resposta à essência utilitarista. Nesse sentido, a pesquisa aqui descrita, apóia-se em representações de relações de trabalho solidário como forma de análise do comportamento social e pressupõe o estabelecimento de vínculos em uma rede comunitária de cooperação. Nessa perspectiva, serão apresentadas características do trabalho em atividades de turismo comunitário, tema que inspirou o estudo – com objetivo de analisar as redes solidárias de atuação, que utilizam os princípios da economia solidária para o desenvolvimento das tarefas. Como ponto central da pesquisa, observa-se as relações estabelecidas a partir de trocas mútuas de cooperação no trabalho em rede.

3.1 Metodologia de Pesquisa

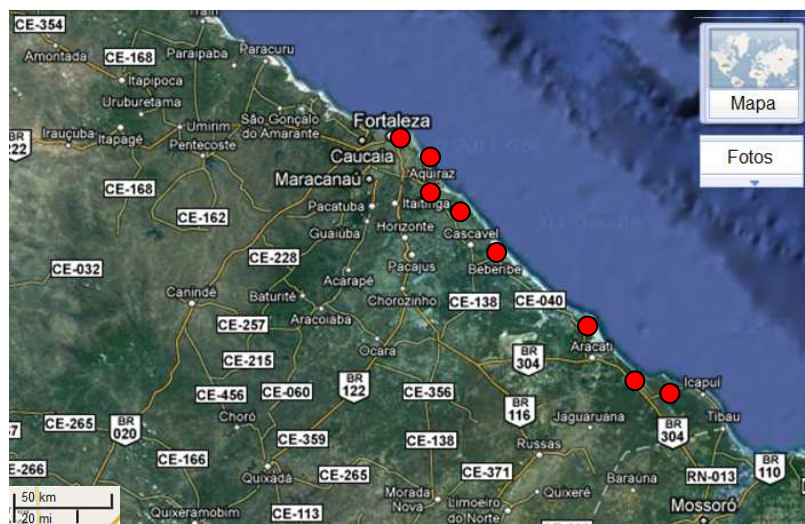
O estudo tem como objetivo central verificar a constituição de redes solidárias estabelecidas a partir de um sistema de cooperação integrado, realizado nas comunidades localizadas na costa leste do Estado do Ceará. Trabalha-se com foco na problemática sobre como são estabelecidas as redes de turismo comunitário solidário e como se dá a formação de vínculos sociais entre os envolvidos nas atividades comunitárias na costa cearense. Algumas hipóteses foram levantadas com base em estudos preliminares, como por exemplo: as atividades relacionadas ao turismo de base comunitária favorecem a formação de vínculos comunitários a partir da troca de experiências e saberes tradicionais; o trabalho comunitário é organizado em projetos coletivos e baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais; a gestão fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza em prol da sustentabilidade sócio-ambiental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, a qual analisa a Rede Tucum, como estudo de caso. Os dados coletados foram analisados utilizando o método de análise de conteúdo e por isso, foram agrupados em categorias temáticas, a saber: **1ª - Turismo Comunitário**, com subcategoria: “O turismo comunitário na costa cearense”; **2ª - Redes de Turismo Comunitário**, com subcategoria: “Participação das Organizações Sociais em projetos comunitários”; **3ª - Organização Social do Trabalho Comunitário**, com subcategorias: “Organização do trabalho e desenvolvimento local”, “Economia Solidária” e “Cooperação e articulação solidária”; **4ª - Representação de vínculos por colaboração solidária**, com subcategorias: “A dádiva nas relações pessoais – cooperação e reciprocidade”, “Fluxos e trocas não monetárias”, “Voluntariado”, “Alianças e laços sociais”, “Relações entre a comunidade e seus visitantes” e “Redes de solidariedade”.

A pesquisa de campo foi realizada em oito de um total de doze comunidades que integram a Rede Tucum, no mês de janeiro de 2010 e dezembro de 2011, após alguns meses de negociações com os organizadores, que nos deram apoio e autorização prévia para que a pesquisa pudesse ser realizada. Foram realizadas entrevistas formais (utilizando instrumento de pesquisa semi-estruturado) e informais, com moradores das comunidades caiçaras da costa, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais envolvidas com a Rede que serviram como unidades de análise, além de documentos analisados em museus, centros culturais e bibliotecas. Durante a pesquisa de campo, foram percorridos 215 km pela costa leste do estado do Ceará para a obtenção de registros e depoimentos de comunidades

envolvidas na Rede. Em cada uma das comunidades, a permanência no território se deu em instalações comunitárias com hospedagem domiciliar, o que permitiu participar do cotidiano destas comunidades e apurar informações e dados sobre a rotina de trabalho e lazer desses grupos comunitários. As comunidades visitadas foram: Alojamento Frei Humberto (MST), Associação Mulheres em Movimento, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Tremembé. A análise de campo buscou estruturar-se com base nos objetivos específicos da pesquisa, a saber: verificar como são estabelecidos e mantidos os vínculos sociais entre os envolvidos nas atividades do turismo comunitário na região estudada; verificar como ocorre a organização do trabalho comunitário para o estabelecimento de redes de cooperação. A seguir serão apresentadas informações sobre a Rede Tucum e logo na sequência serão expostas as reflexões sobre o estudo, divididas em cada área temática.

3.2 Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário

A Rede Cearense de Turismo Comunitário, ou simplesmente Rede Tucum, é um projeto pioneiro de turismo comunitário voltado para a construção de uma relação de equilíbrio entre sociedade, cultura e natureza. Conta com a participação de doze comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza e três ONGs que fazem o apoio institucional à rede – o Instituto Terramar, a Associação Tremembé e a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde. As comunidades participantes são: Alojamento Frei Humberto do MST (Fortaleza), Associação Mulheres em Movimento no Conjunto Palmeiras (Fortaleza), Batoque (Aquiraz), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí), Tatajuba (Camocim), Curral Velho (Acarau), Caetanos de Cima (Amontada) e Flecheiras (Trairí) (Tucum, 2010).



Quadro 1: Mapa da costa cearense: comunidades da Rede TUCUM.
Fonte: Maps, Google - Escala: 50 km/ 20 mi

A região oferece contato direto com dunas móveis e fixas, manguezais, lagoas, falésias, fontes de água doce e mares. Passeios de jangada, catamarã, carros de boi ou *buggy*, trilhas e caminhadas ecológicas e banhos de mar são algumas das possibilidades de interação com o meio ambiente. Há também possibilidades de contato direto com a realidade local por meio de trilhas culturais, como casas de farinha comunitárias, passeios com carro de boi, rodas de contação de histórias, danças tradicionais (como o Toré e a dança do coco) e a pesca artesanal. O visitante pode desfrutar ainda da gastronomia típica, da estadia em pousadas familiares ou de caráter comunitário e de serviços turísticos complementares, como traslados e condutores locais capacitados, entre outros.

As comunidades são acolhedoras e têm prazer em compartilhar momentos da sua vida cotidiana, buscando uma nova e diferente forma de se relacionar entre si e com o ambiente. A gestão do turismo é tratada em âmbito comunitário, por intermédio de associações de moradores ou outra forma de organização coletiva, sempre norteados pela lógica da economia solidária. Juntas, essas comunidades se fortalecem, fomentando a troca de experiências e a cooperação, compartilhando saberes e a construindo estratégias coletivas de superação dos desafios enfrentados pela zona costeira. Algumas comunidades situadas no Litoral Leste do Ceará já estavam vivendo experiências localizadas de turismo comunitário como estratégia de resistência. Passados alguns anos, iniciaram a experiência de integrar roteiros entre si. Em 2006, as discussões se intensificam no sentido da criação de uma rede mais ampla, envolvendo outras comunidades e que fosse capaz de dar maior visibilidade a esta proposta

coletiva. Vários debates se sucederam até a formação de estratégias e princípios que compõem a identidade da Rede Tucum, que afinal foi lançada em maio de 2008.

Desde então, as comunidades vêm se estruturando e participando de vários cursos de formação. A Rede Tucum constrói troca de experiências e saberes entre si e com outras realidades brasileiras e internacionais; define estratégias de rede e de parcerias para desenvolver a atividade turística comunitária e projetos dentro do conceito da economia solidária; promove estratégias de marketing e dos produtos de turismo comunitário e solidário; desenvolve habilidades e competências direcionadas para a gestão e o planejamento turísticos locais; e exerce incidência sobre políticas públicas de infra-estrutura básica e de turismo. Para o mercado nacional e internacional, oferece um produto turístico de qualidade, projetado para a interação entre povos e culturas, atento a proteger e valorizar culturas e territórios, economicamente integrados às atividades tradicionais e com a finalidade de produzir recorrentes benefícios à toda a comunidade (Tucum, 2010).

Participar de viagens por comunidades da Rede Tucum possibilita a convivência com pescadores, marisqueiras, indígenas e agricultores. Suas formas de trabalho e cultura são um forte atrativo turístico, assim como, suas praias, dunas, lagoas e mangues. Em cada um destes destinos, a música, a dança e as manifestações populares estão entre os traços marcantes da comunidade e contribuem, junto a organização comunitária, para o fortalecimento da sua cultura e defesa do seu território. Neste sentido, a Tucum está estruturando estratégias e parcerias que permitam avançar em pontos importantes para o desenvolvimento do turismo comunitário:

- Processos de formação e capacitação na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;
- Melhoria das infra-estruturas turísticas;
- Melhoria das Infra-estruturas básicas;
- Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
- Relação com os organizadores e operadores de viagens e a comercialização do turismo comunitário e solidário;
- Articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário (Tucum, 2010).

Ao aderir a essa prática, na qual predomina a atitude ética e solidária entre as populações locais e os visitantes, o turista partilha de uma nova forma de turismo, e contribui com a valorização das identidades locais e da produção cultural.

A Rede Tucum tem dois grandes objetivos: garantir às populações tradicionais locais a permanência em seu território por meio da promoção da oferta turística (há décadas existe um acentuado processo de expulsão das populações costeiras) e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura; e oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de intercâmbio e contato com a cultura popular caiçara.

Vivenciar experiências pela Rede Tucum pode ser uma experiência autêntica de viagem, conhecimento e troca. Os princípios e diretrizes estabelecidos pela Rede Tucum, que servem para guiar a conduta comunitária são: atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar; o turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais; o planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local; o turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes; o turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade; o turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais; o turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si; o turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócio-ambiental (Tucum, 2010).

3.3 As Comunidades

Jenipapo-Kanindé

Jenipapo-Kanindé, localiza-se no litoral leste, no município de Aquiraz, há 50 km de Fortaleza. A comunidade é uma das nove etnias indígenas reconhecidas no Ceará, vive às margens da Lagoa da Encantada, em meio a um grande campo de dunas. Sua renda básica é proveniente da agricultura familiar, da pesca na Lagoa e da produção de

artesanato. Aos poucos, o turismo comunitário vai ganhando importância econômica entre os moradores, já preparados para realizar trilhas na mata e oferecer refeições aos visitantes em uma palhoça de gestão coletiva - o Cantinho do Jenipapo.

Sempre que possível, os grupos são recepcionados pela Cacique Pequena, que abençoa a partida para as trilhas. Entre elas, a do Morro do Urubu merece atenção especial por proporcionar uma vista panorâmica de toda a terra indígena.



*Quadro 2: Oficinas recreativas com grupos de turistas e trabalhador da comunidade de Jenipapo Canindé
Fonte: Rede TUCUM*

Batoque

Batoque localiza-se no litoral leste, no município de Aquiraz, há 55 km de Fortaleza. Esse território foi a primeira Reserva Extrativista do Ceará (RESEX), que se caracteriza pelas práticas ecológicas de uso e exploração que a população local estabelece com a terra, a lagoa e o mar. Nessa comunidade 320 famílias vivem na beira do mar, provedor de sua principal fonte de renda - a pesca. A história de organização comunitária, a luta contra os especuladores imobiliários e a conquista do direito ao seu território é transmitida através das gerações. Passear pela lagoa, experimentar as batatas de cultivo coletivo e almoçar nas barracas na beira da praia ou da lagoa são as principais marcas desta comunidade que possui uma pousada comunitária para acolher os visitantes que se encantarem pelo lugar.



*Quadro 3: Grupo de turistas e moradores de Batoque em preparação para passeio de jangada
Fonte: Rede TUCUM*

Prainha do Canto Verde

A comunidade possui destaque internacional devido a luta pela terra e projetos de turismo comunitário no litoral cearense. Depois de mais de trinta anos de luta, a população local conseguiu criar uma cooperativa de turismo comunitário, através da qual os visitantes podem acessar os atrativos naturais nos modos e percursos sustentáveis. Prainha do Canto Verde é um verdadeiro exemplo de integração entre o turismo e atividades tradicionais, como a pesca, o trabalho no campo e o artesanato, produzido pela maior parte das mulheres e dos jovens. Entre tantos passeios existentes, é possível navegar num catamarã a vela ou nas jangadas, típicas embarcações de pescadores.



Quadro 4: Hospedagem domiciliar, oficina de projetos para crianças da comunidade e pescadores em Prainha do Canto Verde

Fonte: Rede TUCUM



Quadro 5: Instalações comunitárias para turistas e moradora da Prainha do Canto Verde fazendo goma

Fonte: Rede TUCUM

Assentamento Coqueirinho

O Assentamento Coqueirinho localiza-se no litoral leste, no município de Fortim, há 135km de Fortaleza. Ainda na década de 90, os atuais moradores do Assentamento conquistaram o direito de morar e produzir neste lugar outrora tão castigado pela criação de cavalos. Neste percurso, descobriram novas maneiras de cultivar a terra. Hoje, desenvolvem cultivos de hortas orgânicas, sistemas agro-florestais, apiário e banco de sementes, além de

serem importantes articuladores da Bodega - Nordeste Vivo e Solidário (rede de socioeconomia solidária de produtores rurais). Desde o início dos anos 2000, recebem turistas solidários de projetos em áreas vizinhas. Em 2004, são construídos os primeiros chalés e esta atividade passa a ter mais importância na comunidade. Contato com a vida simples do campo e com a gente batalhadora que reside ali são os atrativos principais de Coqueirinho. A relação entre visitantes e moradores é reforçada com o passeio de charrete puxada a boi ou em caminhadas pelo assentamento, conhecendo a mata preservada, os lugares de cultivo agrícola e de criação de animais. Como não poderia ser diferente, a culinária regional é um atrativo à parte. As refeições são preparadas com os produtos orgânicos que são produzidos pela comunidade local. Além disso, a comunidade possui um grupo teatral que se apresenta em espetáculos de teatro ou dança folclórica, o que promove uma integração maior com os costumes e as pessoas do lugar.



Quadro 6: Instalações comunitárias para turistas, oficina de meio ambiente e contato com as atividades da vida local na comunidade de Coqueirinho
 Fonte: Rede TUCUM



Quadro 7: Passeio turístico às instalações da comunidade, oficina de agricultura familiar e almoço com reaproveitamento de talos e cascas de alimentos na comunidade de Coqueirinho
 Fonte: Rede TUCUM

Ponta Grossa

A comunidade de Ponta Grossa localiza-se no litoral leste, no município de Icapuí, há 190km de Fortaleza. Os 200 moradores de Ponta Grossa ocupam uma área que se estende entre um corredor de falésias de areia colorida. O direito de permanecer nesta terra foi conquistado ainda nos anos 90 e a venda de propriedades ali é terminantemente proibida. Neste pequeno vilarejo de pescadores, onde a maioria dos habitantes, descendentes de holandeses, fazem parte de uma mesma família e assinam o sobrenome Crispim. Sob as dunas da comunidade, tem se exumado um tesouro arqueológico intrigante, com peças indígenas ainda não profundamente estudadas.



*Quadro 8: Grupo teatral de jovens da comunidade de Ponta Grossa, Acomodações comunitárias para turistas e passeio com turistas pelas dunas da comunidade
Fonte: Rede TUCUM*

Tremembé

No extremo leste do litoral cearense, no município de Icapuí, há 215 km de Fortaleza, existe uma comunidade chamada Tremembé. Como na maioria das comunidades tradicionais da costa do nordeste, os maiores problemas enfrentados por esta comunidade são a pesca predatória e a especulação imobiliária. A Pousada Tremembé, uma iniciativa da Associação Tremembé - Itália, foi criada para apoiar projetos de desenvolvimento alternativo na região e fortalecer a organização da comunidade. A pousada é gerenciada pela Caiçara, uma associação local que, com os recursos gerados pela pousada, tem fomentado novos e significativos projetos sociais na região. A Associação Caiçara também tem a difícil tarefa de tentar envolver organicamente a comunidade que se encontra, ainda hoje, bastante sufocada pela especulação imobiliária e pela pesca predatória. Os visitantes solidários que a visitam levam boas lembranças, conhecem um pouco da vida ao redor, têm encontros de tranquilidade e compartilham da sensação de ter contribuído com iniciativas valiosas para a promoção humana.



Quadro 9: Instalações e acomodações comunitárias para turistas na pousada comunitária de Tremembé
 Fonte: Rede TUCUM



Quadro 10: Pesca artesanal na comunidade de Tremembé
 Fonte: Rede TUCUM

Curral Velho

A comunidade de Curral Velho, está localizada no município de Acaraú, há 242 km de Fortaleza. A comunidade de pescadores e marisqueiras mantêm uma estreita e respeitosa relação com a natureza em seu entorno - um exuberante manguezal e a tranquila praia de Arpoeiras. A resistência contra a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) garantiu a preservação de uma grande área de mangue, último espaço deste ecossistema não ocupado pela carcinicultura na região. O Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário “Encante do Mangue” representa esta conquista, como um lugar de acolhida, boa comida e atividades culturais da comunidade.



Quadro 11: Reuniões comunitárias, pesca artesanal e passeio com turistas na comunidade de Curral Velho
 Fonte: Rede TUCUM



Quadro 12: Instalações Comunitárias, passeio com turistas e trilhas ecológicas na comunidade de Curral Velho
 Fonte: Rede TUCUM

Alojamento Frei Humberto (MST)

O Alojamento Frei Humberto é um centro de formação e acolhida dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e dos movimentos sociais parceiros. Hospedar-se no alojamento em Fortaleza é uma possibilidade de compartilhar um pouco dos princípios e da vivência deste movimento e contribuir, direta ou indiretamente, para o seu fortalecimento. O Alojamento também dispõe de serviços de alimentação e espaço para reuniões e encontros para até 35 pessoas.



Quadro 13: Instalações Comunitárias, espaço de reuniões de representante de movimentos comunitário no Alojamento Frei Humberto
 Fonte: Rede TUCUM

Associação Mulheres em Movimento

Nascido na década de 1970, Conjunto Palmeiras está localizado ao sul de Fortaleza e possui mais de 32 mil habitantes vivendo em uma área de aproximadamente 120 hectares. Por estarem afastados dos centros de interesses comerciais e políticos da capital cearense, os moradores do Conjunto Palmeiras aprenderam a lutar por seus direitos. A organização popular trouxe além de visibilidade, a conquista de importantes direitos como água encanada, a construção de escolas públicas, posto de saúde e, entre outros, um Centro de Cidadania. Hospedar-se na associação, permite conhecer experiências bem sucedidas de sócioeconomia solidária que visam o desenvolvimento humano da comunidade, entre elas o Banco Palmas e a Cozinha Comunitária da Associação Mulheres em Movimento. O grupo de turismo está preparado para mostrar ao visitante uma Fortaleza cheia de diversidade cultural com seus pontos turísticos tradicionalmente divulgados e, também, novos espaços de trocas solidárias e participação popular.

Flecheiras

Flecheiras localiza-se no litoral oeste, no município de Trairi há 130km de Fortaleza. É a praia mais conhecida e frequentada do município de Trairi. É uma comunidade litorânea onde o turismo convencional já se apresenta bem desenvolvido. A prática da pesca artesanal, da coleta de algas e o turismo são as principais atividades econômicas. Nessa comunidade são desenvolvidas experiências de cultivo de algas marinhas, estimulando a proteção do meio ambiente. As algas são beneficiadas para servir como fonte de alimento, além de serem transformadas em produtos de artesanatos e cosméticos.



*Quadro 14: Atividades tradicionais: plantação de algas
Fonte: Rede TUCUM*



Quadro 15: Acomodações comunitárias, produtos artesanais e instalações para turistas
 Fonte: Rede TUCUM

Caetanos de Cima

Caetanos de Cima está localizada no litoral oeste, no município de Amontada, há 170 km de Fortaleza. É uma comunidade de pessoas que vivem e meio a um vasto campo de dunas e lagoas. São 46 famílias que possuem como fonte de renda a agricultura familiar e a pesca artesanal. O grau de organização comunitária e conscientização política e ambiental faz deles um exemplo de desenvolvimento local sobre bases de sustentabilidade nas diferentes atividades que praticam. A relação com a terra mostra-se como forte elemento de identidade para os moradores e sua histórica luta a favor do direito sobre seu território resultou que esta área fosse decretada assentamento de reforma agrária ainda nos anos 80, o que, infelizmente, não eliminou os conflitos de terra que persistem até hoje, atualmente com novas ameaças para implantação de equipamentos do turismo convencional. Trabalhar a memória e incentivar atividades culturais é uma das formas de resistência encontradas pela comunidade para a afirmação cultural. Nesse sentido, desde 2005, o Ponto de Cultura Abrindo Velas Pescando Culturas funciona com o apoio do Ministério da Cultura e assessoria do Instituto Terramar - o projeto fortalece a tradição musical e outras expressões artísticas já existente em Caetanos Cima a partir de uma integração com a educação escolar.



Quadro 16: Ponto de Cultura Comunitária, atividades tradicionais comunitárias
 Fonte: Rede TUCUM

Tatajuba

Tatajuba está localizada no litoral oeste, no município de Camocim, há 340 km de Fortaleza. Em meados do século passado, esta comunidade de pescadores e agricultores tiveram sua vila soterrada pelas dunas móveis. Hoje, em busca de lugares mais seguros, tiveram que ocupar diferentes espaços, configurando-se em quatro vilas: Nova Tatajuba, Vila São Francisco, Baixa da Tatajuba e Vila Nova. A comunidade possui uma histórica resistência contra a especulação imobiliária para o turismo de luxo, cuja pressão maior é resultado da sua beleza paradisíaca e proximidade de Jericoacoara. A ACOMOTA, associação de moradores que têm atuado neste meio, tem se fortalecido com diferentes projetos de desenvolvimento territorial e mais recentemente com o turismo comunitário.



Quadro 17: Atividades tradicionais comunitárias, reuniões comunitárias e passeio de jangada em Tatajuba
Fonte: Rede TUCUM



Quadro 18: Passeio de jangada com turistas, paisagem em Tatajuba
Fonte: Rede TUCUM

Além das comunidades apresentadas, a Rede Tucum possui articulação com instituições que se juntam a fim de construir – teórica e praticamente – uma oferta turística diferenciada, uma experiência de viagem autêntica. Associado a isso, a atividade turística nas comunidades configura-se enquanto uma estratégia de ocupação, defesa e permanência nos territórios ancestralmente ocupados e dinamização das atividades econômicas desenvolvidas

pelas populações tradicionais. Uma das principais associações que fazem parte da Rede é o Instituto Terramar. O instituto atua em defesa e afirmação da vida dos povos do mar há quase 16 anos, trabalhando em diferentes áreas. Ao longo do tempo tem priorizado as temáticas da pesca artesanal, da luta por terra e do direito à água e ao território. Vinculado a esses temas, a instituição tem acompanhado e denunciado os impactos das políticas públicas e as consequências decorrentes enfrentadas pelas populações tradicionais na Zona Costeira, tais como a prática da pesca predatória, a especulação imobiliária e a carcinicultura, entre outros.

Em conjunto com os Movimentos Sociais da Zona Costeira do Ceará, vem construindo estratégias de articulação e fortalecimento na luta por direitos e nos processos de elaboração de ações afirmativas. Nesse sentido a participação do Instituto Terramar, promove um tipo de turismo que surge da crítica ao modelo de turismo implementado pelas políticas de turismo e da necessidade de descobrir um saber-fazer coletivo para uma proposta diferente de turismo. Nesse sentido, desempenhou papel atuante no processo dinâmico de articulação das comunidades.

Desde seu lançamento em 2008, a Rede Tucum, tem se voltado para a proteção da cultura popular, para a capacitação das comunidades locais para desenvolver e aperfeiçoar os produtos e serviços turísticos, bem como melhorar suas capacidades de gerenciamento e planejamento. Associado a isso, a Rede tem trabalhado na definição e concretização de instrumentos de promoção ampliando os contatos no Brasil e no exterior para reforçar a demanda de visitantes para alguns lugares já consolidados, e mesmo criá-las para outros destinos mais recentemente integrados a esta proposta. Vanessa Lima, assistente da Rede acredita que “estar em coletividade é sempre mais vantajoso do que caminhar sozinho. Alguns dos principais pontos fortes vivenciados pela Rede Tucum são o apoio mútuo e a rica troca de experiências entre as comunidades, a possibilidade de elaborar estratégias coletivas de promoção e marketing, a diversidade de paisagem e modos de vida dos diferentes destinos que fortalecem e ampliam o leque de oportunidades de viver o turismo comunitário no Ceará, os diferentes graus de desenvolvimento no qual se encontram as comunidades que fazem da rede um verdadeiro celeiro de possibilidades e pesquisas”. Ela ainda firma que “os graves conflitos de território em algumas comunidades retardam os processos de desenvolvimento do turismo comunitário, desnivelando os destinos dentro da Rede. Também contribui para isso, a dificuldade de acesso à infra-estrutura básica em algumas localidades, como estradas de acesso e telefonia, por exemplo” (Lima, 2010).

Para Vanessa, a assistente da Rede, o turismo comunitário tem conseguido fortalecer, nas comunidades, o processo de pensar estrategicamente o fortalecimento das atividades produtivas tradicionais e planejar as prioridades para a organização de novas atividades e serviços. O turismo comunitário potencializa novas fontes de renda para as populações locais, por representar uma nova atividade econômica entre aquelas já desenvolvidas pelas comunidades. Além disso, essa renda é regida por princípios coletivos, ou seja, a idéia é que as benesses trazidas por esse acréscimo na renda local sejam compartilhadas o mais equitativamente possível. Para isso, os visitantes são direcionados a ocupar de maneira alternada as diversas estruturas turísticas existentes (restaurantes, guias, hospedarias). Além disso, uma taxa sobre todos os serviços e produtos turísticos locais é destinada a um caixa comum de uso coletivo, cujos investimentos revertem para interesses da comunidade (melhora da escola, um projeto com crianças, etc.) (Lima, 2010).

Toda essa mobilização de esforços, capacidades e organização necessária para o desenvolvimento do turismo comunitário também tem fortalecido a participação da comunidade na definição dos seus próprios caminhos. O incremento da renda por si só não é suficiente para trazer desenvolvimento social ou melhora na qualidade de vida. Ele deve, necessariamente, articular e fortalecer os objetivos e valores das práticas de socioeconomia solidária e a participação qualificada dos envolvidos/as nos vários serviços. O turismo comunitário se manifesta na relação ética entre comunitários e visitantes, na distribuição de renda, no respeito ao meio ambiente e na valorização do modo de vida local. Todo o processo de implementação das atividades turísticas na região favorecem a interação do saber comunitário, e ressalta a importância das práticas tradicionais, representadas por festas e manifestações populares, para a coesão do grupo.

3.4 Análises da Pesquisa

3.4.1 Turismo Comunitário

3.4.1.1 O turismo comunitário na costa cearense

No Ceará, os casos de turismo de base comunitária ocorrem em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias e vilas. São estruturados alguns circuitos de turismo de base comunitária no litoral do estado, o que poderia ser entendido como uma configuração regional; identificou-se com a pesquisa que a atividade não possui uma

dimensão territorial muito definida, mas, sobretudo, prevalecem as relações de proximidade, de vínculos simbólicos, mas também vínculos territoriais, com o lugar vivido. O principal acesso aos casos pesquisados é feito por meio de rodovias, com transporte especial (tração nas rodas) para as comunidades que se localizam próximas as dunas. No entanto, em algumas comunidades ainda é possível chegar por meio de transporte marítimo. Todos os lugares pesquisados apresentam diversidade de atrativos naturais e culturais:

Na Prainha do Canto Verde, o turismo é explorado pela comunidade de forma sistemática desde 1999, quando foi criada a Cooperativa de Turismo e Artesanato. O atrativo turístico vem da possibilidade de participação e integração dos visitantes com os moradores da comunidade. O mar se oferece para passeios de jangada ou com catamarã à vela para conhecer a vida marinha ou simplesmente admirar os pescadores balançando nos seus barquinhos. Como a comunidade apóia programas de pesquisa como o diagnóstico da Área de Pesca para criação de uma área marinha protegida e para o ordenamento da pesca da lagosta, os turistas também podem acompanhar esses estudos. Quando começar a implantação da área marinha protegida serão oferecidas vagas nas embarcações que fazem pesquisa no mar para visitantes da comunidade. Existe também a possibilidade de conhecer de perto projetos comunitários ou de visitar projetos em comunidades de pescadores vizinhas (cultivo de ostras, algas marinhas, etc) - René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, 2011.

Dentre os atrativos culturais, as festas populares se destacam Festas religiosas, danças e ritmos regionais também são diversos e representam as crenças, os valores e o etnoconhecimento. Os espaços comunitários, que são ofertados como infra-estrutura turística, são espaços onde os moradores podem compartilhar seu cotidiano o lazer, a religiosidade, o ócio, a política e o esporte, dentre outras atividades:

Não só a RESEX Batoque, mas trabalham juntas com a Rede Tucum doze comunidades no Estado do Ceará. No Batoque, como parte integrante dessa rede, temos um entrelace que já deu origem a pequenas pousadas. Junto com as famílias criamos chalés para hospedagem, que na verdade já existiam, eram casas de pescadores. E, também com algumas pousadas que já existiam, criamos trilhas ecológicas, passeios de jangada no mar, passeios de mula e a cavalo aqui na nossa região. Assim, essas famílias se inserem dentro de um grupo, nesse turismo que ajuda na renda familiar na nossa comunidade, fazendo o que chamamos de turismo de base comunitária, onde todos participam - José Mário Ferreira é

líder comunitário, gestor de turismo e representante dos barraqueiros da comunidade de Batoque, uma RESEX – Reserva Extrativista, em Aquiraz, 2010.

Nos casos de turismo de base comunitária não há a sobreposição de territorialidades como ocorre no turismo convencional (Knafou, 1996). A essência do turismo de base comunitária se expressa no território. Enquanto o turismo convencional produz espaços segregados para o turista e para os moradores, o turismo de base comunitária disponibiliza seu lugar, espaços vividos, como espaços de encontro, de convivencialidade. Ratifica-se a convergência entre ONGs e comunidades na origem da operação turística. Em algumas iniciativas, a abertura para o turismo foi uma iniciativa própria das comunidades, mas mesmo nesses casos as ONGs foram chamadas para dar suporte técnico e até apoio financeiro. Nos casos pesquisados, a noção de coletivo é preponderante. Em alguns casos, os empreendimentos são comunitários e geridos por cooperativas. Em outros, prevalece a organização familiar.

A maior parte das experiências pesquisadas está em processo de consolidação. Alguns manifestaram preocupação em não acelerar o processo para que ele seja assimilado pela comunidade, evitando a entrada de “estrangeiros” (nacionais ou internacionais):

Existem alguns pré-requisitos para a implantação do turismo comunitário estão:

- 1. O domínio do território pela comunidade;*
- 2. Uma organização comunitária consolidada e experiência na gestão de projetos de desenvolvimento;*
- 3. Bons aliados como ong's ou pessoas com experiência na gestão de negócios, com fibra solidária e espírito de voluntário - René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, 2011.*

A comercialização do turismo é feita de forma independente e conta com o “boca-a-boca” como principal estratégia de divulgação. Dentre os materiais promocionais mais utilizados para divulgação das experiências pesquisadas destacamos os folhetos e *folders*, os *websites* e, curiosamente, os vídeos promocionais. Também são utilizados, em alguns casos, anúncios em mídia impressa, em rádios e TVs e em mídias sociais. Nas comunidades estudadas, quando questionados, sobre as dificuldades encontradas para gestão do turismo comunitário, muitos moradores reclamam a falta de tecnologia e pessoal especializado:

Em primeiro lugar, nós não temos um bom acesso (ao local), ainda é precário. A comunicação quase não chega e quando falamos em comunicação queremos dizer que temos apenas o celular. Com relação à informática ainda não temos nem um meio de comunicação,

de divulgação. Nós gostaríamos muito dessa comunicação, via informática, para trocar e-mails, mas o sinal não chega à comunidade. Esses são os maiores desafios que temos para desenvolver o turismo - José Mário Ferreira é líder comunitário, gestor de turismo e representante dos barraqueiros da comunidade de Batoque, uma RESEX – Reserva Extrativista, em Aquiraz, 2010.

Para Vanessa Lima, representante do Instituto Terramar, os principais conflitos estão ligados à luta pela terra:

Estar em coletividade é sempre mais vantajoso do que caminhar sozinho. Alguns dos principais pontos fortes vivenciados pela Rede Tucum são o apoio mútuo e a rica troca de experiências entre as comunidades, a possibilidade de elaborar estratégias coletivas de promoção e marketing, a diversidade de paisagem e modos de vida dos diferentes destinos que fortalecem e ampliam o leque de oportunidades de viver o turismo comunitário no Ceará, os diferentes graus de desenvolvimento no qual se encontram as comunidades que fazem da rede um verdadeiro celeiro de possibilidades e pesquisas. Do lado oposto, os graves conflitos de território em algumas comunidades retardam os processos de desenvolvimento do turismo comunitário, desnivelando os destinos dentro da Rede. Também contribui para isso, a dificuldade de acesso à infra-estrutura básica em algumas localidades, como estradas de acesso e telefonia, por exemplo - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

Algumas das experiências relataram que já começam a trabalhar em parceria com outras iniciativas similares, mas esta articulação ainda não é o padrão. Boa parte dos casos ainda permanece isolada, sem trocas significativas com outras comunidades que praticam o turismo de base comunitária. Outra consideração importante diz respeito ao poder de difusão dos casos de turismo de base comunitária. Metade das iniciativas pesquisadas informou estar difundindo este modo de turismo em comunidades do entorno. O retrato da falta de articulação entre as iniciativas de turismo de base comunitária é o fato de grande parte dos casos pesquisados não fazerem parte de nenhuma rede.

A interação que o turista estabelece com o ambiente natural se dá de forma muito variada, desde atividades contemplativas como observação de fauna e flora até atividades que exigem maior esforço físico, como a prática de esportes. Em todas as experiências pesquisadas o visitante tem a oportunidade de ter contato direto com a natureza. O acesso do turista ao patrimônio cultural tangível e intangível é realizado sem restrições. Os turistas são convidados a visitarem os museus e demais patrimônios arquitetônicos, como também são convidados a participarem de festas religiosas e cultos sagrados. Nesse momento, os visitantes

têm acesso às receitas tradicionais, às histórias e lendas locais e aos demais conhecimentos tradicionais que a comunidade dispõe, como medicina tradicional e dinâmica da natureza.

Com relação aos serviços de hospedagem, prevalecem os micro-empresendimentos ou empreendimentos de pequeno porte. Na maioria dos casos são comercializados produtos artesanais de produção local (cooperativas e associações de artesãos ou produção individual). Em todos os casos pesquisados há atividades de planejamento do turismo de base comunitária. Porém, a frequência das reuniões varia bastante, desde encontros semanais até anuais. Nesses encontros são definidos objetivos e metas a serem atingidas, individual e coletivamente, através de processos participativos que envolvem em alguns casos apenas as lideranças formais. Porém, em outros casos, o processo é mais aberto podendo envolver também lideranças informais, demais membros da comunidade e, por vezes, até pessoas externas à comunidade.

Nas comunidades visitadas o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem, e que mantém com o território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, percebe-se, de alguma forma a motivação endógena a expressar o desejo dos grupos sociais locais, além do protagonismo social, que conduz as atividades turísticas:

No princípio, iniciamos a nossa caminhada no turismo, que a gente chama de GTB – Grupo de Turismo do Batoque –, junto às famílias; depois de uma conversa, achamos que seria melhor trabalharmos juntos numa perspectiva de complementar a renda das famílias que trabalham na nossa RESEX e com isso veio a idéia de nos organizarmos em grupos, que na Secretaria de Turismo e Cultura nós chamamos Grupos de Trabalho, e de que essas pessoas se envolvessem com cada grupo – agricultura, pesca, artesanato e turismo. Junto com essas famílias nós desenvolvemos um trabalho onde todos participam e que é o complemento da renda básica familiar - José Mário Ferreira é líder comunitário, gestor de turismo e representante dos barraqueiros da comunidade de Batoque, uma RESEX – Reserva Extrativista, em Aquiraz, 2010.

Assim, observou-se que o turismo de base comunitária nas comunidades pesquisadas, se vincula, em última análise, a uma proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética destas dimensões e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade. (Irving, 1998, p. 140).

Nessas comunidades, o turismo de base comunitária se desenvolve em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a

participação direta das populações envolvidas. Observa-se que os visitantes nessas comunidades pertencem a um nicho específico, que não apreciam os padrões “pasteurizados” de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental (Irving, 2008).

O tema da geração de benefícios diretos à população local representa efetivamente um dos pré-requisitos para o turismo de base comunitária. No entanto, as discussões sobre o tema são na maioria das vezes teóricas. Muitas comunidades são iludidas com a promessa do turismo como transformador da economia local. Ainda assim, as iniciativas de base comunitária visitadas, esforçam-se para assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo. Em alguns dos casos, observou-se atritos a partir da concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos. Nesta reflexão, um ponto fundamental a ser considerado em planejamento é como avaliar a geração de benefícios em um projeto turístico de base comunitária. Para avançar nesta reflexão, é importante que sejam concebidos indicadores de avaliação que possam ser utilizados localmente, não apenas para avaliar as iniciativas em curso, mas também para assegurar a transparência do processo e os ajustes necessários de percurso (Irving, 2008).

Quando perguntados sobre os incentivos governamentais para a atividade:

Quando nós falamos de turismo de base comunitária fica muito difícil o apoio das ações públicas porque, na realidade, as ações públicas se interessam muito pelo turismo de massa, o turismo de elite, o turismo esmagador. Quando se fala em turismo de base comunitária, aquele que distribui a renda com sua comunidade, os órgãos ainda não se interessam muito. Mas nós estamos trabalhando juntos com a Rede Tucum para que até o ano de 2012 possamos ter o turismo de base comunitária reconhecido pelo Conselho Nacional de Turismo. Já estamos trabalhando neste sentido - José Mário Ferreira é líder comunitário, gestor de turismo e representante dos barraqueiros da comunidade de Batoque, uma RESEX – Reserva Extrativista, em Aquiraz, 2010.

O fato de as autoridades (Secretaria de Turismo do Ceará) não terem despertado para este tipo de turismo, a falta de recursos da Prefeitura e a descontinuidade administrativa no município de Beberibe (em três anos tivemos três prefeitos diferentes). Também falta investimento na infra-estrutura – plano diretor para a urbanização da comunidade, áreas públicas (estacionamentos), plano para fixação da duna que ameaça a

comunidade e contra os avanços do mar. O marketing do produto foi um problema, mas com o tempo a gente está melhorando a divulgação e junto com as outras comunidades de turismo comunitário devemos conseguir mais apoio para a promoção. Também estamos aguardando programas do governo federal para apoiar o turismo comunitário. Outro problema são tentativas de pessoas de fora da comunidade de adquirir terrenos e de alguns moradores inconscientes que aceitam vender suas posses. Atualmente falta um instrumento legal para coibir estas praticas. A criação da RESEX devera ajudar a controlar a especulação tendo como base uma lei federal. Os cooperados ainda estão enfrentando dificuldades de compreensão para o trabalho em regime de cooperativa. Mas, a melhoria da educação dos jovens na comunidade vai contribuir para aprimorar a capacidade de gestão e de prestação de serviços no futuro e teremos um salto qualitativo na experiência turística - René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, 2011.

Para Vanessa Lima, as perspectivas de fomento governamental para o turismo comunitário estão sendo otimizadas:

Antes de 2008, o turismo comunitário não era sequer reconhecido pelo Ministério do Turismo. Ações mais próximas a este modelo eram levadas a cabo por programas de ecoturismo de base comunitária vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. Durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em maio de 2008, o Ministério do Turismo foi convidado a apresentar suas estratégias de incentivo às diversas experiências de turismo comunitário já existentes no país. Na ocasião, foi apresentado um Edital de apoio a iniciativas de turismo de base comunitária (MTur/Nº 001/2008) para financiamento de apenas 15 projetos mas, diante da demanda, acabou financiando 50, sendo 25 projetos para 2008 e 25 para 2009. Entretanto, este recurso não significa mais que uma parcela quase irrisória – cada projeto tem um orçamento entre 100 e 150 mil reais - daquilo que é destinado para as grandes obras voltadas para o turismo convencional - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

Nesse sentido, verifica-se que quando interrogados, os moradores locais apresentam projetos locais para revitalização e para a manutenção da atividade turística:

Para o próximo ano nós temos um projeto de melhoria do turismo, ou seja, um projeto que nós chamamos de requalificação da praia na nossa RESEX, que não seria uma urbanização, mas sim uma arborização da praia, um melhoramento das trilhas, uma ampliação do projeto de reciclagem de lixo. Com os jovens da nossa comunidade temos o projeto de reflorestamento do manguezal. Assim, pretendemos chegar ao final de 2010 com

esses projetos concluídos - José Mário Ferreira é líder comunitário, gestor de turismo e representante dos barraqueiros da comunidade de Batoque, uma RESEX – Reserva Extrativista, em Aquiraz, 2010.

Para Vanessa Lima, representante do Instituto Terramar:

Na perspectiva de fortalecimento interno, haverá continuidade no processo de formação pois esta é uma necessidade permanente. Também iremos nos debruçar sobre as ferramentas institucionais que regulamentam acordos sobre a participação dos membros da Rede Tucum e suas atribuições de forma a viabilizar democraticamente a participação de todos/as. Externamente, serão definidas estratégias de comunicação, promoção e marketing para, assim, ampliarmos a capacidade de mobilização de visitantes para os destinos da rede. Ainda, precisamos caminhar bastante para a consolidação da Turisol – Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário – para, a partir daí, tornar esta uma atividade referência para o Brasil como já o é em diversos países da América Latina - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

Foi possível constatar ainda, nas comunidades visitadas que a valorização da cultura local constitui parâmetro essencial, não no sentido de sua importância na configuração de um “produto” de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento. Isso só acontecerá em iniciativas de motivação endógena que internalizem cultura como patrimônio e história e, portanto, garantia de coesão social, conforme discutido por Azevedo (2002).

Analisou-se assim, como principal característica do turismo comunitário nas comunidades visitadas que o “encontro” entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua, é o principal motivador dessas experiências. Neste caso, seu planejamento deve considerar “o compromisso ético, de respeito e o intercâmbio real entre os visitantes e anfitriões e, destes, com o ambiente no qual interagem. Sem essa interação, a troca de valores não se efetiva e o ‘espaço da interação’ ganha contornos apenas circunstanciais” (Irving, 2008).

Nesse sentido o Turismo Comunitário seria também responsável pela preservação dos modos de vida tradicionais e pela permanência das comunidades costeiras tradicionais:

Eu sou da comunidade do Batoque, hoje uma RESEX, situada ao leste da capital do Ceará, Fortaleza, que fica a 54 Km do município de Aquiraz. O turismo sustentável, o turismo de base comunitária desenvolvido lá nasceu na RESEX como meio de barrar os grandes empreendimentos do turismo de massa. Os grandes resorts quiseram se instalar e

nós, não tivemos um outro caminho a seguir, tivemos que entrar com o trabalho comunitário mostrando para as famílias que garantiríamos mais sustentabilidade tendo um turismo "pra nós" do que deixar na mão de estrangeiros. Então, a partir dessa idéia criamos, junto com a Rede Tucum, esse trabalho de turismo de base comunitária - José Mário Ferreira é líder comunitário, gestor de turismo e representante dos barraqueiros da comunidade de Batoque, uma RESEX – Reserva Extrativista, em Aquiraz, 2010.

3.4.2 Redes de Turismo Comunitário

A Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário - foi lançada em maio de 2008 durante o SITS - II Seminário Internacional de Turismo Sustentável -, fruto de uma articulação iniciada em 2006, reunindo as experiências em turismo comunitário de 10 comunidades na zona costeira do Ceará e 2 pontos de apoio em Fortaleza. A articulação da Rede TUCUM contou com a participação do Instituto Terramar (Ceará-Brasil), da Associação Tremembé (Itália) e da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça) visando fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário desenvolvidas no Ceará. Hoje, estas instituições também fazem parte da rede.

A ideia de integração em rede para a gestão do turismo comunitário foi desenvolvida para facilitar a formação, a melhoria de infra-estrutura, a captação de recursos e o trabalho conjunto na estratégia de marketing, ampliando a capacidade das comunidades em oferecer os serviços turísticos:

A Rede Tucum é uma articulação de comunidades e instituições que, para além de fazerem a crítica ao modelo de turismo em curso no Brasil e em outras regiões do planeta, se juntam afim de construir – teórica e praticamente – uma oferta turística diferenciada, uma experiência de viagem autêntica. Associado a isso, a atividade turística nas comunidades configura-se enquanto uma estratégia de ocupação, defesa e permanência nos territórios ancestralmente ocupados e dinamização das atividades econômicas desenvolvidas pelas populações tradicionais - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

As redes de turismo comunitário podem ter articulação internacional, por meio de captação de recurso e promoção de produtos:

Comunidades situadas no Litoral Leste do Ceará já estavam vivendo experiências localizadas de turismo comunitário como estratégia de resistência. Passados alguns anos, iniciaram a experiência de integrar roteiros entre si. Em 2006, as discussões se intensificam

no sentido da criação de uma rede mais ampla, envolvendo outras comunidades e que fosse capaz de dar maior visibilidade a esta proposta coletiva. O Terramar se encontra com outras instituições que também buscavam desenvolver projetos parecidos, como a Associação Tremembé (Itália) e a Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça) e deste encontro, vários debates se sucederam até a formação de estratégias e princípios que compõe a identidade da Rede Tucum, que afinal foi lançada em maio de 2008 - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

Para Vanessa Lima, a rede atua dando prioridade para ações estruturais que possam alavancar o turismo local e trazer desenvolvimento:

Temos nos voltado para a capacitação dos sujeitos locais para desenvolver e aperfeiçoar os produtos e serviços turísticos, bem como melhorar suas capacidades de gerenciamento e planejamento da atividade turística. Além disso, voltamos à atenção para a reforma e construção de equipamentos de hospedagem naqueles lugares onde isso ainda não existia. Associado a isso, temos trabalhado na definição e concretização de instrumentos de promoção ampliando os contatos no Brasil e no exterior para reforçar a demanda de visitantes para alguns lugares já consolidados, e mesmo criá-las para outros destinos mais recentemente integrados a esta proposta - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

3.4.2.1 Participação das Organizações Sociais em projetos comunitários

As organizações sociais que trabalham juntamente com as comunidades costeiras para o desenvolvimento do turismo comunitário têm a função principal de capacitar os moradores para a gestão da atividade turística, bem como auxiliar na promoção e divulgação de produtos turísticos. Essas organizações sociais lutam pelo desenvolvimento local das comunidades costeiras, sempre levando em consideração as premissas de permanência no território tradicional e valorização cultural. No caso do Instituto Terramar, associação responsável pela Rede Tucum, os objetivos estão relacionados acima de tudo à manutenção das atividades tradicionais:

O Terramar atua em defesa e afirmação da vida dos povos do mar há quase 16 anos, trabalhando em diferentes áreas. Ao longo do tempo tem priorizado as temáticas da pesca artesanal, da luta por terra e do direito à água e ao território. Vinculado a esses temas, a

instituição tem acompanhado e denunciado os impactos das políticas públicas e as consequências decorrentes enfrentadas pelas populações tradicionais na Zona Costeira, tais como a prática da pesca predatória, a especulação imobiliária e a carcinicultura (criação de camarões em viveiros), entre outros. Em conjunto com os Movimentos Sociais da Zona Costeira do Ceará, vem construindo estratégias de articulação e fortalecimento dos vários sujeitos na luta por direitos e nos processos de elaboração de ações afirmativas. O turismo comunitário surge da crítica ao modelo de turismo implementado pelas políticas de turismo e da necessidade de descobrir um saber-fazer coletivo para uma proposta diferente de turismo. Neste tema, desempenhou um papel de um dos sujeitos atuantes no processo dinâmico de articulação das comunidades (que participaram da elaboração da proposta) e de outras instituições que compartilhavam objetivos semelhantes. Algumas comunidades situadas no Litoral Leste do Ceará já estavam vivendo experiências localizadas de turismo comunitário como estratégia de resistência. Passados alguns anos, iniciaram a experiência de integrar roteiros entre si. Em 2006, as discussões se intensificam no sentido da criação de uma rede mais ampla, envolvendo outras comunidades e que fosse capaz de dar maior visibilidade a esta proposta coletiva. O Terramar se encontra com outras instituições que também buscavam desenvolver projetos parecidos, como a Associação Tremembé (Itália) e a Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça) e deste encontro, vários debates se sucederam até a formação de estratégias e princípios que compõe a identidade da Rede Tucum, que afinal foi lançada em maio de 2008 - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

Para Vanessa a Rede Tucum produz produtos diferenciados, o que facilita a promoção do turismo:

A Rede Tucum é composta por comunidades em níveis diferentes de desenvolvimento da sua oferta turística. Em geral, a taxa de ocupação precisa ser ampliada, pois está aquém das possibilidades atuais. Entretanto, as comunidades mais experientes, durante feriados prolongados, por exemplo, conseguem manter uma taxa de ocupação de 100%. Para estes casos, o desafio é conseguir atrair visitantes em outros períodos. Para as comunidades que integraram mais recentemente esta atividade ao seu rol de possibilidades, a demanda precisa ser criada, mais que ampliada - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

Para René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, a articulação em Rede depende da movimentação comunitária em interação com as Organizações Sociais:

Ameaçada pelos especuladores de terras de praia, a comunidade há 25 anos vem se defendendo das agressões e violência de capangas e lutando pelo reconhecimento da posse da terra. Nos anos 80, quando a comunidade sofreu a agressão de grileiros e de uma empresa imobiliária, surgiu a necessidade de defender a posse da terra na justiça. Em 2001, os moradores conseguiram uma sentença do Tribunal de Justiça Estadual a seu favor, que foi confirmada, em 14 de março de 2006, pelo Superior Tribunal de Justiça em Brasília. Essas constantes ameaças e o desejo de desenvolver a comunidade levaram à fundação da Associação dos Moradores, em 1989, com a ajuda do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – organização criada por Dom Aloísio Lohscheider. As lideranças da comunidade vinham debatendo a questão do turismo desde 1994 e através de pesquisas em outras comunidades e debates na própria comunidade chegaram a conclusão de que o turismo ia chegar na Prainha de qualquer forma e decidiram que eles mesmos iam desenvolver a atividade em benefício da população. Um grupo de trabalho elaborou uma proposta de projeto e criou o Conselho de Turismo – a comunidade conta com vários conselhos comunitários nas áreas de educação, saúde, terra, pesca - para ordenar o desenvolvimento. Finalmente, em 1998, num grande seminário com a participação da comunidade, ong's, universitários, secretários de Turismo de Beberibe e do Ceará e representantes de outras comunidades, foi definida a forma do empreendimento comunitário para desenvolver o turismo e criada a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde (COOPECANTUR), até hoje na informalidade.

Os aproximadamente 70 cooperados dividem a gestão da entidade, se organizam em grupos de trabalho autogestionados - hospedaria, restaurantes, passeios, trilhas, translados, eventos e grupos de prestadores de serviço, como as merendeiras (lanches, coffee break) e cozinheiras (banquetes e cocktails). Cada grupo tem seu regimento interno, regido pelo estatuto da cooperativa. Parte das reservas da cooperativa (20%) é destinada ao fundo social e educacional que beneficia a todos os moradores.

Já recebemos vários prêmios, como o “TODO 1999” da ong alemã “Studienkreis für Tourismus und Entwicklung”, como melhor projeto de turismo comunitário do ano, e primeiro lugar num concurso do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) na categoria estudos de caso sobre o tema Turismo Sustentável, em 2002. Em 2003, recebemos o “Destino Altamente Recomendado - British Airways Tourism for Tomorrow Award”.

Desde 1993, a comunidade mantém uma parceria especial com o Instituto Terramar, que praticamente nasceu na Prainha em consequência da viagem de protesto da jangada

S.O.S. Sobrevivência até o Rio de Janeiro, realizada nesse mesmo ano. Além da colaboração do Terramar e de muitos voluntários, o projeto teve apoio financeiro da Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde para investimentos em capacitação, infra-estrutura, fundo de microcrédito (R\$ 6.000), gastos de marketing, equipamentos para cozinha comunitária, entre outros. Os investimentos nos equipamentos – pousadas, restaurantes, carros – foram feitos pelos próprios moradores. A infra-estrutura comunitária (centro comunitário) e a escola (refeitório, salas de aula) são aproveitados para o turismo de eventos e reuniões. Desde o início, a cooperativa tem gerado lucro todos os anos, exceto em 2006 quando teve um pequeno prejuízo. Portanto, podemos dizer que ela é auto-sustentada. Até agora não tivemos nenhum apoio de fontes governamentais por falta de uma política pública para o segmento de turismo.

A Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde foi consequência da agressão do grileiro de terras Antonio Sales Magalhães com o apoio da Imobiliária Henrique Jorge SA a partir de 1976 que conseguiu usucapião das terras da Prainha do Canto Verde na justiça de Beberibe em 1984.

Em 1984 Graças a intervenção do Centro Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza - criado por Dom Aloísio Loscheider - a comunidade começou a se organizar, em primeiro lugar entrando com a ação rescisória contra o usucapião, considerado ilegal, e depois para criar a Associação dos Moradores (fundada em abril 1989). Ainda no final dos anos 80 a Associação conseguiu vários projetos como a construção do centro comunitário, projeto de 9 jangadas e um projeto para as labirinteadas (artesãs que fazem labirinto).

Os Amigos da Prainha do Canto Verde da Suíça nasceram de forma espontânea a partir de 1991 quando eu decidi ajudar no desenvolvimento da comunidade. No início amigos, colegas de trabalho e familiares meus no mundo inteiro começaram a doar dinheiro para os primeiros projetos: Cooperativa de Pesca, Educação Infantil (Creche), Combate a mortalidade infantil, viagem do SOS Sobrevivência e apoio para captura de lagosta e a comercialização direta a preços de mercado, e outros mais.

Em Outubro 2000 a Associação "Verein" dos Amigos da Prainha do Canto Verde foi legalmente constituída na Suíça como Associação filantrópica, e hoje incluem várias fundações na Suíça que apoiam projetos na Prainha e outras comunidades do litoral (Ponta Grossa, Icapu; Flecheiras, Trairi; Curral Velho; Itarema; Caetanos de Cima, Itapipoca); Projetos do Instituto Terramar como Área Marinha Protegida de Beberibe, Estaleiro escola

Catamarã, Formação de Lideranças e outros em toda a costa do Ceará. Os Amigos ainda apoiam eventos como o II Seminário Intl. sobre a Pesca Responsável em 2006 e o II SITS Seminario Internacional de Turismo Sustentável em Maio 2008 www.sits2008.org Objetivo principal: Apoiar projetos e eventos para o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento econômico das comunidades de pescadores do Ceará. Exemplo prático: Replicar projetos exitosos da Prainha do Canto Verde como o turismo comunitario em Ponta Grossa, Curral Velho, Caetanos de Cima e Flecheiras - René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, 2011.

3.4.3 Organização Social do Trabalho Comunitário

3.4.3.1 Organização do trabalho e desenvolvimento local

O turismo de base comunitária pode ser capaz de transformar a forma de apropriação dos benefícios gerados pela atividade, pois diante desta perspectiva a comunidade se torna participante ativa de seu próprio desenvolvimento e não apenas espectadora das atividades turísticas organizadas externamente em que os benefícios não são percebidos localmente.

A interação entre a comunidade é fortalecida em um processo de solidariedade e cooperação que favorece a inter-relação social e caracteriza as ações desenvolvidas de acordo com os conceitos solidários de produção e consumo (que favorecem inicialmente os produtores locais, sem danos e prejuízos à natureza, comercializados em preços módicos e justos).

Kripendorf (1989), ao considerar a organização da produção turística com base territorial e protagonizado pelas comunidades locais, acredita que o apoio às iniciativas de turismo comunitário, visa contribuir para a geração de emprego e renda locais, fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística, fomentar o mercado local, estruturar este segmento turístico, face a crescente demanda turística em níveis nacional e internacional, agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados, promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

Nesse sentido, a comunidade anfitriã percebe a atividade turística como fator de desenvolvimento à medida que provê benefícios para as famílias que incorporaram a atividade como complemento à renda tradicional. Esses núcleos receptores ainda puderam reconhecer que o turismo tornou-se veículo propulsor da cultura local e corroborou com a intensificação de realização de festas e manifestações populares que representassem a história e o saber comunitário, elevando a auto-estima dessas pessoas. Sob essa perspectiva, os visitantes podem participar ativamente da economia local, quando garantem que o recurso investido na viagem, seja repassado diretamente à comunidade.

Em algumas das comunidades visitadas, os moradores, acreditam que o desenvolvimento local está diretamente ligado ao turismo comunitário, ou seja, alguns moradores acreditam que depende do turismo o desenvolvimento econômico regional. Algumas pessoas ligadas direta ou indiretamente às atividades do turismo comunitário, supõem que a atividade turística pode ser capaz de revitalizar a economia, de forma a transformar o padrão de vida local. Muitos entrevistados gostariam que o modelo econômico baseado no turismo, fosse expandido, por meio do investimento em infra-estrutura básica e turística, a fim de garantir maior fluxo turístico na região. Esse raciocínio vai de encontro aos princípios fundamentais do turismo comunitário, que prevê a preservação das estruturas comunitárias tradicionais, garantindo a permanência da cultura local e do equilíbrio ambiental.

Krippendorf (1989, p. 90) alerta que o desenvolvimento do turismo é vital para a aldeia e para a região. Mas em muitos casos, possivelmente, são omitidas as repercussões negativas; são evidenciados de forma mascarada os rendimentos que a atividade traz, a inserção da comunidade local nas atividades e uma falsa preocupação com o meio ambiente.

Embora o turismo comunitário seja uma atividade econômica que busca favorecer a comunidade local e reconhecer suas habilidades, em algumas comunidades visitadas, como por exemplo, a comunidade de Batoque, a prática do turismo comunitário apresentou-se ainda incipiente e algumas pessoas que se diziam envolvidas pelo processo de recepção pelo turismo comunitário, demonstraram-se leigas em relação aos conceitos e as diretrizes para as atividades. Quando questionados, esses representantes comunitários, não conseguem responder quais as características principais do turismo comunitário, quais são os princípios da Economia Solidária e principalmente, qual a relação existente entre essa prática comercial solidária e esse modelo econômico.

Foi possível perceber, ainda, que em algumas comunidades não há o controle efetivo em trilhas e espaços naturais. Mesmo tratando-se de um nicho tão específico de turistas, que prezam pela preservação ambiental, ainda foi possível verificar espaços com depredação ambiental. Alguns líderes comunitários da comunidade de Batoque, explicou que muitas vezes, a depredação é feita pelos próprios moradores da região.

Os trabalhadores dessas comunidades, acostumados com valores da vida em comum, buscam soluções para os problemas do dia a dia de forma coletiva - são pessoas que, possivelmente, se preocupam com a convivência humana mais do que com a acumulação, que resistem às mudanças do consumismo, são orgulhosos pelos valores tradicionais e questionam o modelo de sociedade capitalista. Essas comunidades passaram então a gerir a atividade turística em um sistema integrado, partindo da premissa de que todos poderiam receber equitativamente os dividendos gerados pela atividade. A partir disso, nesses núcleos receptores, inicia-se uma experiência social diferenciada, caracterizada pelo trabalho comunitário realizado nos moldes da economia solidária. Essa nova economia destaca-se por basear sua produção enfrentando as contradições da economia hegemônica. Enquanto as empresas formais visam acumular lucro máximo de seus investimentos, as empresas solidárias buscam distribuir o produzido, alcançar condições para a subsistência de grupos, preocupando-se em especial, com os valores humanos, culturais e ambientais.

3.4.3.2 Economia Solidária

Nas comunidades visitadas, verificou-se que a economia solidária é um modelo alternativo econômico gerador de renda, compatibilizador dos meios de produção de forma mais equitativa onde, excedentes são controlados e repartidos entre os produtores associados. Neste âmbito, a organização das atividades produtivas pode ser definida de forma democrática e participativa, onde supostamente, prevalece a auto-gestão e a cooperação solidária, e não a heterogestão e a divisão hierárquica do trabalho, que caracterizam as empresas capitalistas.

Esta forma de produção contesta a lógica do desenvolvimento capitalista, e assim, as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários, as divisões, distribuições não se dão obrigatoriamente na forma de salários, mas por escambos, trocas, mutirões, partilhas. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o interesse da acumulação de capital, de relações competitivas para benefícios individuais, a economia solidária organiza-se a partir de relações de amizade, sustenta-se no companheirismo,

favorecendo as relações sociais de reciprocidade e adota formas comunitárias de produzir e distribuir.

O turismo comunitário nas comunidades visitadas passou a ser entendido como uma atividade solidária, à medida que estabelecia uma nova organização do trabalho nas comunidades receptoras. Nesse sentido, a atividade tornou-se uma ação desenvolvida principalmente pela cooperação, que se baseava na troca de conhecimento mútuo e na força do auxílio recíproco para sua concretização. Muitos desses trabalhadores, pescadores, agricultores e artesãos, envolvidos nas atividades turísticas, devem ter iniciado um processo de compartilhamento do saber tradicional, assimilado ao longo de suas vidas, para que juntos pudessem receber os visitantes e partilharem de experiências:

O turismo comunitário tem conseguido fortalecer, nas comunidades, o processo de pensar estrategicamente o fortalecimento das atividades produtivas tradicionais e planejar as prioridades para a organização de novas atividades e serviços. O turismo comunitário potencializa novas fontes de renda para as populações locais, por representar uma nova atividade econômica entre aquelas já desenvolvidas pelas comunidades. Além disso, essa renda é regida por princípios coletivos, ou seja, a idéia é que as benesses trazidas por esse acréscimo na renda local sejam compartilhadas o mais equitativamente possível. Isso se faz através da gestão comunitária das demandas e de seus resultados.

Para isso, os visitantes são direcionados a ocupar de maneira alternada as diversas estruturas turísticas existentes (restaurantes, guias, hospedarias). Além disso, uma taxa sobre todos os serviços e produtos turísticos locais é destinada a um caixa comum de uso coletivo, cujos investimentos revertem para interesses da comunidade (melhora da escola, um projeto com crianças, etc.).

Toda essa mobilização de esforços, capacidades e organização necessária para o desenvolvimento do turismo comunitário também tem fortalecido a participação da comunidade na definição dos seus próprios caminhos. O incremento da renda por si só não é suficiente para trazer desenvolvimento social ou melhora na qualidade de vida. Ele deve, necessariamente, articular e fortalecer os objetivos e valores das práticas de socioeconomia solidária e a participação qualificada dos envolvidos/as nos vários serviços. O turismo comunitário se manifesta na relação ética entre comunitários e visitantes, na distribuição de renda, no respeito ao meio ambiente e na valorização do modo de vida local - Vanessa Lima, Assessora do Instituto Terramar, 2010.

O estabelecimento de redes solidárias de turismo pode ser exemplificado a partir de muitas experiências que surgiram na América Latina, que tem como objetivo principal – a integração plena e o fortalecimento das comunidades através da autogestão do turismo, de modo que os envolvidos assumam o protagonismo e a liderança das ações, o que corresponde ao planejamento, operacionalização e supervisão das atividades de forma coletiva, com base na troca de saberes e experiências.

Nos vilarejos estudados, os grupos são organizados em projetos coletivos de base familiar. Essas comunidades são orientadas por um trabalho que prima pela troca de saberes e experiências mútuos e as atividades turísticas são realizadas por meio de redes colaborativas, estabelecidas a partir de vínculos sociais criados espontaneamente como propostas para uma gestão solidária. Nessas comunidades, nota-se que o valor central das atividades está relacionado ao trabalho, ao saber e a criatividade humanos e não ao capital, em função disso, para cada meta estabelecida e para cada atividade cumprida, existe o reconhecimento ao grupo o que eleva a auto-estima, valoriza as competências e motiva o empenho ao trabalho.

O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais e por isso os pescadores reconhecem as práticas tradicionais como a mais importante das atividades econômicas fazendo com que as atividades relacionadas ao turismo comunitário, sejam integradas à dinâmica produtiva local, sem, muitas vezes, substituir as atividades tradicionais.

No entanto, é possível verificar em algumas comunidades, como, por exemplo, as comunidades de Batoque, Ponta Grossa e Tremembé, que algumas das atividades tradicionais, como a pesca e agricultura, vem sendo substituídas parcialmente, por atividades do turismo comunitário. Em muitos dos casos não é compreendido que o turismo deve representar uma renda complementar à atividades tradicional. Com o passar dos anos, algumas comunidades verificaram a importância do turismo e sua perspectiva de crescimento para os próximos anos e passaram a investir recursos na ampliação da oferta turística. Nesse sentido, as atividades tradicionais comunitárias ficaram em segundo plano. As atividades ligadas ao turismo, na maioria das vezes, não exigem tanto esforço, são mais leves, facilmente apreendidas pela comunidade e financeiramente, são muito mais recompensadoras do que as atividades tradicionais comunitárias. A partir disso é possível perceber em conversas com jovens e crianças moradores da comunidade, que existe uma preferência pela atividade turística às atividades tradicionais. Eles acreditam que as atividades turísticas são mais lucrativas e não exigem tanto esforço.

Nas comunidades estudadas, cada participante está consciente de fazer parte de um sistema orgânico e contribui para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

Eu sei que sou valorizado na comunidade por causa da grande experiência que tive no mar. Talvez para vocês, homens da cidade, possa soar de forma estranha, mas aqui os homens que sabem decifrar os segredos do mar são considerados sábios entre os demais. A comunidade valoriza minha história de vida, e por isso me sinto importante, e cada vez mais disposto a compartilhar esse saber com os demais - Valdir dos Santos, 2010

Nas comunidades estudadas a organização para o trabalho comunitário se dá em uma perspectiva horizontalizada. Isso quer dizer que não existe hierarquia absoluta entre os envolvidos nas atividades laborais, ou seja, todos são sócios, sendo incompatível com relações assimétricas, como as que se desenvolvem entre patrões e empregados.

Todos os envolvidos na cadeia de produção do turismo valorizam o saber humano e evidenciam ao grupo as habilidades individuais de cada um dos integrantes. Dessa forma, a comunidade não atua como coadjuvante nos processos de planejamento e gestão do turismo, pelo contrário, participam diretamente na articulação, coordenação e deliberação de projetos, como agentes econômicos, institucionais e sociais, embora as pessoas envolvidas nas atividades turísticas não sejam capacitadas para atuarem em atividades do turismo comunitário.

É de competência do conselho comunitário, ponderar e decidir sobre a partilha e usos dos recursos excedentes, o que permite que se façam investimentos concretos e de acordo com cada uma das realidades nas condições gerais de vida de todos. Observa-se também que a cooperação solidária nas comunidades promove o comércio a preços justos, de forma a favorecer a todos os envolvidos.

Em muitos casos observa-se a formação de empreendimentos solidários que valorizam o emprego da mão de obra do trabalhador tradicional, valorizando suas experiências e aptidões, em destaque ao trabalho que respeita a natureza e revela a cultura regional. Observa-se que o trabalho incorporado no processo produtivo dos empreendimentos solidários da Rede Tucum, não se reveste daquelas ‘mesmas’ propriedades da mercadoria do sistema de produção capitalista. Para esse modelo de trabalho e empreendimento solidário há um diferencial: a cooperação e a solidariedade – responsáveis por favorecer a articulação e a agregação de interesses em âmbito mais amplo. Verificou-se que o modo como se organiza e

se vivencia o trabalho comunitário solidário proporciona uma série de satisfações adicionais, além da renda. Embora, estudos ressaltem as dificuldades que os empreendimentos enfrentam - a defasagem tecnológica, a falta de recursos, a baixa escolaridade dos associados, o uso de mão-de-obra intensiva, a fragmentação do trabalho, as longas jornadas que exaurem os trabalhadores, as diferenciações na distribuição das retiradas, o pouco compromisso dos trabalhadores com o ideal autogestionário são alguns dos aspectos assinalados. Nesse sentido França Filho (2007), questiona sobre como tornar sustentáveis iniciativas sócio- produtivas de base coletiva, democrática e solidária, num marco institucional dominado pelas normas da competição e da heterogestão e como tornar perene o exercício prático de outra economia no contexto de um sistema em que predomina a economia de mercado. Para uma maior compreensão desse desafio é preciso re-situar a economia solidária brasileira, especialmente a sua relação com a tradição mais antiga de economia popular, que parece exercer forte influência na constituição de grande parte das práticas neste campo. O autor questiona e caracteriza os empreendimentos solidários como experimentos autogestionários: efêmeros e fugazes – que surgem em momentos de crise do capitalismo e morrem por não conseguirem administrar as dificuldades de subsistir em uma economia hegemônica capitalista. Sofrem com a baixa capitalização, a falta de capacitação técnica dos trabalhadores, a falta de comprometimento conjunto com os ideais cooperativistas.

Por outro lado muitas experiências despontam como novas formas de sociabilidade, nas quais setores mais vulneráveis da sociedade, encontram possibilidades de inserção social, oq eu permite recuperar auto estima e dignidade, como foi observado nas comunidades estudadas a apresentadas nesse trabalho.

A vivência do trabalho torna-se edificante, como oportunidade de enriquecimento humano. Como se o lado gratificante e lúdico do trabalho neutralizasse sua face penosa, dotando a atividade produtiva de um novo sentido: colocar em prática os princípios de equidade, justiça e democracia e demonstrar a importância do trabalhador. As trocas sociais nesse caso são estabelecidas essencialmente pela troca de experiências e saberes entre os envolvidos nas atividades do turismo comunitário.

Eu já tive uma pequena experiência em Fortaleza como administrador de um pequeno hotel. A partir dos conhecimentos adquiridos nesse trabalho, eu consegui implantar na pousada comunitária de Tremembé, ações que profissionalizaram o atendimento e a administração da pousada. A partir desse trabalho de implantação de um sistema de contabilidade e controle de fluxo de caixa, foi possível ministrar cursos para todos os líderes

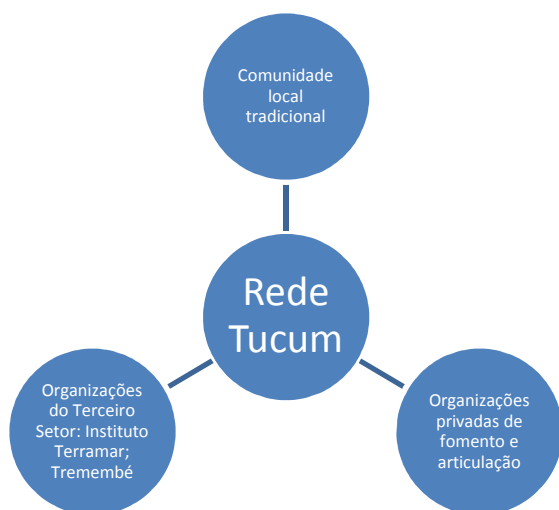
comunitários que lideram empreendimentos solidários na Rede Tucum - Valdir dos Santos, 2010.

3.4.3.3 Cooperação e articulação solidária

Como verificado anteriormente, a atividade comunitária na região da costa leste cearense é realizada de acordo com as premissas da economia solidária. Há divisão equitativa de bens, de forma que o meio ambiente seja preservado e a economia tradicional popular seja valorizada. Nessas comunidades o modo de organizar atividades econômicas de produção e consumo visam favorecer aqueles que se engajam nestas atividades de forma a criar a inclusão social e o desenvolvimento local sustentável. Da mesma forma, os empreendimentos solidários são auto-gestionários, o que significa que neles todas as decisões são tomadas pelos membros ou por pessoas eleitas que os representam. Nesse sentido, observa-se nessas comunidades que o trabalho comunitário, ocorre de forma associativa para o bem comum.

As ações e os empreendimentos geridos pela cooperação associativa são organizados a partir da autogestão, mecanismo que coloca nas mãos da comunidade o poder de decisão sobre todas as iniciativas relacionadas ao trabalho comunitário. O consumo consciente é outra característica do processo de criação e produção para as comunidades da Rede Tucum. Todos os envolvidos preocupam-se em elaborar produtos e serviços que não comprometam de alguma forma o meio ambiente e as formas tradicionais culturais, ou que ainda não comprometa padrões de ética e cidadania. O “comércio justo” deve ser mencionado como uma prática comum nessas comunidades, que adverte os consumidores sobre a comercialização de produtos e o oferecimento de serviços a preços módicos, que valorizam o trabalho tradicional e ao mesmo tempo permite a todos o consumo.

As comunidades estudadas organizam-se em redes de cooperação para fortalecer a prática do turismo comunitário. Essa articulação permite o fortalecimento das iniciativas comunitárias através da criatividade de gestão e implementação de projetos solidários. A rede Tucum pode ser descrita primordialmente como uma associação comunitária que possui suporte de organismos sociais e privados para o desenvolvimento pleno de suas ações. A Rede é interligada conforme segue:



Quadro 19: Rede TUCUM: Articulação

Organização: Gabriela Sales

Essas comunidades passaram a trabalhar de forma integrada, objetivando sempre o bem comum para o desenvolvimento das ações. A atividade conjunta permite fortalecer a defesa do local e favorece práticas alternativas para a geração de emprego e renda. O trabalho comunitário representa o conhecimento popular e transforma-se em fruto de experiências mistas. Todo o produto final é resultado empreendido pelo esforço comunitário, o que enriquece a produção local. Os recursos obtidos com o turismo são canalizados equitativamente para benefícios comunitários, nesse sentido, o papel da “rede” é de fortalecer a proposta de turismo, fomentando a cooperação entre os envolvidos e tendo em vista a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios.

O trabalho em rede assegura aos indivíduos o controle sobre os diversos processos e instabilidades da atividade. O apoio entre os indivíduos da cadeia de produção favorece o crescimento e a expansão da atividade. Em contraposição ao sistema capitalista, o sistema de cooperação solidária implementado pelas comunidades da rede prevê a participação conjunta dos agentes em um sistema integrado, que aumenta as chances de impactos positivos sobre o grupo. A rede comunitária se estabelece não apenas como intercâmbio de saberes humanos e serviços prestados, mas também como canal de trocas humanas. Segundo o conceito buberiano sobre o homem como ser relacional, que propõe que sua relação com o mundo se inscreve na “ética do inter-humano” onde o homem é um ente de relação ou que a relação lhe é essencial ou fundamento de sua existência (Buber, 1977, p. 23), é possível observar as

comunidades da Rede utilizam essa articulação também como uma forma de estabelecer boas relações que possam render frutos de confiança e amizade.

Nos empreendimentos comunitários é valorizada a experiência tradicional, a demonstração de solidariedade e o equilíbrio de ações, através de um sistema institucional de regulação e arbitragem. Os empreendimentos solidários mais proximamente ligados ao turismo estão relacionados ao artesanato e aos produtos regionais. Eles funcionam como arranjos produtivos alternativos, informais e solidários que se dão em pequenas comunidades, bairros ou grupos e são estratégias de sobrevivência que abrangem a hospitalidade juntamente com outras atividades. A base do êxito dessas iniciativas comunitárias parece se encontrar nos elementos chaves do “capital social” (valores partilhados, espírito público, cooperação, solidariedade, confiança, saber acumulado, expectativa de comportamento recíproco). Nesses empreendimentos a produção do excedente é investida em novas produções locais para a própria geração de emprego e renda. Para a realização destas trocas muitas vezes é adotado uma moeda social, como o caso do Conjunto Palmeiras em Fortaleza. A moeda social não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada por seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que pode fazer para produzir bens, serviços, saberes. Esta moeda não tem valor até que se comece a trocar o produto pelo produto, o serviço pelo serviço, o produto pelo serviço ou o serviço pelo produto. (Raizeiro, 2006, p.6). Desse modo, a moeda social, ferramenta desenvolvida pela economia solidária, proporciona um novo modo de estabelecer relações, as mais diversas, quer seja na produção, no consumo, na auto-estima das pessoas e no espaço.

Observa-se, nas comunidades estudadas, a organização da comunidade para a formação de novas redes e novos grupos de articulação local que potencializam a auto-gestão. A Economia Solidária desperta nos associados elevação do bem-estar que impulsiona a buscar outras parcerias com ONG's, instituições públicas e privadas, assim como a ampliação do conhecimento, através da adoção de tecnologias inovadoras e modernas. Com isso, planejam ações, tornam-se independentes e construtores de uma identidade territorial que modifica a organização de municípios, bairros ou famílias.

Nessa rede de trocas, acredito que podemos ir mais longe. São muitos os saberes envolvidos, muitas as práticas somadas, nesse sentido estamos mais preparados para lutar, mais formados politicamente e temos mais força para exigir direitos. Por isso é importante a consciência da reciprocidade nesse processo, afinal o benefício será revertido de forma generalizada - José Mario, representante da Associação de Batoque, 2010

Muitos conceitos que foram aplicados na teoria e planejados em projetos sobre a economia solidária e sobre a gestão do turismo comunitário nas comunidades estudadas, permaneceram apenas nessa instância. Na prática, em algumas comunidades visitadas, observou-se a dissidência entre o grupo diretor das atividades de turismo comunitário, principalmente em decorrência da propriedade das terras. Devido às dificuldades com os registros de propriedades de terras na região e também pelo fato de se tratar de áreas de reserva natural, muitos moradores que se dizem proprietários das terras nessas comunidades, na verdade, não possuem esse direito. Esses conflitos causam divergência na gestão e o rompimento do *modus operandis* ou artesanal do turismo, que caracteriza o turismo solidário comunitário.

3.4.4 Representação de vínculos por colaboração solidária

3.4.4.1 A dádiva nas relações pessoais – cooperação e reciprocidade

Observou-se que as comunidades estudadas, articulam-se prioritariamente a partir de um sistema de cooperação informal às regras do trabalho oficial. Nessas comunidades os laços sociais são formados a partir da cooperação e reciprocidade, que se tornam os principais meios de proposta de sociabilidade. As famílias envolvidas na rede de trabalho, dispõem gentilmente suas habilidades aos demais, propondo a criação de uma rede de trocas. Na maioria das vezes, para esses gestos, há retribuição, por isso, implicitamente e de forma sutil, “a obrigação” de dar em retribuição é destacada pela gratuidade e pela liberdade. Para todas as trocas simbólicas realizadas nessas comunidades existe a sensação de espontaneidade e generosidade. Nota-se que todos os envolvidos nesse sistema, preocupam-se em retribuir a dádiva recebida de forma criativa e cuidadosa, para que a retribuição seja envolvida pelo sentimento de gratidão absoluta, afirmando a perenidade da relação. Muitas vezes o agrado retribuído pode ser apenas um gesto de atenção, ao ouvir uma história a beira do rio, ou a simples companhia em uma noite de calor – nessas comunidades, observou-se que os pequenos gestos em retribuição às dádivas recebidas, são fortemente percebidos, registrados e considerados pelos receptores.

3.4.4.2 Fluxos e trocas não monetárias

Observou-se ainda, que as comunidades cearenses procuram evitar a circulação monetária. Os serviços prestados nas comunidades são realizados de acordo com as aptidões individuais, em um movimento que busca trocar saberes e valorizar cada uma das experiências do grupo. Nesse sentido, nas pequenas comunidades, os integrantes repassam suas aptidões aos demais e divulgam ao grupo seus saberes especiais. Esses ensinamentos, muitas vezes tornam-se serviços prestados, que são retribuídos das mais diversas maneiras. Existe assim, a afirmação de uma convenção de gratuidade para essas ações, que serão recompensadas com outros gestos. Para essas relações, a simples troca mercantil não poderia preencher a quantidade nem a qualidade do vínculo estabelecido. Esses vínculos fazem parte de uma cadeia ininterrupta, e as dádivas concedidas, muitas vezes não são consideradas como dádivas pelos seus doadores. Muitos afirmam que não notaram sua atitude de retribuição ou que não perceberam em si, um gesto acolhedor ou confortante. Percebe-se assim, que o dom circulante nessas comunidades, é recoberto de gratidão autêntica, onde a dádiva atua por si só, estruturando um sistema espontâneo de cooperação, representado por trocas simbólicas.

Assim, o dom torna-se uma sequência arbitrariamente destacada por propostas de vínculos que estabelecem boas relações. O que circula entre os moradores das comunidades estudadas, “está a serviço do laço” como diria Godbout (1998). Ao contrário da troca mercantil, a sequência não é fechada, e os papéis não são finitos. De certa maneira, nesse sistema de laços sociais, nota-se cotidianamente que a equivalência do mercado tende a ser substituída por uma “nova economia”, que valoriza o trabalho humano e que propõe a aliança social e a cooperação integrada como reparadoras dos problemas ocasionados pelo utilitarismo. Da mesma forma, percebe-se que as dívidas assumidas pelo vínculo, são aceitas de forma aberta e sincera, indicando que para cada dádiva recebida, existirá um envolvimento em um processo prazeroso que invade a promessa de retribuição.

A sequência do dom, representada pelas comunidades estudadas não compromete apenas os dois indivíduos envolvidos nesse sistema, mas também as suas famílias. As representações de sentimentos de amizade e fraternidade estão presentes nas atividades cotidianas das comunidades. Acredita-se que nem mesmo essas comunidades saibam a proporção dos vínculos criados a partir do sistema de cooperação solidária estabelecido entre eles, afinal, são muitas as comunidades que podem ser consideradas beneficiadas com os enlances da cooperação mútua, propiciando a troca de experiências e a valorização do trabalho

tradicional. É possível que os laços estabelecidos tenham tomado proporções tão maiores do que aquelas que a população local possa reconhecer. Isso porque, os indivíduos estão inseridos numa rede de alianças que não se isolam, ao contrário do que se observa numa transação mercantil, todas as ações vigoradas nesse processo são seladoras de novas comunhões, que por sua vez, são responsáveis por gerar novas redes colaborativas e assim por diante.

Isso tudo acontece de uma forma bem livre, quero dizer, espontânea mesmo. Não ficamos guardando os favores que são prestados, com a intenção de cobrá-los mais tarde. Muitas das vezes já nem sentimos mais quando estamos retribuindo um favor ou quando começamos a ajudar alguém. Essa é nossa rotina de vida, se não agirmos assim, não poderemos mais viver em comunidade, desde que nasci as pessoas aqui se auxiliam e se correspondem mutuamente as necessidades comuns do grupo - Dona Maria Silva, 2010.

Olha, eu acredito que todos aqui são uma única família. Todos lutamos juntos por ideais em comum e não medimos esforços para ajudar o próximo. É meio instintivo, ao ver um barco ao mar em processo de despesca, todos os pescadores que estão na praia nesse momento, se mobilizarão para ajudar o marinheiro que vem do mar e não poderá sozinho retirar o barco da água – sempre haverá alguém lá para ajudar - Ermelindo Costa – pescador, 2010.

Nos casos analisados, o dom, representa possivelmente um ciclo ininterrupto de uma relação, ou seja, ele não parece estar concluído quando retribuído. Em algumas comunidades foi possível verificar o suposto início do processo de doação, a sua retribuição e em consequência um novo gesto de dádiva. Acredita-se nesses casos que realmente o valor do relacionamento estabelecido é muito maior que os bens ou serviços trocados.

Acredito que os vínculos, as alianças, são cada vez mais fortes expressivos. A todo momento somos convidados a participar de uma interação, participar de um processo que envolve confiança e fraternidade. Isso é comum para todos. Somos levados de forma natural a agir assim, pensando de forma coletiva - Rosemeire de Assis – Cozinheira, 2011.

3.4.4.3 Voluntariado

Ainda tendo como base os exemplos de dádiva observados nessas comunidades, pode-se complementar que as dádivas recebidas, sempre tentavam ser mais recompensadoras e surpreendentes. Um caso especial que merece ser citado como exemplo dessa análise é o de

uma rendeira e bordadeira que ministra aulas voluntárias de crochê e bordado para as meninas da comunidade. Ela ensina por prazer pela arte e por acreditar que atividades tradicionais como essa, repassadas desde as gerações mais antigas, devem permanecer. Uma de suas alunas ao aprender a bordar, preparou um presente a ela, com os desenhos e pontos de bordado que a professora mais apreciava, em retribuição, a professora de bordado entregou à aluna, seu primeiro trabalho de bordado, que guardava desde os dez anos de idade. Nesse exemplo, observa-se a importância da relação para a manutenção de tradições culturais, nutridas através do dom.

Me sinto muito gratificada quando consigo repassar conhecimento – de certa forma acabo sendo a professora de renda e bordado da meninada. Poder compartilhar e multiplicar o saber é muito significativo para nós. Hoje, sabemos, que os povos tradicionais são ricos, culturalmente falando, e que nosso artesanato deve ser valorizado. Tenho medo que um dia, nossas atividades possam acabar. Toda a comunidade se mobiliza nesse sentido, em fazer as tradições permanecerem até o fim - Maria Rita – professora de renda e bordado, 2010.

3.4.4.4 Alianças e laços sociais

Nas comunidades estudadas, as trocas simbólicas, representadas pelo intercâmbio de saberes e experiências estão carregadas de valores afetivos. A cada demonstração de ensinamento e aprendizado os participantes desse sistema tornam-se mais próximos e integrados, estabelecendo um vínculo de compromisso. Esses laços são fortalecidos a partir de atitudes de lealdade, cooperação e confiança, além das trocas comunitárias exigidas pelo trabalho. Pode-se supor que conforme aumenta o grau de sociabilidade entre os comunitários, a distância interpessoal é reduzida e cada indivíduo pode assegurar uma proximidade maior de relação entre outros. De acordo com Godbout (1998), quando os vínculos entre estranhos são estabelecidos de forma muito próxima, eles passam a representar laços semelhantes aos laços primários (familiares), o que torna a dádiva cada vez mais comum entre os envolvidos. Nas comunidades estudadas é possível afirmar que os vínculos estabelecidos têm características de laços primários que muitas vezes conduzem a relação à formação de círculos de reciprocidade. Esses círculos são mantidos através do sistema contínuo de abastecimento das relações sociais, representado pelo sistema da dádiva.

Nessas comunidades, as motivações estão vinculadas às expressões coletivas. Como os laços sociais são mantidos em função de uma constante dívida entre parceiros, esses indivíduos estão sempre em movimento coletivo. Os membros de uma comunidade entendem que a felicidade de cada indivíduo depende da felicidade dos outros, portanto, a própria individualidade é pensada coletivamente. Segundo Mauss (2003), a troca permite a comunicação entre os homens, a inter-subjetividade e a sociabilidade. Nesse sentido, o processo de sociabilidade tecido a partir da dádiva pressupõe que a aproximação entre esses indivíduos os torna cada vez mais ligados, uma vez que sempre estarão em posição de receptores ou doadores de dádivas. Percebe-se que há uma forma de conexão de circulação, tanto de bens materiais como também, imateriais. São estabelecidas trocas mútuas de força de trabalho, de prestação de serviços, doação de bens materiais, alimentos, artesanato, entre outros. Essas alianças também podem ser representadas pelos pactos entre os comunitários. Como exemplo, é possível citar o pacto de “valorização e de luta pela terra”, que estabelece uma força comunitária conjunta em oposição à especulação imobiliária e que garante a permanência dos povos tradicionais na terra herdada. O aparecimento de grupos organizados de resistência para lutar contra conflitos relativos à terra, moradia e a questão ambiental, surgem no litoral brasileiro por conta da ausência das colônias de pescadores, que pudessem intervir nas discussões sobre as necessidades das comunidades litorâneas. As associações locais, criadas por líderes comunitários, para representar a comunidade e lutar em prol do benefício comunitário, mantém em sua estrutura, elementos baseados na solidariedade e na cooperação. Entre os envolvidos, existe um pacto interno em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vendê-las submetem o negócio à apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, é verificado então, se este pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria. Esse regime intensifica ainda mais os laços entre os comunitários, garantindo a eles espaço para discussão e reflexão.

A descrição do estudo de caso apresenta a comunidade na perspectiva de Bauman (2003), como um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, ligados ao solo, pois estes vivem permanentemente em determinada área e têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar. O processo histórico de participação, luta e resistência fortaleceu o “capital social” da comunidade, que foi se acumulando e se consolidando progressivamente. Esse “capital social” resultou na criação de um modelo de turismo que se apresenta como a expressão do desejo de seus moradores, denominado por muitos como “O Nosso Turismo”.

Essa intenção conjunta fortalece e une os povos tradicionais em um objetivo comum, que intensifica os laços e as forças comunitárias. Ao mesmo tempo, essas comunidades lutam, em um sistema integrado, para a preservação e permanência no território, o que garante a representação de um movimento único.

3.4.4.5 Relações entre a comunidade e seus visitantes

Nesse sentido, Zaoual (2006), explica que o “lugar turístico” poderia ser utilizado como possibilidade de “lugar relacional”. Lugar como espaço vivido, como sítio simbólico de pertencimento, cujas fronteiras são dadas pela identidade comunitária e essas são condição para o estreitamento de relações com quem possua outras referências identitárias. O lugar do encontro, o sítio, onde se recebe e é recebido, possui uma especialidade real, histórica e culturalmente construída. Diferente dos espaços turísticos produzidos, os sítios para serem percebidos como turísticos, antes de tudo, são reconhecidos pelos próprios residentes; uma auto-identificação típica do sentido de comunidade (Bauman, 2003).

O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e a comunidade local de se beneficiar com as oportunidades geradas e também pelo intercâmbio cultural:

Os turistas vivem uma experiência intensa combinando os atrativos naturais, culturais e comunitários. Quem fala português leva vantagem porque consegue se comunicar com os moradores do lugar. Os visitantes podem observar os pescadores durante o trabalho no mar ou as mulheres na produção do artesanato. Visitas à escola onde estudam 400 crianças fazem parte do roteiro turístico da comunidade. A biblioteca da escola é ponto de atração para estudiosos, pois disponibiliza trabalhos acadêmicos (mais de 30 teses de doutorado, mestrado e graduação), além de outros documentos sobre pesca, turismo sustentável, desenvolvimento e gestão costeira. Além disso, a escola desenvolve um projeto para promoção da arte e do artesanato e vários grupos de jovens e adolescentes produzem artesanato para venda na loja da comunidade - René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, 2011.

Nesse contexto, a comunidade local, deve disponibilizar aos turistas, produtos e serviços que entendem ser valorosos, em termos culturais e ambientais. No intercâmbio, as

relações são o princípio fundamental do turismo de base comunitária, assim como quem busca tem a intenção de se adaptar e valorizar os códigos dos lugares visitados. Trata-se, portanto, de um turismo que tem nas relações de hospitalidade a principal motivação. Não se exclui o processo do contrato comercial, entretanto, as relações econômicas podem ser enriquecidas por outras relações que ultrapassam a racionalidade do lucro imediato. No caso brasileiro, o turismo de base comunitária vem se apresentando em casos que têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna.

Sob essa perspectiva o pensador chileno Max-Neef (2005) afirma que comunidade é uma rede de relações que tem um profundo significado entre quem a compõe. A variedade de redes de comunidades é elemento fundamental para sua vitalidade e diversidade, pois fornece um vasto repertório de conhecimentos individuais, que podem ser considerados unificados e somados para a fortificação do todo. O turismo comunitário também pode ser considerado uma atividade articulada em redes de cooperação, permitindo o envolvimento de muitos atores para o desenvolvimento concreto da cadeia.

Essas comunidades acreditam no desenvolvimento sustentável a partir do turismo, quando este pode concretizar algumas das aspirações da comunidade, na medida em que se torna uma atividade economicamente viável, socialmente solidária, culturalmente enriquecedora e ambientalmente responsável.

O relacionamento entre os membros da comunidade e seus visitantes também é reconhecido como fator de destaque na pesquisa. A relação entre hóspedes e visitantes é representada por um forte laço de amizade que extrapola as relações comerciais. As comunidades receptoras são símbolos de hospitalidade para turistas e visitantes que desejam obter intercâmbio cultural e vivenciar experiências em um modo de vida alternativo e tradicional. Parte dessa vivência, inclui participar das práticas sustentáveis desenvolvidas pela comunidade para assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Sei bem como isso acontece, não é uma coisa muito racional, mas acho que a gente percebeu uma certa visão do mundo, uma certa maneira de sentir as coisas... estar em contato com outras pessoas nos ensina a entender um mundo diferente. Poder passar um pouco de nossa cultura aos demais é um privilégio. Isso nos dá força para repassar a cultura tradicional como um presente às gerações mais novas. Somos hospitaleiros? Não sei. Mas adoramos gente em casa, queremos receber bem e nos sentimos muitos gratos com isso. [...]

a relação entre os hóspedes é bem próxima, aos poucos se estabelece uma relação gostosa. Não precisa falar muito para você perceber que aquela afinidade está presente, né? Sempre é uma coisa muito intensa, muito forte. Muitos tornam-se amigos e voltam com frequência para visitas, mas dessa vez como amigos da família - Rosinete Soares, 2010.

Ao longo da pesquisa foi possível constatar que a solidariedade vivida no interior das comunidades externaliza-se, e observa-se que o comportamento de visitantes e turistas, é influenciado pelo meio em que interagem. Muitos visitantes observam e vivenciam o modelo cooperativo estabelecido pelos moradores anfitriões e passam a guiar seus movimentos, pelo menos no período da estadia nas residências domiciliares, de acordo com os princípios de solidariedade e cooperação utilizados pelos anfitriões, além de ampliarem sua visão em relação a proteção ambiental e a importância do desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais. Esse comportamento deve-se supostamente ao fato de que os protagonistas do espaço (moradores), que nesse caso muitas vezes cultivam laços de ‘reciprocidade direta’ empreendem iniciativas de cooperação mútua e as repassam aos demais participantes:

A vida comunitária e da escola e o calendário cultural abrem muitas possibilidades de interação. Por meio de uma caminhada em trilha ecológica, os visitantes passam pela escola e visitam os projetos da comunidade. Como as pousadas ficam espalhadas pela comunidade e não concentradas num lugar, é quase inevitável que os visitantes comecem a conversar com os moradores, e como as pousadas são familiares – quer dizer fazem parte da casa do dono – há uma interação muito grande. Como em todo lugar, sempre há pessoas querendo se aproveitar, achando que todos os visitantes são ricos. Por brincadeira ou não, os meninos costumam pedir um real na rua e, por isso, foi feita uma advertência no código de conduta para que os turistas não ofereçam dinheiro a ninguém, até por educação. Achamos que o pedido de esmolas está diminuindo. Muitos visitantes acabam fazendo doações, sobretudo para a escola onde existe um programa de arrecadação de fundos para melhorar o ensino e para um programa de bolsas de estudos para pesquisas universitários e educação profissionalizante - René Schärer, coordenador da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, 2011.

Acredita-se que a inter-relação de proximidade seja fundamental para a sociabilidade e para a criação de qualquer tipo de vínculo. Os comunitários convivem em um sistema implícito de confiança que assegura ao grupo, creditar em cada indivíduo o valor da relação.

Em algumas comunidades visitadas, os anfitriões sentem-se inferiorizados culturalmente e isolam-se, não permitindo a troca intercultural com o visitante.

Verifica-se, ainda, que a manutenção dos laços comunitários pode ser observada em encontros comunitários realizados periodicamente e que são promovidos com o objetivo de proporcionar espaço para as discussões comunitárias em geral. Esses encontros são organizados pelas associações locais a fim de estabelecerem contato e de certa forma selarem vínculos, através de objetivos e insatisfações comuns. Esses encontros são marcados pela participação efetiva de representantes da comunidade, que apresentam projetos e propostas para o desenvolvimento das atividades comunitárias. Em um desses encontros, surgiu a proposta de se organizarem feiras de trocas solidárias, que se transformaram em uma das principais atividades realizadas nas vivências de turismo comunitário. Além disso, existe ainda, na maioria das comunidades visitadas, um espaço para divulgar as vivências comunitárias e os trabalhos artísticos manuais.

Observa-se também a interação social e supõem-se a intensificação de laços a partir de festas e manifestações populares, organizadas pela própria comunidade, que garantem a preservação do patrimônio imaterial.

Somos um povo alegre, ao contrário que o resto do Brasil imagina, mesmo passando por algumas dificuldades, somos agraciados todos os dias com a beleza natural desse lugar. Somos felizes e gostamos de receber as pessoas em casa, gostamos de sentar para conversar, saber de notícias da comunidade e manter um momento para reafirmarmos nossas crenças e valores tradicionais. Nossa preocupação com o turismo é justamente perder esse momento tão importante, que é único, da comunidade. Um momento que reafirmamos nossa história, nossas crenças e buscamos o contato direto com as raízes caiçaras - Jussara Rodrigues – organizadora de eventos tradicionais locais, 2010.

3.4.4.6 Redes de solidariedade

Pode-se constatar ainda com a pesquisa que as comunidades da costa leste cearense organizam-se em redes de solidariedade, intensificadas pelo trabalho comunitário. O trabalho tradicional é valorizado e a troca de experiências é ampliada à medida que a prestação de serviços é tida como um intercâmbio entre as comunidades. Muitos trabalhadores tradicionais

prestam serviços na própria comunidade onde vivem, multiplicando seu saber e repassando seu conhecimento aos outros comunitários.

Pensar em uma atividade gerida de forma coletiva, implica em participar e respeitar a comunidade como um todo, em todas as ações. Partindo desse aspecto, é possível dizer que a comunicação e a interatividade entre os comunitários deve ser intensa e verdadeira para que todos os processos sejam registrados de forma democrática e transparente. Acredita-se que as atividades desenvolvidas a partir do turismo comunitário, são capazes de intensificar os vínculos e propiciar o estabelecimento de novas alianças entre os habitantes de núcleos receptores. Essa nova forma de organização do trabalho, possivelmente, permitiu que as pessoas estivessem ainda mais próximas, a partir de gestos solidários. Nesse sentido, seria possível verificar supostamente vínculos sociais estabelecidos a partir das trocas recíprocas entre os moradores das comunidades.

Em muitas ocasiões pode-se observar a retribuição desse serviço prestado com a intenção de reforçar os vínculos das relações. A retribuição ao trabalho voluntário prestado pode ser em forma de presentes, ou com a retribuição de outros serviços, ou ainda, com homenagens públicas, em festas e ocasiões especiais, prestadas à pessoa que concedeu o serviço.

Considerações Finais

Em conclusão, o turismo comunitário surge em um contexto de grandes alterações sociais e econômicas. Os atributos de originalidade e autenticidade que o turismo comunitário combina constituem fatores de diferenciação e competitividade no mercado global e torna-o um nicho que garante em primeiro lugar o intercâmbio cultural, ao permitir que visitantes e anfitriões tenham contato direto e possam vivenciar experiências únicas; em segundo lugar, o turismo comunitário apresenta-se como uma forma inovadora de gestão comunitária que prevê maior integração dos envolvidos, através do trabalho associativo, em condições de equidade, o que facilita o desenvolvimento local. O turismo em nenhuma das comunidades visitadas e pesquisadas é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica, mas certamente tem sido um apoio ao fortalecimento da auto-estima e se torna um meio de apoio às lutas sociais dos moradores. Observou-se que o turismo de base comunitária permite que essas populações valorizem sua identidade cultural, lutem pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, se empoderando, por meio da criação de redes solidárias, de proximidade, por meio da criação de novos vínculos sociais, econômicos e culturais, bem como da valorização da conservação ambiental como um valor atrelado aos seus modos de vida e não como um produto a ser comercializado.

As comunidades estudadas na costa cearense organizaram-se em redes de solidariedade para fortalecer a prática do turismo comunitário. Essa articulação conjunta permite utilizar o turismo como uma das alternativas para a organização e defesa do local herdado e não apenas para o aumento da geração de emprego e renda, mas também como atividade que valoriza e dá importância à cultura local e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território. Essas comunidades passaram a trabalhar de forma integrada, objetivando sempre o bem comum para o desenvolvimento das ações. O trabalho comunitário representa o saber comunitário único, que é realizado por muitos em uma troca constante de experiências e saberes em espaços abertos para a constituição de uma identidade coletiva dos trabalhadores, embora não exista qualificação profissional nas comunidades visitadas e julga-se que os empreendimentos do turismo comunitário sejam frágeis perante a hegemonia capitalista.

As ações e os empreendimentos cooperativos vinculados à essa gestão comunitária são organizados a partir das premissas da economia solidária, que podem ser resumidas em: consumo consciente, comércio justo, cooperação, autogestão e valorização cultural e

ambiental. Nesse sentido, observou-se que o turismo não é apenas voltado ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização profissional dos envolvidos. Dentre muitos os aspectos observados, pode-se destacar nas comunidades visitadas que a distribuição dos resultados alcançados é realizada de forma justa e coerente, sempre participando a comunidade como um todo sobre as decisões; o trabalho comunitário permite o desenvolvimento de capacidades a medida que as trocas comunitárias são feitas a partir da valorização e ensinamento de saberes tradicionais; o trabalho preza pelo bem comum e visa a melhoria das condições de vida dos participantes; todos os envolvidos no trabalho comunitário tem compromisso vivo com um meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável da atividade turística; as relações que se estabelecem entre visitantes e com a comunidade local são ricas e marcadas pelo intercâmbio intercultural; as atividades comunitárias são desenvolvidas levando em consideração o bem estar dos trabalhadores e consumidores em consonância com a capacidade de visitação no território e o respeito pelas atividades tradicionais.

O turismo não é isento de riscos ou ameaças; a comunidade deve conhecê-los e debater sobre estes antes de iniciar um negócio e durante todo o seu ciclo de vida, a fim de salvaguardar seus interesses e minimizar os efeitos indesejáveis. Segundo Maldonado (2008), trata-se de uma atividade invasora e exigente; Os estudos consultados advertem sobre os riscos que conduzem a criação de conflitos internos, a aceleração de uma aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social. Para o autor, esses problemas ocorrem quando não há planejamento necessário na comunidade, ou quando o comportamento dos visitantes é subestimado. As comunidades mais dinâmicas têm procurado abordar as exigências do mercado e suas próprias restrições de duas maneiras: diferenciando o seu produto e educando os seus profissionais. No primeiro caso, busca-se valorizar as manifestações de sua identidade cultural combinado com atrativos do turismo ecológico, histórico e recreativo. No segundo caso, têm tomado medidas para preparar os seus profissionais na realização das funções complexas inerentes a operação turística e a gestão do negócio.

Em todas as comunidades pesquisadas, observou-se sinais de cooperação e solidariedade entre os indivíduos, durante as atividades cotidianas e no decorrer do trabalho comunitário, o que permitiu reconhecer alianças sociais, por aproximação e troca de experiências. As trocas acontecem de forma recíproca, e às vezes com caráter espontâneo, fazendo que o “doador” não perceba a importância de sua “doação” e tão pouco a onda de impactos positivos que pode repercutir em função dela. O turismo comunitário nesses

vilarejos funciona como alternativa de inserção social e de fortalecimento das potencialidades tradicionais, o que permite novas formas de sociabilidade, caracterizados pela manifestação da dádiva na sociedade moderna.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO - ADS. **A comercialização na economia solidária.** São Paulo, Sebrae/ADS/Central Única dos Trabalhadores, 2002.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO - ADS. **Planejando empreendimentos solidários.** São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2004.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO - ADS. **Prospecção, diagnóstico e sensibilização de empreendimentos econômicos solidários.** São Paulo, Central Única dos Trabalhadores/Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

ALVES, Francisco. **Políticas de apoio à economia solidária no Brasil**, in França Filho et al., *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

ARAÚJO, Guilherme Pinto; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOUZA, Márcia Silveira de. **Do turismo de massa ao turismo educativo em Zonas Costeiras: diagnóstico do turismo na área de entorno da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba, SC).** In: VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, Curitiba, 2004. Anais. Curitiba: UNICENP, 2004.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa.** Conferência sobre Globalização e cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social, [12/1996, revisto em 99].

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. **Economia a partir do coração.** In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

ASAROTTO Filho, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Competitividade global para as pequenas empresas e desenvolvimento local.** In: SIEBERT, Cláudia [Org.]. *Desenvolvimento regional em Santa Catarina.* Blumenau: EDIFURB, 2001.

AZEVEDO, J. (Orgs.) **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002, p. 93-112.

AZEVEDO, J. **Cultura, patrimônio e turismo.** In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade.* São Paulo: Futura, 2002, p. 123-147.

BAPTISTA, I. **Para uma Geografia de Proximidade Humana.** In: *Revista Hospitalidade*, ano 2, n. 2, São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2005.

BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública.** São Paulo, Cortez Editora, 2007.

BARRETTO, Margarita. **Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos.** In: *Turismo em Análise.* São Paulo, v. 15, n. 2, 2004, p. 133-149.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- BECKER, B. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. In: Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.181-192.
- BENEVIDES, I. **Turismo e Prodetur. Dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: BN/UFC, 1988.
- BENI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional** - planejamento integrado e sustentável do turismo. In: Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- BENJAMIN, César, et. al. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BERNSTEIN, Edward. **Evolutionary socialism: a criticism and an affirmation**. Nova York, Schocken Books, 1961.
- BERTHOUD, G. **L'économie: un ordre généralisé?** Les ambitions d'un prix Nobel. In: La Revue du MAUSS, M. (Ed.). Pour une autre économie. Paris: MAUSS/Éditions La Découverte, v. 3, p. 42-59, 1994.
- BLANCO, H. S. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar**: as 'novas ruralidades' e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: Caderno Virtual de Turismo, v. 4, n. 3, 2004, p. 44-49.
- BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000a. p.49 - 102.
- BOFF, Leonardo. **A força da ternura**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 110p.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: O poder simbólico. 3 .Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRANDON, K. **Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza**. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. (Orgs.). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1995. BRANDON, K. Ecotourism and conservation: a review of key issues. Washington D. C.: The World Bank, 1996.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.
- BUENO, M.; DENCKER, A. F. **Hospitalidade, Cenários e Oportunidades**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.
- BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. M.Sc. thesis. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. In: Encontro Nacional de Economia. Anais. Belém: Anpec, v. 3, p.2059-2074, 1999.

- CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**, Petrópolis, Vozes, 2002.
- CAILLÉ, Alain. **Dádiva e associação** In Martins, P.H. (org.) A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social, Petrópolis, Editora Vozes, 2002b.
- CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológico**: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva in Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.8, volume 13, ANPOCS, 1998.
- CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.
- CARESTIATO, A. P. C. **Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/UFRJ, 2000.
- CARMO, H. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- CARVALHO, C. L. de. **Turismo. Uma arma poderosa para incrementar o crescimento**. Brasília: Documentos da Embratur. Ministério do Esporte e Turismo/Governo Federal, 2000.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão Social**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.
- CATER, E. Ecoturim. **A sustainable option**. West Sussex: Jhon Wiley & Sons, 1994
- CATTANI, Antonio David. **A outra economia: os conceitos essenciais**. In: CATTANI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 9-14.
- CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local**. In.. Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec. 1996, pp. 94 -121.
- CEVASCO, M. E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHANIAL, Philippe & LAVILLE, Jean Louis. **A economia social e solidária na França**, in França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006
- CHAVES, Ávila Rafael. **La economía social como enfoque metodológico**, como objeto de estudio y como disciplina científica. CIRIEC-ESPAÑA, n. 33, p. 116-139, 1999.
- CHEAL, David. **The Gift Economy**. London and New York, Routledge, 1988.
- CHRIS, C. E JOHN F. John Fletcher. **Turismo princípios e prática**. São Paulo, 1998
- CICLO DA ECOSUL. **Mercosul e meio Ambiente. Oportunidades e desafios para a gestão ambiental**. Campo Grande: Fundação Terceiro Milênio-Pantanal, SEMADES, 1997.
- CLANCY, M. J. **Turismo y desarrollo. El caso del México**. Annals of Research Tourism en Español. vol. 1, (1). 1999, pp.01-23
- COELHO, F. D.; FONTES, A. R. **As redes de desenvolvimento econômico local**. Cadernos Técnicos 2. Recife: Banco do Nordeste/PNUD, 1998.
- COOPER, Chris; FLECHTER, John; GILBERT, David; SHEPPERD; Rebecca; WANHILL,

Stephen. Tradução: Roberto Cataldo Costa. **Turismo: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COOPRENA. “**Consortio Cooperativo Red Ecoturística Nacional**. Experiências de turismo rural comunitario en Costa Rica”. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

CORAGGIO, José Luis. **El trabajo desde la perspectiva de la Economía Popular**. In: Economía Popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local. Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS, 1998. Internet: <http://www.fronesis.org/public2.htm>.

CORAGGIO, José Luís. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho**, in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

CORAGGIO, José Luís. **Política social y economía del trabajo**. Zinacantepec, Estado de México, El Colegio Mexiquense, 2003.

CORAGGIO, José Luís. **La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo**. Buenos Aires. Espacio, 2004.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (Eds.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003b.

CRICK, M. **Representaciones del turismo internacional en las ciencias sociales: sol, sexo, paisajes, ahorros y servilismos**. In: Los mitos del turismo. Madrid: Endymion, 1992.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DALRI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. **A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil**. In: ____ (org.) Economia solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

DE KADT, E. (1992). Turismo: **Passaporte para el desarrollo?** In: Los mitos del turismo. Madrid: Endymion, 1992.

DEFOURNY e outros. **Economie social au Nord et au Sud**. Bruxelles : Deboeck, 1999. p. 217-238.

DEFOURNY, J; DEVELTERE, P. e FONTENEAU, B. **Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale**. In: _____.Economie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles : Deboeck, 1999. P. 11-24.

DELGADO DE BRAVO, M. e MENDEZ, E. **Ordenamiento territorial: um conceito operativo**. Revista Geográfica Venezolana, vol. 38, (2). 1997, pp. 141-152.

DENCKER, A. F. M. **Considerações Finais: hospitalidade e mercado**. In: DENCKER, A. F. M.

- (Org.). Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade. São Paulo: Thompson, 2004.
- DEPREST, F. **Enquête sur le tourisme de masse: L'écologie face au territoire**, éditions Belin, Paris, 1997.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira. USP, 2000.
- DONATI, Pierpaolo. **Identity and solidarity in the complex of citizenship: the relational approach**. *International Sociology*, 1995, 10, 3: 299-314.
- DOWBOR, L. A **Reprodução Social**. Proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DOWBOR, L. **Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos Espaços**. In: FREITAS, M. C. A reinvenção do futuro. São Paulo: Cortez, 1996.
- EAGLETON, T. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ELIOT, T. S. **Notas para uma definição de cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ELSTER, Jon. **Rationalité et normes sociales: un modèle pluridisciplinaire**, in Louis-André Gérard-Varet e Jean-Claude Passeron (eds.), *Le modèle et l'enquête. Les usages du principe de rationalité dans les sciences sociales*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995, p. 139-148.
- ESCOREL, S. **Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão**. O que significa exclusão social? 1997 (mimeo).
- ETZIONI, Amitai. **The socio-economics of work**. In: GAMST, Frederick C. (Ed.). *Meanings of work, considerations for the twenty-first century*. Albany: SUNY Press, 1995, p. 251-260.
- ETZIONI, Amitai. **The moral dimension**. *Toward a new economics*. Nova York, The Free Press, 1988.
- FAJN, Gabriel (coord.). **Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación, 2004.
- FERNANDES, R. **Privado, porém público; o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FIXOT, A-M. **Le don à la croisée du symbolique et du possible** In *La revue du MAUSS semestrielle: a qui se fier? Confiance, interaction et théorie des jeux*, La Découverte/MAUSS, 2e semestre, 1994.
- FRANÇA FILHO, Genauto. **A temática da economia solidária e suas contribuições originais para o campo dos estudos organizacionais**, *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, n.37(1), jan./fev. 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto & LAVILLE, Jean Louis. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto & LAVILLE, Jean Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto e Silva Jr. **Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro**, In: França Filho, G., Laville, J., Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.), Ação pública e economia solidária- uma perspectiva internacional, Edufrgs-Edufba, Porto Alegre-Salvador, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação**, In: França Filho, G., Laville, J., Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.), Ação pública e economia solidária- uma perspectiva internacional, Edufrgs-Edufba, Porto Alegre-Salvador, 2006b.

FRANÇA FILHO, G. **Economia solidária e movimentos sociais**. In: MEDEIROS, A.; SCHIOCHET, V.; SCHWENGBER, A. Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento. Recife: Edufpe, 2006c.

FRANÇA FILHO, Genauto. **A economia popular e solidária no Brasil**, in França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FRETELL, Alfonso Cotera; ROCA, Humberto Ortiz. **Comércio Justo**. In: CATTANI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 33-44.

GAIGER, L. **Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?** In: GAIGER, L. (Org.) Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

GAIGER, L. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b. p. 267- 286.16 _____. Voyage [mensagem pessoal] recebida por noelle_lechat@hotmail.com em: abr. 2001.

GAIGER, Luis Inácio. **A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor**. Dublin: ITR'S Fourth international conference, julho, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sobrevivência e Utopia**. Os Projetos Alternativos Comunitários no RS. Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, nº 10, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje**, in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Betriz Costa (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. In: GORZ, André. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GIRARD, Christiane. **Integração e capital social** a partir de uma reflexão sobre políticas de trabalho no campo da economia solidária, in França Filho et al., Ação pública e economia

solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

GODBOUT, Jacques. **Introdução à dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n.38. São Paulo: outubro, 1998.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GODBOUT, Jacques. **Digressão sobre as redes e os aparelhos**, in Redes sociais e saúde: nova perspectiva de análise, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2004.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 1989.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GORMSEM, E. (1989). **El Turismo internacional como nuevo frente pionero en los países tropicais**. In: Teoría e práxis del espacio turístico. Hochimilco/México: UAM.

GOULDNER, Alvin W., **La classe moyenne et l'esprit utilitaire**, Revue du M.A.U.S.S., 1989, no. 5, p. 14-39;

GRANOVETTER M. 1981. **Toward a sociological theory of income differences**. In: I Berg, ed. Sociological Perspectives on Labor Markets . New York: Academic Press, 1981.

GRÜNEWALD, Rodrigo A. **Tourism and cultural revival**. In: Annals of Tourism Research, v. 29, n. 4, 2002, p. 1004-1021.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Turismo e etnicidade**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 20, out., 2003, p. 141-159.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Econômica, 1988.

GUÉRIN, B. **Sampling community discourses as a method for assessing "public opinion" AND Two 'linguistic devices' that require social context: Integrating social and linguistic analyses**. Both in J. Holmes, M. Maclagan, P. Kerswill and M. Paviour-Smith (Eds.), Researching language use and language users, 2005 (p. 129-138). ISBN 0-473-10654-X <http://www.vuw.ac.nz/lals/about/NZLS/e-book/content%20final.htm>

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, Valeska et al. **Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção**, in Valmíria Piccinini et al. (orgs.), O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

HALL, C. M. & LEW, A. A. (orgs). **Sustainable tourism**. A Geographical perspective. London/New York: Longman, 1997.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**. Políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002
- HEGNER LARRAECHEA Ignacio e NYSSSENS, Marthe. **L'économie solidaire, un autre regard sur l'économie populaire** au Chili. In: LAVILLE, Jean-Louis (dir.) *L'économie solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. p. 177-222.
- HIRATA, Helena & PRÉTECEILLE, Edmond. **Trabalho, exclusão e precarização sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França**. Caderno CRH, 2002, 37: 47-80, jul./dez.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Exit, voice and loyalty: response to decline in firms, organizations and states**. Cambridge, Harvard University Press, 1970.
- ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.
- IRVING, M. A. **Turismo e ética: premissa de um novo paradigma**. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo com ética*, v. 1, p. 33-42. Fortaleza: UECE, 1998.
- IRVING, M. A. **Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento**. In: *Espaço e Geografia*, ano 2, n. 1, v. 2, p. 135-141, 1999.
- IRVING, M. A. **Construindo um Modelo de Planejamento Turístico de Base Comunitária: Um Estudo de Caso**. Série Documenta, v. 7, n. 10, 2001, p. 59-82.
- IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- IRVING, M. A. **Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento**. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002a, p. 35-45.
- IRVING, M. A. **Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas**. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002b, p. 47-68.
- IRVING, M. A. **Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia**. In: D'ÁVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). *Tecendo o Desenvolvimento: Saberes, Ética e Ecologia Social*. Rio de Janeiro, 2003, p. 167-184.
- IRVING, M. A.; MONTECHIARI, A.; MATTOS, F.; MELO, G.; SIQUEIRA, L.; FARO, L.; SOARES, R.; NASCIMENTO, R. **Projeto Sana Sustentável: uma iniciativa de base comunitária**. In: D'ÁVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). *Tecendo o Desenvolvimento: Saberes, Ética e Ecologia Social*. Rio de Janeiro, 2003, p. 201-212.
- IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; PIVOTO, A. S.; MELO, G. M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. In: *Caderno Virtual de Turismo*, n. 18, dezembro de 2005, p. 1-8.
- IRVING, M. A. **Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social**. In: NEIMAN, Z.; CASTILHO, N.; CASTILHO, V. (Orgs.) *Nas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: Editora Rima, 2008, p. 1-15.
- JOVCHELOVITCH, Marlova. **O Processo de descentralização e unicípioalização no Brasil**. In:

Serviço Social e Sociedade n.º 56, São Paulo, Cortez, 1998b.

JOVCHELOVITCH, S. **Re(des)cobrando o Outro:** para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais. In: ARRUDA, A. (Org.). Representando a Alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo.** Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

LANNA, Antonio Eduardo. **Sistemas de Gestão de Recursos Hídricos:** análise de alguns arranjos institucionais. REVISTA CIENCIA & AMBIENTE/UFSM nº 21. Porto Alegre: UFSM, 2000.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em Busca da hospitalidade:** Perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Ed. Manole, 2004.

LAVILLE, Jean Louis (org.), **L'économie solidaire – une perspective internationale,** Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, JEAN-LOUIS; FRANÇA FILHO, GENAUTO CARVALHO DE. **Economia Solidária.** Uma Abordagem Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, Jean Louis. **Ação pública e economia:** um quadro de análise, in França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo:** teorias e realidades. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 24, n. 69, Feb. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102092009000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Aug. 2010. doi: 10.1590/S0102-69092009000100003.

LÉVESQUE, Benoît, MALO, Marie-Claire et GIRARD, Jean-Pierre. **L'ancienne et la nouvelle économie sociale.** In: DEFOURNY e outros. Economie social au Nord et au Sud. Bruxelles : Deboeck, 1999. p. 195-216.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização:** o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo, Terceira Margem, 2002.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho flexível e autogestão:** estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial, in Jacob Carlos Lima (org.), Trabalho flexível e trabalho associado, São Paulo, Anablume, 2007.

LISBOA Armando de Melo. **Desafios Da Economia Popular Solidária.** Cadernos do CEAS, n. 189, p. 51-67, set./ out. 2000.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária e autogestão:** imprecisões e limites. In: AE, v.45, n. 3, jul./set., 2005, p. 109-115.

LISBOA, Armando; FAUSTINO, Andrea. **Trocas solidárias, moeda e espiritualidade.** In: III Encontro Internacional de Economia Solidária 2006, USP: NESOL. Anais, São Paulo, 2006.

- LOZATO-GIOTART, J. P. **Geographie du Tourisme**. De l'espace regardé a l'espace consommé. Paris: Masson, 1985.
- LTDS. Relatório técnico-científico: **Análise de iniciativas turísticas com base comunitária**: os casos de Trindade (Paraty-RJ) e Conceição de Ibitipoca (Lima Duarte-MG). Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução**. São Paulo, Global, 1986.
- MAGNANI, Esteban. **El cambio silencioso**. Buenos Aires, Prometeo, 2003.
- MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.
- MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MANFRED, A. Max-Neef. **Foundations of transdisciplinarity**. Ecological Economics 53, 2005 - 5- 16 Casilla 567 Valdivia, Chile
- MANTOVANELI JR, Oklinger, SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Sustentabilidade política e administrativa**: contribuições para a reformulação da agenda para o ecodesenvolvimento. In: RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental (on line), v. 1, 2007, p. 3 - 21.
- MANTOVANELI JR., Oklinger. **Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade**: um outro olhar sobre o orçamento participativo. In: Tese de Doutorado – FAPESP. Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), FCLAr, 2001.
- MARTINS, Paulo Henrique. **Sociologia, intervenção e ação social in Estudos de sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, 2000.
- MARTINS, Paulo Henrique. (organizador) **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social, Petrópolis, Vozes, 2002.
- MARTINS, Paulo Henrique e Medeiros. **A Economia solidária e popular**: questões teóricas e práticas, Recife, Ed. Bagaço, 2003.
- MARTINS, S. **Crítica à Economia Política do Espaço**. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. O Espaço no fim do Século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARX, Karl. **Cooperativismo e socialismo**. Coimbra, Centelha, 1979.
- MATHIESON, A. & HALL, P. **Tourism. Economic, phisical and social impacts**. London/New York: Longman, 1982.
- MATTOS. F. F ; IRVING, M.A. **Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social**: o caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI). In: Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo, vol. 3, n. 14, 2005, p. 23-36.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU; Edusp, 1974.

MENDONÇA, T.; IRVING, M. A. **Turismo de base comunitária**: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil: Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). In: Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo, vol. 4, n.14, 2005, p. 12-22.

MERCER, David. **A difícil relação entre o turismo e a população nativa**: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). In: Turismo global. São Paulo: SENAC, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008** – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

MULLER, J. **Multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar**: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção (proceedings). Fortaleza, 2007.

NEVES FILHO, N.C. **Relatório das oficinas de sensibilização ambiental** – Programa Estratégico de Turismo Sustentável de Base Comunitária, Rio de Janeiro, 1999.

NEVES FILHO, N.C. **Relatório das oficinas vivenciais** – Programa Estratégico de Turismo Sustentável de Base Comunitária, Rio de Janeiro, 2000.

NOELLE, Marie Paule Lechat. **As raízes históricas da economia solidária** e seu aparecimento no Brasil. Disponível em <<http://www.nesol.org.br>>. Acesso em: 02 ago. 2010, 12:00:15.

NOGUEIRA, C. **Turismo, integração e desenvolvimento regional**. In: Espaço e geografia. Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-Graduação. Ano 3, n.1, Brasília: Instituto de Ciências Humanas/UNB, 1999.

OMT. **Tourism today: A geographical analysis**. New York/London: Longman, 1991.

OMT. **Turismo: Horizonte 2020. Nuevas previsiones de la Organización Mundial del Turismo**. Madrid: Organización Mundial del Turismo, 1998.

OMT (1999b). **Desarrollo turístico sostenible**. Guía para administraciones locales. Madrid. Organización Mundial del Turismo, 2ª ed.

OMT. **Agenda para planificadores locales**: Turismo sostenible y gestión municipal, 1999c.

OMT (org). **Turismo rural**. São Paulo, Contexto, 2001

PEARCE, D. **Tourism development**. New York/London: Longman, 1989.

PEARCE, Philip. **A relação entre residentes e turistas**: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, William F. (Org.). In: Turismo global. São Paulo: SENAC, 2002.

PEREIRA, Gilson R. de M. **Disciplinary rules of value, of knowledge**: some topics concerning the gift anti-economy. Educ. Soc., Aug. 2000, vol.21, no.72, p.73-86.

PEREIRA, Maria Cecília. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina**. Dissertação

de mestrado, Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, 2007

PEREZ, B.; CARRILLO, E. **Desarrollo local**: Manual de uso. Madrid: Esic, 2000.

PERRET, Bernard e ROUSTANG, Guy. **A economia contra a sociedade**. Paris: Seuil, 1993.

PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid, 1999.

PIMENTEL, A. B. **Hospedagem Domiciliar na Cidade do Rio de Janeiro**: O Espaço de Encontro entre Turistas e Anfitriões. M.Sc. thesis. Rio de Janeiro: Programa EICOS (UFRJ), 2007

PIMENTEL, A. B.; BARBOSA, R.; IRVING, M. A.; SANSOLO, D. G. **Dádiva e Hospitalidade**. In: Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo, vol. 7, n. 3, 2007, p. 26-34.

PINTO, João Roberto. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

PLATAFORMA KOMYUNITI Y EL COMERCIO JUSTO. **Cooperativa Comercio Justo Chile**. Disponível em: <http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php>. Acesso em: 16 jun. 2005.

POLANYI, Karl. **The great transformation**: the political and economic origins of our times. Boston, Beacon Press, 1957.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLÍTICAS Alternativas para o Cone Sul (PACS). **Carta de princípios do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias**, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html>> Acesso em: dez. 2000.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**: Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção?**, in Souza Santos (org.), Produzir para viver, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RAZETO, Luis. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. In: Proposta, 75, 91-99, dez./fev., 1997.

REBÓN, Julián & SAAVEDRA, Ignacio. **Empresas recuperadas**: la autogestión de los trabajadores. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2006

RIZEK, Cibele. **A experiência de um movimento**. Dissertação de mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], 1988.

ROCHA, S. S. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.

RODRIGUES, C. G. O; IRVING, M. A. **Relatório do Inventário de Expectativas e Percepção Turística e Ambiental do Município de Santa Maria Madalena.** Rio de Janeiro, 1999.

ROULLET-CAIRE, M.; CAIRE, G. **Tourisme du Nord et développement durable du Sud: la contribution de l'alter-tourisme.** In: Fórum Internacional de Tourisme Solidaire et Développement Durable. Marseille, 29 et 30 septembre 2003. Disponível em: www.tourismedurable.net/article.php3?id_article+77 . Acesso em 10 de outubro de 2009.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** 10. ed. Campinas, SP : Papyrus, 2003.199 p.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Rio de Janeiro: Garamont, 2003.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia.** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **El turismo como fenómeno histórico.** In: Estudios y Perspectivas del Turismo, v.13, 2004, p. 290 – 300.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável.** Itajaí: UNIVALI, 2000.

SANCHO, A. **Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social?** Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/IP/UFRJ, 2007.

SANCHO, A.; IRVING, M. A. **Interpretando o tema da inclusão social no âmbito do Plano Nacional de Turismo.** 2003/2007 (no prelo).

SANSOLO, D. G.; C, R. C. A. **Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica.** In: Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo, vol. 3, n. 4, 2003, p. 1-6.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Francisco Alves, 1979.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma política de economia solidária no Brasil,** in França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

SEICT. **Fórum para o turismo sustentável no Paraná.** Relatório de trabalho. Curitiba: Secretaria de Estado, da Indústria, Comércio e Turismo, 2001.

SILVEIRA, M. A. T. **Turismo e espaço urbano: Uma abordagem de Curitiba.** In: Da cidade ao campo. A prática turística. Fortaleza: UECE. pp. 60-81, 1999.

SILVEIRA, M. A. T. **Planejamento territorial e dinâmica local**: Bases para o turismo sustentável. In: Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec. pp. 87-98, 1997.

SILVEIRA, M. A. T. **Políticas de desenvolvimento e sustentabilidade**: Possibilidades e perspectivas com base no turismo. RA'E'GA, O Espaço Geográfico em Análise. Revista do Departamento de Geografia, UFPR, nº02, ano II, pp. 43-65, 1998.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**, in Paul Singer e André Ricardo de Souza (orgs.), A economia solidária no Brasil, São Paulo, Contexto, 2000b

SINGER, Paul. **A experiência brasileira da SENAES**, in França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

SINGER, Paul. **Economia dos setores populares: propostas e desafios**, in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Betriz Costa (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000^a.

SINGER, Paul. **Autogestão e Socialismo**: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão . In OLIVEIRA, Paulo de Salles (org). O Lúdico na cultura solidária. São Paulo, Editora Hucitec: 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBOTKA, Emil. **Organizações civis, buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor"**. XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo, São Paulo, 1-4 out. 2001.

SOUZA SANTOS, Boaventura (org.), **Produzir para viver**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SUZIGAN, Wilson. **Aglomerções industriais como foco de políticas**. In: Revista de Economia Política, v. 21, n. 3, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, vol. 1, 2000.

TESCH, Walter. **Identidade e desenvolvimento da economia social**: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: RI, Neusa Dal (org) Economia Solidária: O Desafio da Democratização das Relações de Trabalho. São Paulo: Artes e Ciência, 1999. P. 43-53.

THEOBALD, W. ed. **Global Tourism**. The next decade. Oxford: Butterworth Heinemann, 1994

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism**. Fortaleza, 2008.

TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism**. Fortaleza, 2008.

TWINING-WARD, G. **Towards sustainable tourism development**: observations from a

distance. *Tourism Management*, (20), pp. 187-188, 1998

URRY, J. **O olhar do turista. Lazer e viagens na sociedade contemporânea.** São Paulo: Nobel, 1996

VARGAS, Marco Antônio. **Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** In: Nota técnica 1. UFSC/NEITEC, 2003.

VERA, F. et al. **Análisis territorial del turismo.** Una nueva Geografía del Turismo, 1997

VIEITEZ, Candido & DAL RI, Neusa. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

WADA, E. **Reflexões de uma Aprendiz de Hospitalidade.** In: DENCKER, A. F. M.; 2003

WEBB, Sidney. & WEBB, Beatrice. **Co-operative production and profit sharing.** Special Supplement to the *New Statesman*, 2 (45), 1914.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1969.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?.** In: *Caderno Virtual de Turismo*, v. 8, n. 2, agosto de 2008, p. 1-14.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural.** São Paulo: Publisher Cortez, 2003.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro: DP&A , 2006.

ZECHNER, Talita Cristina. **Arranjo socioprodutivo de base comunitária, com ênfase no turismo comunitário: o caso da Micro-Bacia do Rio Sagrado (Morretes-PR).** In: Relatório final de Estágio Supervisionado II. Curso de Turismo e Lazer, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau. 2007.

GLOSSÁRIO

Agroturismo: é uma das diferentes modalidades de turismo no meio rural (em Portugal, no Brasil e outros), praticada por famílias de agricultores dispostos a compartilhar seu modo de vida com os habitantes do meio urbano. É conhecido que os agricultores, que oferecem serviços de qualidade, valorizam e respeitam como ninguém o meio ambiente e obviamente a ruralidade, assim como, a cultural local ou tradicional. Assim, neste tipo de turismo, perante os órgãos oficiais e governamentais dos respectivos países, comprometem-se a dar conhecer aos seus hóspedes esse estar e saber. E para tal ficam «obrigados» a permitir que os de fora, que ficam em suas quintas rurais, executem as mesmas tarefas agrícolas em conjunto com eles. É esta última particularidade que se distingue das restantes modalidades de turismo rural.

APL. Com: Arranjo socioprodutivo de base comunitária é um micro-empresendimento compartilhado (articulado), no qual se supera a competitividade utilitarista econômica, incorporando a idéia de racionalidade coletiva, além do individualismo, estabelecendo uma relação que se pode chamar de rede horizontal de cooperação, entre pequenos produtores rurais e costeiros (típicas de comunidades tradicionais), micro-empresendimentos urbanos, consumidores conscientizados, associados ou individualizados, instâncias governamentais e sociedade civil organizada.

Empoderamento: Empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes. O empoderamento possibilita tanto a aquisição da emancipação individual, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da “dependência social e dominação política”. Enfim, superação da condição de desempoderamento das populações pobres, as quais segundo Nyerere (1979), não podem se desenvolver se não tiverem poder.

Hospedagem domiciliar: é uma modalidade especial de serviço de hospedagem, em que o hospede utiliza um quarto na residência do hospedeiro ou anfitrião, compartilhando alguns

espaços da residência, para o hospede é uma maneira de se aproximar mais dos hábitos e da cultura local, usufruindo um serviço de qualidade e preços acessíveis

Resex - Reserva Extrativista: Reserva Extrativista de domínio mínimo é uma área utilizada por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios da vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. No Brasil, a Reserva Extrativista é gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Protagonismo comunitário: Significa o domínio sobre a gestão, articulação e planejamento comunitário. Promover o protagonismo da comunidade e, por meio dele, gerar desenvolvimento local.

ANEXOS

Anexo 1 – Tipologias de Organizações Sociais Comunitárias

Ti- pologia	Descrição	<i>Exemplos</i>
1. Autogestão do negócio turístico	Uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão. Obviamente, isso não exclui a contribuição de atores externos, como ONG, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional, que orientam seus recursos na formação de profissionais, complementar investimentos na infra-estrutura e equipamentos, reforço na promoção e comercialização do destino comunitário.	A grande maioria das 300 comunidades promovidas através do portal REDTURS, na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru, podem ser classificadas nesta categoria.
2. Parceria de negócios com uma empresa privada	Um investidor e a comunidade assinam um contrato, legalmente aprovado, sob forma de uma parceria de negócios. Cada sócio contribui com uma parcela de bens de capital social, tais como territórios comunais, conhecimentos coletivos, capital financeiro, competências técnicas e experiência empresarial. A comunidade tem o direito aos lucros variáveis e, além disso, recebe uma renda fixa, mensal ou anual. Sua participação na gestão do negócio é progressiva, podendo alcançar cargos administrativos e gerência de sua empresa. No final de um período determinado, geralmente entre 10 e 15 anos, a comunidade torna-se proprietária do investimento e, também, está livre da renovação do acordo com seu parceiro, de separar-se do parceiro e de firmar com outro diferente.	O povo Ashuar (Kapawi Lodge, com Canodros), no Equador; a Comunidade Nativa Esse'eja de Infierno (Posada Amazonas, com Reinforest Expeditions) no Peru; a comunidade San Antonio (Takalik Maya Lodge com Agreco S.A.) na Guatemala, entre outras.
3. Parceria comercial com operadoras de turismo	Uma operadora de turismo ou uma agência de viagens faz acordo com uma comunidade de enviar turistas, com a obrigação de prestar atendimento durante poucas horas ou cuidar da estadia durante alguns dias na comunidade. Esta, por sua vez, recebe uma comissão por turista e recebe também pagamento pelos serviços prestados. Em alguns casos, a comunidade, que conserva a autogestão de seu negócio, tem a liberdade de fixar suas próprias tarifas diretamente aos turistas; em outros casos, é a operadora quem remunera a comunidade em termos dos serviços prestados. A operadora controla a promoção e a comercialização do produto e, conseqüentemente, o fluxo de turistas. Para que a comunidade alcance os padrões de qualidade exigidos pela operadora de turismo, esta prevê o suporte de diversas formas: formação, assessoramento, empréstimos para investimentos na infra-estrutura e equipamentos, capital de giro para a fabricação de artesanatos, organização de eventos culturais, etc.	As experiências das comunidades Anapia e Llachón no Peru (ADETURS com All Ways Travel); Zábalo no Equador (Aguarico Trekking com Transturi); San Renato, Villa Carmen e Villa Vistoria na Bolívia (com Viajes Fremen) ilustram esta modalidade de fortalecimento de um negócio comunitário, graças a uma parceria com o setor privado.
4. Concessão de recursos comunitários em usufruto	Uma operadora privada solicita a uma comunidade o uso e o desfrute temporário dos recursos naturais de seu território e alguns serviços culturais. Eventualmente, instala-se um acampamento, sem edificar uma infra-estrutura fixa. A título de compensação pela concessão comunitária para garantir a operação turística (às vezes incluindo a renúncia do direito de caçar em algumas áreas), a empresa privada se compromete a assumir algumas obrigações, tais como a prestação de trabalho temporário à comunidade (das transportadoras e acompanhantes de guias externos), entregar alimentos ou uma quantidade de dinheiro, realizar investimentos na infra-estrutura da comunidade (médicos, escolas, formação, transporte, etc.). Convém observar que as obrigações assumidas pela operadora nem sempre são cumpridas.	As comunidades quíchuas de Zancudococha no Equador, no acampamento Pacuya, localizado na Reserva faunística Cuyabeno, cooperam nestes termos com a empresa Transturi, proprietária do Flotel Orellana.
5. Trabalho assalariado para operários	Uma empresa privada se instala ou realiza atividades turísticas no entorno territorial de uma comunidade, em razão dos excepcionais recursos naturais e/ou culturais da região. Algumas famílias da região participam a título pessoal na operação turística fornecendo mão de obra assalariada e temporária para desempenhar atividades fora da comunidade tais como cozinheiros, limpadores, motoristas de barcos, guias naturalistas, etc. Este é um caso de proletarianização de famílias indígenas, não existindo um projeto comunitário para tal.	As comunidades quíchuas de Playas de Cuyabeno, localizadas na Amazônia do Equador ilustram esta modalidade de participação com a empresa Transturi.
6. Formas híbridas	Algumas comunidades têm optado por parcerias com operadoras privadas que trazem turistas e, ao mesmo tempo, proporcionam trabalho assalariado. As comunidades realizam investimentos próprios para prestar serviços de estadia, transporte fluvial, guias nativos e eventos culturais (bailes e demonstração de técnicas de caça, etc.). Simultaneamente, a comunidade aproveita as oportunidades de emprego geradas pela empresa privada, distribuindo-as entre os membros da comunidade, através de um sistema rotativo. A captação de benefícios depende do grau de "empoderamento" alcançado, fator chave para a realização dos objetivos de bem-estar da comunidade, equidade social e alívio da pobreza.	As tribos siona de Puerto Bolívar e as sequóias de San Pablo cooperam com várias agências de viagens; no primeiro caso com Nuevo Mundo e Neotropic; e o segundo com Etnotur. Ambas as experiências ocorrem na Reserva faunística Cuyabeno do Equador. O que interessa destacar destas modalidades de participação é o grau de controle que a comunidade pode exercer sobre os bens da empresa, a gestão da mesma ou o poder de negociação ante os agentes econômicos e institucionais externos.